

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
STRICTO SENSU EM HISTÓRIA

**José Antônio Seixas da Silva**

**A FAMÍLIA CASTRO ABREU MAGALHÃES: UMA  
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE  
SOCIAL DO IMIGRANTE PORTUGUÊS NA  
PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1836-1898)**

Niterói  
2018

JOSÉ ANTÔNIO SEIXAS DA SILVA

LINHA DE PESQUISA

Sociedade, Movimentos Populacionais e de Culturas

**A FAMÍLIA CASTRO ABREU MAGALHÃES: UMA  
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE  
SOCIAL DO IMIGRANTE PORTUGUÊS NA  
PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1836-1898)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Vitória Fernanda Schettini de Andrade.

NITERÓI

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

S586f Silva, Jose Antonio Seixas da.

A família Castro Abreu Magalhães: uma análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na Província do Rio de Janeiro (1836-1898) / Jose Antonio Seixas da Silva. – Niterói, 2018.

141 p. : il.

Bibliografia: p. 117-127.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2018.

Orientador: Dsc. Vitória Fernanda Schettini de Andrade.

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Império - 1822-1889. 3. Imigrantes - Brasil - Condições sociais - Séc. XIX. 4. Portugueses - Brasil - Condições sociais - Séc. XIX. 5. Mobilidade social. 6. Família Castro Abreu Magalhães. 7. Rio de Janeiro (Estado) - História - Séc. XIX. 8. Café - Rio de Janeiro (Estado) - História - Séc. XIX. I. Título. II. Subtítulo: uma análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na Província do Rio de Janeiro (1836-1898).

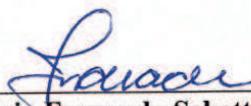
CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

JOSÉ ANTÔNIO SEIXAS DA SILVA

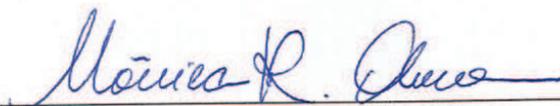
**“FAMÍLIA CASTRO ABREU MAGALHÃES: UMA ANÁLISE DAS  
ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE SOCIAL DO IMIGRANTE PORTUGUÊS  
NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1836-1898)”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 04 de outubro de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:



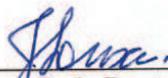
---

**Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini de Andrade**  
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof.ª Dr.ª Mônica Ribeiro de Oliveira**  
Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



---

**Prof. Dr. Jorge Luiz Prata de Sousa**  
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

## Lista de Tabelas

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1.</b> Número de negociantes na Vila de Magé (1846-1856) .....  | 36 |
| <b>Tabela 2.</b> Produção cafeeira numa fazenda de Cantagalo (1847-1860) .....                                      | 50 |
| <b>Tabela 3.</b> População da Cidade de Cantagalo (1872) .....  | 54 |
| <b>Tabela 4.</b> População livre da freguesia do Carmo, segundo sexo, estado civil, raça e instrução (1872) .....   | 54 |
| <b>Tabela 5.</b> População escrava da freguesia do Carmo, segundo sexo, estado civil, raça e instrução (1872) ..... | 55 |
| <b>Tabela 6.</b> Balanço de receitas e despesas da Fazenda Santa Fé (1897-1904) .....                               | 65 |
| <b>Tabela 7.</b> Bens do espólio do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães (1898) ..                         | 84 |
| <b>Tabela 8.</b> Imóveis do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães na cidade do Rio de Janeiro (1898) .....  | 86 |
| <b>Tabela 9.</b> Imóveis do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães na cidade de Petrópolis (1898) .....      | 87 |
| <b>Tabela 10.</b> Bens do espólio do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (1909) .....                            | 94 |

## Lista de Imagens

|   |    |
|---|----|
| <b>Imagem 1:</b> Detalhe do mapa do Estado do Rio de Janeiro, destacando a região centro-norte fluminense, 1947 .....                                   | 17 |
| <b>Imagem 2:</b> Detalhe do mapa da região da Província do Minho, destacando as freguesias de Fafe, de São Nicolau e de Cabeceiras de Basto, 1800 ..... | 21 |
| <b>Imagem 3:</b> Vila de Magé: Rua da Matriz, 1838 .....  | 29 |
| <b>Imagem 4:</b> Planta da cidade de Cantagalo, com a indicação da estrada para a cidade de Magé, 1857 .....  | 51 |
| <b>Imagem 5:</b> Praça da Matriz do Carmo, 1922 .....   | 56 |
| <b>Imagem 6:</b> Casa sede da Fazenda Santa Fé, 2010 .....  | 57 |
| <b>Imagem 7:</b> Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo, 1922 .....   | 62 |
| <b>Imagem 8:</b> Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, 1883 .....  | 76 |
| <b>Imagem 9:</b> Monsenhor Francisco de Castro Abreu Bacellar com alunas do Colégio Nossa Senhora do Amparo .....                                       | 76 |
| <b>Imagem 10:</b> Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, 1886 .....   | 78 |
| <b>Imagem 11:</b> Os Castro Abreu Magalhães na casa de Cabeça de Porca, freguesia de Sendim, concelho de Felgueiras, 1869 .....                         | 90 |
| <b>Imagem 12:</b> O casal Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e Elisa Justina de Bulhões Pedreira, com seis de seus nove filhos, 1883 .....              | 92 |
| <b>Imagem 13:</b> Descendentes do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães .....  | 93 |

## Resumo

A Província do Rio de Janeiro testemunhou o apogeu e o declínio da produção cafeeira e seus reflexos no cotidiano da população (1834-1892). O Império do Brasil atraiu diversos imigrantes portugueses interessados na prosperidade que o café poderia lhes proporcionar. A presente dissertação objetiva a análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português no Rio de Janeiro oitocentista, tomando como objeto de estudo a família Castro Abreu Magalhães. O recorte cronológico compreende do desembarque de Fernando de Castro Abreu Magalhães no Cais do Carmo, na Corte, em 1836, até o seu falecimento na cidade de Petrópolis, em 1898. A revisão bibliográfica específica sobre a História Social da Família apontou para o modelo interpretativo atual, tendo por eixos uma temporalidade e uma região específica, ao mesmo tempo em que o estudo das relações entre o Império brasileiro e as elites locais deixou de estar centrado na dicotomia público/privado para considerar as redes de sociabilidade e de parentesco dos membros da elite política e econômica do Império brasileiro. A partir do método onomástico, que permite encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais, buscou-se determinar, através de inventários *post-mortem*, libelos de dívidas, testamentos, periódicos e relatórios provinciais, as estratégias de inserção dos Castro Abreu Magalhães na “boa sociedade” fluminense oitocentista, utilizando o método biográfico de análise individual associado à metodologia da microanálise das redes de relações sociais, sob a perspectiva histórica, a fim de demonstrar suas vivências, seus comportamentos e suas estratégias sociais.

**Palavras-chave:** História da Família, imigração portuguesa, Província do Rio de Janeiro

## **Abstract**

The Province of Rio de Janeiro witnessed the apogee and the decline of coffee production and its reflections in the daily life of the population (1834-1892). The Brazilian Empire attracted several Portuguese immigrants interested in the prosperity that coffee could give them. The present dissertation aims to analyze the strategies of social mobility of the Portuguese immigrant in Rio de Janeiro in the 19th century, taking as object of study the Castro Abreu Magalhães family. The chronological section includes the arrival of Fernando de Castro Abreu Magalhães at Cais do Carmo, in the Court, in 1836, until his death in the city of Petrópolis in 1898. The specific bibliographic review on the Social History of the Family pointed to the interpretive model with a temporality and a specific region as its axis, while the study of the relations between the Brazilian Empire and the local elites was no longer centered on the public / private dichotomy to consider the networks of sociability and kinship of the members of the political and economic elite of the Brazilian Empire. Based on the onomastic method, which allows finding the same individual in different social contexts, the authors sought to determine, through post-mortem inventories, debt libels, wills, periodicals and provincial reports, Castro Abreu Magalhães' "good society", using the biographical method of individual analysis associated with the methodology of microanalysis of networks of social relations, from a historical perspective, in order to demonstrate their experiences, their behaviors and their social strategies.

**Keywords:** Family History, portuguese immigration, Rio de Janeiro Province

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| <b>Introdução</b> .....   | 8   |
| <b>Capítulo I. A aventura de um jovem português no comércio varejista da Vila de Magé</b> ..... | 18  |
| 1.1 A origem da Família Castro Abreu Magalhães .....  | 18  |
| 1.2. O Rio de Janeiro sob a Regência Feijó .....  | 23  |
| 1.3 Ao norte da Guanabara, uma vila de comércio .....   | 28  |
| 1.4 A “boa sociedade” agro-mercantil da Vila de Magé .....                                      | 35  |
| 1.5 Entre os negócios e o altar .....   | 39  |
| <b>Capítulo II: De fazendeiro no sertão de Macacu a comerciante de café na Corte</b> .....      | 47  |
| 2.1 No sertão de Macacu, o café .....   | 47  |
| 2.2 Fazendeiros, negociantes, médicos e padres: a “boa sociedade” carmense .....                | 51  |
| 2.3 A Fazenda Santa Fé e sua colônia .....  | 57  |
| 2.4 Diversificando os negócios .....  | 66  |
| 2.5 No casamento dos filhos, a ampliação da rede familiar .....                                 | 69  |
| <b>Capítulo III. O outono da vida, na cidade imperial de Petrópolis</b> .....                   | 74  |
| 3.1 Preparando-se para a velhice .....  | 74  |
| 3.2 A herança do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães .....                            | 80  |
| 3.2.1 As últimas vontades .....   | 80  |
| 3.2.2 Composição de sua fortuna .....   | 84  |
| 3.3 A descendência dos Castro Abreu Magalhães .....   | 90  |
| 3.4 O capital simbólico da família Castro Abreu Magalhães .....                                 | 98  |
| <b>Considerações finais</b> .....   | 105 |
| <b>Fontes</b> .....   | 108 |
| <b>Bibliografia</b> .....   | 117 |
| <b>Anexos</b> .....   | 128 |
| Anexo I. Principais negociantes da Vila de Magé .....   | 128 |
| Anexo II. A “boa sociedade” carmense .....  | 131 |
| Anexo III. Descendentes do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães.....                          | 139 |

## Introdução

A presente dissertação tem por tema a análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na “boa sociedade” do Rio de Janeiro oitocentista, identificada por Ilmar Rohllof de Mattos como “aqueles que eram livres, proprietários de escravos e representados como brancos”,<sup>1</sup> tomando como objeto de estudo a família Castro Abreu Magalhães.

A relevância da pesquisa está em deslocar a análise da sociedade cafeeira do vale do Paraíba fluminense, já amplamente estudada por autores como Hebe Mattos, Humberto F. Machado, Márcia Motta, Ricardo Salles e João Fragoso,<sup>2</sup> para outros centros cafeeiros fluminenses, como as cidades de Magé e de Cantagalo, que dependiam economicamente da estrada aberta, em 1836, pelos irmãos Francisco Leite Ribeiro e Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Ayuruóca, ligando a Vila de Magé a Mar de Espanha, em Minas Gerais, afinal, naquela época, a Vila de Magé era a mais transitada pelos tropeiros de Cantagalo em virtude de possuir as melhores vias de comunicação com o litoral.<sup>3</sup> O recorte espacial privilegiará, então, a região centro-norte fluminense, compreendendo os atuais municípios de Magé, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Sapucaia e Carmo (Imagem 1).

Pioneiros na análise das relações familiares, Oliveira Viana (1883-1951), desenvolveu o conceito de clã parental para explicar que as famílias das elites locais influíam no meio social segundo suas conveniências,<sup>4</sup> enquanto Gilberto Freyre (1900-1987) concebeu a noção de família patriarcal, como herança da colonização

---

<sup>1</sup> MATTOS, Ilmar Rohllof de. Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 117.

<sup>2</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores & Café. Um estudo da crise da cafeeira escravista do Vale do Paraíba Fluminense. 1860-1888*. Rio de Janeiro: Kromos, 1993; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2 ed. Niterói: EDUFF, 2008; SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; FRAGOSO, João. *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

<sup>3</sup> DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978, p. 165.

<sup>4</sup> VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

portuguesa.<sup>5</sup> Para ele, o meio ambiente e fatores culturais determinaram o caráter paternalista nacional desenvolvido através do sistema familiar. Na mesma linha, Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982) apontou a família colonial de base rural como o núcleo da formação brasileira.<sup>6</sup>

A partir da década de 1980 a análise da família brasileira foi marcada pela abordagem da demografia histórica, pautada em larga documentação serial (por exemplo, registros de batismo, inventários *post-mortem* e processos de habilitação matrimonial), analisada por métodos quantitativos. Segundo Sérgio Odilon Nadalin, como a demografia privilegia a dinâmica populacional, a história da família lhe compõe o pano de fundo.<sup>7</sup> Neste ponto destacam-se Eni de Mesquita Samara (1948-2011), Carlos de Almeida Prado Bacellar e Sheila de Castro Faria, cujos trabalhos, dentro da perspectiva dos estudos de populações, privilegiam a temática da família e demonstram a existência de arranjos familiares diversos do sistema patriarcal.

Eni de Mesquita Samara, ao analisar as estruturas demográficas e a composição dos domicílios paulistas, durante o período colonial, apontou que o modelo gilbertiano de família patriarcal extensa se aplica ao nordeste agrário, ressaltando a existência de outros tipos de formação familiar, como famílias nucleares com poucos integrantes, suscetíveis a fatores como o desenvolvimento econômico.<sup>8</sup>

Já Carlos de Almeida Prado Bacellar, ao estudar os mecanismos de preservação e reprodução dos proprietários de terras e de cativos do oeste paulista, entre 1765 e 1855, identificou que as transformações das estruturas familiares na longa duração, provocadas por mudanças econômicas, são capazes de alterar, no correr do tempo, o padrão de acumulação de riqueza, desencadeando novas estratégias sociais de preservação do patrimônio e *status* familiar, através dos arranjos matrimoniais e da dotação dos filhos, adiantando-lhes parte da herança.<sup>9</sup>

Tomando por base a região de Campos dos Goitacazes, antiga capitania de Paraíba do Sul, Sheila de Castro Faria apresenta a família como um núcleo econômico, social e político responsável pela estabilidade e fixação da sociedade colonial,

---

<sup>5</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

<sup>6</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>7</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. São Paulo: ABEP, 1994, p. 46.

<sup>8</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>9</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Revista Estudos Cedhal*, n. 7. São Paulo, Cedhal, 1991.

identificando, ainda, um modelo baseado na família extensa, na parentela, no patriarcalismo, no prestígio social e na hierarquia.<sup>10</sup>

Atualmente a historiografia brasileira é marcada por estudos de grupos familiares marcados por uma temporalidade e uma região específicas, a exemplo dos trabalhos de Mônica Ribeiro de Oliveira, Silvia Maria Jardim Brügger, Mariana Muaze e Manoela Pedroza.

Mônica Ribeiro de Oliveira identificou que na Zona da Mata mineira oitocentista as estratégias familiares conduziram à preservação do patrimônio fundiário e a formação de uma sociedade hierarquizada controlada pelos grandes fazendeiros, onde a variedade de arranjos matrimoniais permitiu a estruturação de uma ampla rede de sociabilidade na região.<sup>11</sup>

Analisando a sociedade são-joanense entre 1736 e 1850, a partir do conceito de patriarcalismo desenvolvido por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, isto é, considerando a família como o centro da ação social, Silvia Brugger observa que os valores patriarcais eram dominantes, embora não fossem exclusivos, estando em questão, na verdade, a representação do poder familiar.<sup>12</sup>

Buscando entender o cotidiano familiar, durante o século XIX, Mariana Muaze ressaltou os laços afetivos e os sentimentos de pertencimento ao grupo, além das relações de dependência e solidariedade entre seus membros.<sup>13</sup> Utilizando a correspondência de Mariana Velho de Avellar, a Viscondessa de Ubá, Muaze percebeu a mudança da lógica de preservação do patrimônio e do *status* familiar. Em primeiro lugar, a família oitocentista, apesar de organizada de forma reduzida (pais e filhos), mantinha-se atrelada às solidariedades da família extensa. Além disso, as grandes doações ao Estado e à Igreja visando obter honrarias e mercês, no final do século XIX, foram sendo substituídas por outros valores, como educação, refinamento e boas relações pessoais.

Manoela Pedroza, por sua vez, parte do conceito de economia moral, de viés thompsoniano, para estudar as redes de parentela e as estratégias de preservação patrimonial de um grupo de famílias de senhores de terras e cativos e dos sitiantes,

---

<sup>10</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, 2005.

<sup>12</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>13</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

numa freguesia rural carioca, observando que esses grupos compartilhavam um universo comum construído por vínculos clientelares e econômicos, que contribuíram para a fixação das famílias na região.<sup>14</sup>

As relações entre o Império brasileiro e as famílias representativas das elites locais foram estudadas por diversos autores como Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro, em obras marcadas por análises do tipo centralização x descentralização.

Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré consideraram que o Império brasileiro era apenas um instrumento a serviço dos fazendeiros,<sup>15</sup> ao passo que Raymundo Faoro sustenta que o Estado Imperial e os grandes fazendeiros travaram uma disputa pelo poder político.<sup>16</sup>

Predomina hoje na historiografia brasileira os modelos interpretativos concebidos por José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos e Richard Graham, que procuram afastar-se da dicotomia entre o público e o privado.

José Murilo de Carvalho acentua o papel do Estado, diminuindo o poder de influência dos proprietários de terras e suas famílias nas diretrizes políticas regionais,<sup>17</sup> no que se contrapõe Ilmar Rohloff de Mattos que aproxima o processo de construção do Estado Imperial dos interesses das famílias dos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, desconsiderando, porém, os interesses e projetos das demais províncias.<sup>18</sup>

Já Richard Graham defende a tese de que o Estado Imperial foi uma iniciativa das famílias dos proprietários de terras e de cativos espalhados pelo Brasil, onde dominavam a política local, através de uma ampla rede clientelista.<sup>19</sup>

Mais recentemente, Maria Fernanda Vieira Martins e Jonas Moreira Vargas defenderam que para se compreender o sistema político imperial se faz necessário o estudo das famílias dos membros da elite política e econômica da Corte que possuíam

---

<sup>14</sup> PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

<sup>15</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil, colônia e império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988; SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004..

<sup>16</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>18</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 6 ed. São Paulo, Hucitec Editora, 2011.

<sup>19</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

ramificações pelas demais províncias do Império, bem como de suas redes de sociabilidade e parentesco.<sup>20</sup>

Objetivamente, buscar-se-á identificar quais foram as estratégias sociais utilizadas pelo Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães na tentativa de inserção de sua família na “boa sociedade” fluminense oitocentista, bem como comprovar que as alianças matrimoniais e a inserção na vida pública foram estratégias sociais bem sucedidas para a inserção da família Castro Abreu Magalhães na sociedade imperial brasileira.

A par da extensão do tema, torna-se imperativo delimitá-lo. O recorte cronológico será o de 1836 a 1898. A primeira data corresponde ao desembarque no Porto do Rio de Janeiro do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães e a segunda, ao ano de sua morte. O recorte adotado não deve ser entendido como uma continuidade temporal na vida do biografando, afinal, temos consciência das lacunas expressivas em sua trajetória, especialmente quanto aos primeiros anos em que viveu na cidade do Rio de Janeiro. Como bem nos lembra Vânia Fróes, “uma vida não é uma sequência de fatos programados, mas um processo complexo, vivido no jogo do tempo e do seu tempo”.<sup>21</sup>

Sob a ótica da História Social, comendadores, como Fernando de Castro Abreu Magalhães, constituem capítulo importante, protagonistas do nosso pré-capitalismo, primeiro mercantil, depois industrial e bancário.<sup>22</sup> Seu espaço social, porém, não era determinado exclusivamente pelo critério da fortuna ou extensão de seus negócios. Era de suma importância a combinação das atividades agropastoris e comerciais com o grau de envolvimento com o Império brasileiro e entidades religiosas e assistenciais.

A noção de “boa sociedade” desenvolvida por Ilmar Rohloff de Mattos atribui à elite política e econômica imperial critérios de *status*, poder e riqueza que a distinguem dos demais luso-brasileiros.<sup>23</sup> Sheila de Castro Faria amplia essa caracterização para incluir como parâmetros a “brancura da pele, prestígio familiar,

---

<sup>20</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

<sup>21</sup> FROES, Vânia Leite. Biografia como território do historiador – problemas e questões a partir da Nova História. In: *Revista Tempo Brasileiro*, v. 180, jan-mar, 2010, p. 51.

<sup>22</sup> RIOS, José Arthur. Papel social do comendador português no Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 165, n. 424, jul./set. 2004, p. 317.

<sup>23</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 117.

ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou presente”.<sup>24</sup> Com o conceito de “boa sociedade” identificamos, então, a reduzida elite econômica, política e cultural do Império, que partilhava códigos de valores e comportamentos modelados na concepção européia de civilização.<sup>25</sup>

Antônio Manuel Hespanha chama a atenção para o fato de que, na época moderna, a mobilidade social não estava, por exemplo, nas mudanças na fortuna, já que enriquecer ou empobrecer não seria um fato social decisivo, do ponto de vista da categorização. Seriam vias de aquisição de *status* a riqueza honesta, resultado de uma gestão prudente do que é seu; a construção de uma reputação diuturna e durável; a posse de qualidades espirituais enraizadas por tradição familiar; a realização de obras, que podem estar ligadas aos ofícios militares ou curiais, aos estudos e aos negócios; e o recebimento da graça régia, principal mecanismo de mobilidade, fonte de legitimação social do agraciado.<sup>26</sup>

Os mecanismos do processo de inserção do imigrante português na “boa sociedade” fluminense passariam então pelos títulos e honrarias recebidos e pela ocupação de altos postos na administração imperial, na Guarda Nacional e nas irmandades leigas. Assim, a análise das estratégias de mobilidade social desenvolvidas pelo comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães se dará a partir de três conceitos fundamentais: família, fortuna e poder.

Trajetórias e estratégias familiares no período imperial vêm chamando atenção da historiografia brasileira, afinal, como observou Richard Graham, “as famílias representavam importante fonte de capital político”.<sup>27</sup> Maria Fernanda Martins, por sua vez, ao analisar a sociedade imperial, aponta que “no centro dessa estrutura encontravam-se a família e as redes de clientela que se formavam ao seu redor”.<sup>28</sup>

Ocorre que no Brasil monárquico palavras como “família”, “moradia” ou “fogos”, segundo Rosa Maria Barboza de Araújo, “eram utilizadas nos registros

---

<sup>24</sup> FARIA, *A colônia em movimento...*, p. 207.

<sup>25</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 95.

<sup>26</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: *Tempo*, v.11, n.21, Niterói, 2006, p. 128-143.

<sup>27</sup> GRAHAM, *Clientelismo e política no Brasil...*, p. 33.

<sup>28</sup> MARTINS, *A velha arte de governar...*, p. 187.

oficiais para indicar um grupo interdependente de pessoas que moravam juntas, com uma economia doméstica comum, tivessem ou não ligações de sangue”.<sup>29</sup>

Antônio Manuel Hespanha, ao analisar a constituição da família na época moderna, fundada em princípios generativos e linhagísticos, a apresenta como uma comunidade natural, fundada no amor e na geração de filhos, abarcando as pessoas relacionadas por geração ou pela afinidade, ligadas por laços morais e jurídicos, voltada para a valorização do patrimônio familiar.<sup>30</sup>

Assim, o conceito de família aqui adotado compreende não só o casal, mas sua descendência, seus parentes laterais (primos e tios) e aqueles advindos dos casamentos, por afinidade, sendo que a análise dessas redes de relações sociais revelará a sua essencialidade para a obtenção de recursos materiais e simbólicos.

Por fortuna considerar-se-á a posse de bens materiais e a sua utilização na aquisição de terras e escravos, em busca de maior prestígio social, confirmando a assertiva de João Fragoso de que “nas origens das fortunas das grandes famílias do café encontramos fortunas de comerciantes da Praça do Rio de Janeiro”.<sup>31</sup>

Finalmente, a noção de poder será adotada em sentido amplo, referindo-se, “tanto ao domínio do senhor, no espaço de sua propriedade, em relação à sua família, a seus agregados e escravos, quanto à ocupação de cargos administrativos, civis, eclesiásticos e públicos”,<sup>32</sup> entendidos como espaços de sociabilidade responsáveis pela mobilidade social no Brasil monárquico.

Estabelecemos duas hipóteses que nortearão nossa pesquisa: a) o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães teria optado por unir sua família a membros oriundos da aristocracia rural e da elite mercantil, aumentando assim os espaços sociais da família Castro Abreu Magalhães; b) a inserção na vida pública através da ocupação de cargos na administração da Província do Rio de Janeiro e em irmandades religiosas e instituições filantrópicas serviria de estratégia para a inserção da família Castro Abreu Magalhães na “boa sociedade” brasileira.

O levantamento das fontes documentais que registram a trajetória do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, entendida como os traços

---

<sup>29</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 201.

<sup>30</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. In. *Análise Social*, v. XXVIII, 1993, p. 957-958.

<sup>31</sup> FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 365.

<sup>32</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 21.

pertinentes de sua biografia,<sup>33</sup> se dará através da metodologia onomástica que permite encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais, através daquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.<sup>34</sup>

Na análise da história de cada membro da família Castro Abreu Magalhães em particular, adotar-se-á o método biográfico de análise individual. Como observou Ana Maria da Costa Macedo, as alianças matrimoniais, os bens patrimoniais e as práticas sucessórias, os valores, os conflitos e os comportamentos dão corpo e unidade à família e permite-nos reconstruir a sua história.<sup>35</sup>

Ao método biográfico de análise individual será associado à metodologia da microanálise das redes de relações sociais, sob a perspectiva histórica, a fim de demonstrar as vivências, os comportamentos e as estratégias sociais da família Castro Abreu Magalhães.

Para a análise da sociedade a partir de seus atores sociais, tema tão caro a micro-história italiana, a metodologia das redes de relações sociais, segundo Jonas Moreira Vargas, ajuda a destacar as relações clientelísticas, as trajetórias familiares e a capacidade de negociação, adaptação e articulação dos atores históricos diante de novas conjunturas políticas e econômicas.<sup>36</sup>

Nesse sentido, ao reconstituir a trajetória do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães estamos interessados em perceber, através do exame microlocalizado, as estratégias adotadas pelo imigrante português na tentativa de inserção na corte tropical de Dom Pedro II.

Finalmente, os documentos serão examinados sob uma perspectiva metodológica indutiva, ao passo que a bibliografia de apoio será por uma perspectiva dedutiva. A respeito da família Castro Abreu Magalhães encontramos variadas fontes documentais em arquivos públicos. Tais documentos permitirão estudar uma família de origem portuguesa na sua intimidade e cotidiano.

O Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, guarda o maior acervo documental sobre a família, em um fundo arquivístico próprio, com 2.239 documentos, abrangendo o período de 1851 a 1947, compreendendo farta correspondência sobre assuntos familiares e religiosos, certidões de batismo, de casamento e de óbito,

---

<sup>33</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 191.

<sup>34</sup> GINZBURG, Carlo *et alii*. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 174.

<sup>35</sup> MACEDO, Ana Maria da Costa. *Família, sociedade e estratégias de poder: a família Jácome de Vasconcelos da freguesia de São Tiago da Cidade – Braga (1750-1830)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996, p. 21.

<sup>36</sup> VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte...*, p. 33.

fotografias de familiares, revistas e jornais contendo artigos sobre eles.<sup>37</sup> Destaca-se neste acervo, a caderneta pessoal do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, onde o filho do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães registra ocorrências familiares (nascimentos, batizados e mortes) e investimentos feitos na Fazenda Santa Fé.

Na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, além do *Almanak Laemmert* que “foi se transformando, aos poucos, na grande referência da Corte”,<sup>38</sup> encontramos o *Almanach d’ O Carmense* de 1888, que registra as contribuições da família Castro Abreu Magalhães à freguesia, à vila e depois à cidade do Carmo. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, os almanaques são conhecidos do mundo luso-brasileiro desde o século XVIII, e contém notícias mais detalhadas relacionadas ao poder real e aos seus diferentes corpos e instituições, além de indicar os principais membros do governo, dos negociantes, médicos, militares, advogados, entre outros.<sup>39</sup>

O Museu Imperial, em Petrópolis, guarda os retratos do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães e o de seu sogro, o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, ambos de autoria do pintor uruguaio Miguel Navarro y Canizares. Além disso, o museu possui a coleção completa da *Gazeta de Petrópolis*, onde estão registradas as obras filantrópicas realizadas naquela cidade serrana pelo comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães e por seu irmão, o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar.

Serão analisados, no primeiro capítulo, a origem da família Castro Abreu Magalhães, na região do Minho setecentista, a emigração dos irmãos Francisco de Castro Abreu Bacellar e Fernando de Castro Abreu Magalhães para o Brasil, em 1836, o estabelecimento de Fernando na Vila de Magé e suas estratégias de inserção na sociedade agro-mercantil local.

Já o capítulo dois versa sobre a transferência da família Castro Abreu Magalhães para a Fazenda Santa Fé, na freguesia do Carmo, então Vila de Cantagalo, e o trabalho desenvolvido com os colonos na produção de café e cereais. Analisar-se-á ainda as estratégias adotadas por Fernando de Castro Abreu Magalhães para ampliar a sua rede familiar, seja através das alianças matrimoniais para o casamento de seus

<sup>37</sup> Arquivo Nacional. Arquivo Particular Irmã Zélia. AP 13. Caixas de 01 a 13.

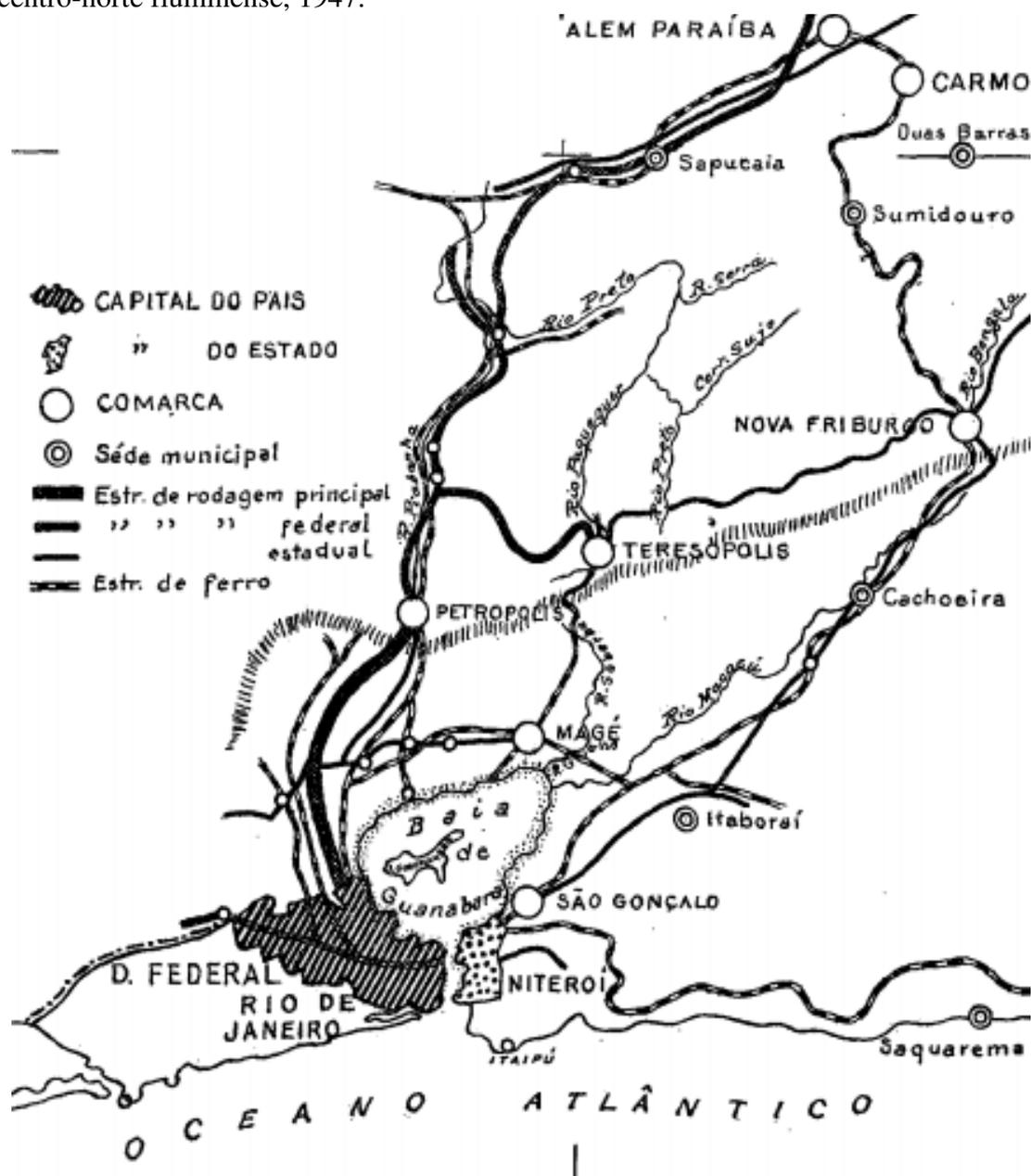
<sup>38</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998, p. 570.

<sup>39</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Folhinhas e Almanagues: História e Política no Império do Brasil (1824-1836)*. In. RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e prática da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 236.

filhos, seja ocupando cargos em associações religiosas e custeando obras de caridade, que lhe renderam o reconhecimento do Império brasileiro.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisaremos as ações de Fernando de Castro Abreu Magalhães no outono da vida, como capitalista na cidade imperial de Petrópolis, onde faleceu em 1898, o cumprimento de seu testamento e a sua descendência.

**Imagem 1:** Detalhe do mapa do Estado do Rio de Janeiro, destacando a região centro-norte fluminense, 1947.



Fonte: CORREA FILHO, Virgílio. Cidades Serranas (Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis). In. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano IX, n. 1, janeiro-março, 1947, p. 4.

## **Capítulo I - A aventura de um jovem português no comércio varejista da Vila de Magé**

Neste capítulo analisaremos a origem da família Castro Abreu Magalhães, na região do Minho setecentista, a emigração dos irmãos Francisco de Castro Abreu Bacellar e Fernando de Castro Abreu Magalhães para o Brasil, o estabelecimento deste na Vila de Magé e suas estratégias de inserção na sociedade agro-mercantil local.

### **1.1 A origem da Família Castro Abreu Magalhães**

No noroeste de Portugal, a região do Minho, cujo centro é a Cidade de Braga, corresponde à ocupação humana do território da Província de Entre Douro e Minho, que se distingue das outras regiões portuguesas pela prevalência de altas taxas de fecundidade, o que levou a um esgotamento, já que a terra repartida não poderia sustentar indefinidamente a demografia minhota, obrigando muitos a emigrar para a África, para o Brasil, para a América do Norte, no século XIX.<sup>40</sup> Segundo Donald Ramos, o contexto social do norte de Portugal (províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes) era caracterizado por uma tendência de migração dos homens, o que não significava uma perda de mão de obra, já que as propriedades rurais eram insuficientes para alimentarem famílias numerosas.<sup>41</sup>

António Manuel Hespanha observa que, na época moderna, a indivisibilidade do patrimônio familiar relaciona-se com as vantagens (inclusive políticas, do ponto de vista da Coroa portuguesa) da indivisão dos bens das casas e da sua conservação numa certa linhagem sucessória, preservando, inclusive, o sobrenome da família, através da instituição dos morgados.<sup>42</sup>

Já Margarida Durães destaca que, no norte de Portugal, foram às necessidades econômicas de produção agrícola que determinaram as estratégias adotadas para a transmissão da herança, visando à manutenção da integridade da casa, com a escolha

---

<sup>40</sup> MATTOSO, José et alii. *Portugal, o sabor da terra: um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2013, p. 102-137.

<sup>41</sup> RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, n. 1, jan./jun., 2008, p. 135.

<sup>42</sup> HESPANHA, António Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. In. *Análise Social*, v. XXVIII, 1993, p. 964-965.

do “morgado”, que não era necessariamente o filho mais velho, cabendo aos “filhos-segundos”: se filhas, o casamento e a dotação, que lhes permitiria ingressar em famílias do mesmo círculo social; e, aos filhos, contrair matrimônio com “filhas-segundas” de outras casas ou seguir a carreira eclesiástica, ou emigrar para o Brasil, por conta da legítima.<sup>43</sup>

Apesar da existência de diferentes estratégias de manutenção da família e de proteção de seu patrimônio, como a sucessão igualitária entre todos os herdeiros; sucessão única e herança indivisa ou ainda um herdeiro beneficiado com o maior quinhão, a densidade populacional e a divisão das terras do Minho fez da emigração uma opção para os membros excluídos da sucessão das propriedades rurais.<sup>44</sup>

Nuno Gonçalo Monteiro destaca que a emigração espontânea portuguesa, sobretudo do Norte de Portugal, particularmente do Minho, era majoritariamente jovem, masculina e, ao que tudo indica, alfabetizada, portanto, uma emigração de remediados, dotados de dois capitais valiosos: saber ler e escrever, o que lhes garantiriam uma colocação conveniente no local de destino.<sup>45</sup>

A sub-região denominada Baixo Minho, composta basicamente pelo Distrito de Braga, reúne, dentre outros concelhos, os de Vila Nova de Famalicão, de Barcellos, de Guimarães, de Fafe e de Cabeceira de Basto (Imagem 2), aos quais está ligada a trajetória dos membros da família Castro Abreu Magalhães.

Para além dos registros paroquiais (batismo, matrimônio e óbito), os processos de habilitação de *genere* revelaram-se uma importante fonte para se estabelecer a genealogia da família Castro Abreu Magalhães na região do Minho setecentista. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a inquirição de *genere*, realizada pela justiça eclesiástica, investigava as origens, os costumes e a capacitação do candidato ao sacerdócio secular.<sup>46</sup>

Os processos de habilitação de *genere*, ao conjugarem certidões de batismo e de casamento de pais e avós e depoimentos de “testemunhas de qualidade” acerca da

---

<sup>43</sup> DURAES, Margarida. Necessidades económicas e práticas jurídicas: problema da transmissão das explorações agrícolas (séculos XVIII-XX). *Revista Ler. Minho*, v. 29, 1995, p. 72-74.

<sup>44</sup> SILVA, Clara Garcia de Carvalho. "Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!": O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em comunidades rurais das Minas setecentistas. *Dissertação de Mestrado em História*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016, p. 26.

<sup>45</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. In: *Tempo*, v.14. n. 27, Niterói, 2009, p. 77.

<sup>46</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude de genealogia no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989, p.52.

trajetória familiar do postulante, se revelam, em alguns casos, como os únicos repositórios confiáveis de materiais biográficos.<sup>47</sup>

A história da família Castro Abreu Magalhães começa em 14 de janeiro de 1757 com o casamento de Paulo José de Almeida Castro e de Quitéria Maria Joana de Carvalho Abreu Magalhães, filha do Doutor Alexandre Duarte Carvalho, Desembargador no Porto, e de Isabel de Oliveira Abreu Magalhães, na Igreja de Santa Maria de Airão, Concelho de Guimarães.<sup>48</sup>

Paulo José de Almeida Castro, filho de José Rodrigues de Castro e Serafina Luis de Almeida, nasceu na freguesia de Cabeceira de Basto, Concelho de Braga, em 2 de janeiro de 1725.<sup>49</sup> Seu sogro, Alexandre Duarte Carvalho, além de Desembargador no Porto e familiar do Santo Ofício, era senhor da Quinta de Vilaboa em Joanes, Concelho de Vila Nova de Famalicão.<sup>50</sup>

Ser identificado como familiar do Santo Ofício significa que o Desembargador Alexandre Duarte Carvalho integrava o seletor grupo de oficiais leigos do aparelho inquisitorial do mundo ibérico no Antigo Regime que, desfrutando de privilégios, participavam diretamente de diligências e prisões.<sup>51</sup>

Portar uma Carta de Familiatura, na sociedade estamental portuguesa, ligava-se ao *status* social e aos privilégios conferidos pelo cargo, sendo a pureza de sangue exigida do futuro consorte, bem como de toda sua família, o que nos faz pensar que Paulo José de Almeida Castro descendesse de cristãos-velhos, afinal, o casamento ocorreu antes que o Marquês de Pombal abolisse a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, em 1773.<sup>52</sup>

---

<sup>47</sup> MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 38.

<sup>48</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Concelho de Guimarães. Freguesia de Santa Maria de Airão. Livro de Registro Misto (1711- 1777), fl. 130v./131.

<sup>49</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Inquirição de Genere de Paulo José de Almeida Castro, 1747, fl. 7v.

<sup>50</sup> CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo. *Árvores de costados das famílias nobres dos reinos de Portugal, Algarves e domínios ultramarinos*. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, v. 2, p. 84

<sup>51</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 26-27.

<sup>52</sup> RODRIGUES, Aldair Carlos. Familiaturas do Santo Ofício e mobilidade social na Minas setecentista. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva; RIBAS, Rogério de Oliveira (org.). *Hierarquia, raça e mobilidade social: Portugal, Brasil, e o Império colonial português (séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Companhia das Índias, 2010, p. 71.

**Imagem 2:** Detalhe do mapa da região da Província do Minho, destacando as freguesias de Fafe, de São Nicolau, de Basto e de Cabeceiras de Basto, 1800



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Cartografia. *Mapa de la provincia de Minho : Vianna do Castelo, Braga : cartas chorographicas / cuidadosamente executadas por pessoal tecnico sob a direcção do capitão de engenheiros do exército hespanhol D. Benito Chias y Carbó.* 1800. Ref. ccd-38-a

O casal Paulo José de Almeida Castro e Quitéria Maria Joana de Carvalho Abreu Magalhães teve, pelo menos, dois filhos, Bento Antônio Castro Abreu Magalhães e Jerônimo Thomaz de Castro Abreu Magalhães, naturais da freguesia de São Nicolau, Concelho de Cabeceira de Basto, o primeiro nascido em 8 de dezembro de 1757, e o segundo, a 18 de setembro de 1762.<sup>53</sup>

Em 22 de fevereiro de 1797, Jerônimo Thomaz de Castro Abreu Magalhães casou-se com Maria Bárbara de Abreu Bacellar e Sousa, filha de Francisco Ventura de Abreu Bacellar e de Rosa Maria Sampaio e Mello, na Igreja de São Martinho de Silvaes, Concelho de Fafe.<sup>54</sup> Esse casamento significou a união da Casa da Breia (da família Abreu Bacellar e Sousa) com a sua vizinha Casa do Casal (dos Castro Abreu Magalhães).

Nuno Gonçalo Monteiro menciona que, na Província do Minho, a herança da cultura fidalga antiga era mais persistente, multiplicando-se até no século XIX suas reproduções tardias, a exemplo dos membros da nobreza local que se auto-intitulavam

<sup>53</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Inquirição de genere de Bento Antônio de Castro Abreu Magalhães e de Jerônimo Thomaz de Castro Abreu Magalhães. 1777, fl. 2v.

<sup>54</sup> Arquivo Distrital de Braga. Concelho de Fafe. Freguesia de São Martinho de Silvaes. Livro de Registro de Matrimônios (1713-1802), fl. 80/80v.

“senhor da casa de”, embora isso nada mais significasse senão a posse de uma casa, eventualmente armoriada.<sup>55</sup>

Como observou Ana Maria da Costa Macedo, a “casa”, elemento aglutinador da família e unidade da sua afirmação social, surge como uma referência comum ao estatuto nobiliárquico das famílias setecentistas.<sup>56</sup> Nesse contexto, a “casa” deve ser entendida, não apenas no sentido material (patrimônio edificado), mas enquanto complexo de valores, direitos, deveres e obrigações, capital simbólico, que desde o fundador, fez convergir nos administradores sucessivos a autoridade sobre seus membros a fim de garantir a continuidade da família, o bom nome e, se possível, o seu engrandecimento.<sup>57</sup>

O casal Jerônimo Thomaz e Maria Bárbara teve, pelo menos, seis filhos: Padre Paulo de Castro Abreu Magalhães;<sup>58</sup> Padre José de Castro Abreu Bacellar,<sup>59</sup> Padre Joaquim de Castro Abreu Magalhães;<sup>60</sup> Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar;<sup>61</sup> Fernando de Castro Abreu Magalhães,<sup>62</sup> e Bento de Castro Abreu Magalhães,<sup>63</sup> que herdou as terras, se tornou juiz de fora de Montalegre e depois foi eleito deputado pelo distrito de Guimarães.<sup>64</sup>

Jerônimo Thomaz e Maria Bárbara tiveram ainda uma filha, Leonor de Castro Abreu Magalhães, que se casou com Antonio Leite Pinto Saldanha Miranda, da Casa de Ambrões, freguesia de São Jorge da Várzea, concelho de Felgueiras, e foram pais

---

<sup>55</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense*, n. 2, São Paulo, 2005, p. 14.

<sup>56</sup> MACEDO, Ana Maria da Costa. *Família, sociedade e estratégias de poder: a família Jácome de Vasconcelos da freguesia de São Tiago da Cidade – Braga (1750-1830)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996, p. 59.

<sup>57</sup> VIEIRA, Benedicta Maria Duque. Nesta lâmina está o roteiro da família Franco nesta grande província da Beira Baixa. In: CARVALHO, José Murilo de, et al. (org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 363.

<sup>58</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Inquirição de Genere de Paulo de Castro Abreu Magalhães. 1811, fl. 6/6v.

<sup>59</sup> Jornal do Comércio, 29 de abril de 1851, p.4.

<sup>60</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Inquirição de Genere de Joaquim de Castro Abreu Magalhães. 1821

<sup>61</sup> Arquivo Distrital de Braga. Concelho de Cabeceira de Basto. Freguesia de São Nicolau. Livro de Registro de Nascimentos (1793-1822). fl. 130/130v.

<sup>62</sup> Arquivo Distrital de Braga. Concelho de Cabeceira de Basto. Freguesia de São Nicolau. Livro de Registro de Nascimentos (1793-1822), fl. 149/149v.

<sup>63</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Inquirição de Genere de Bento Antônio de Castro Abreu Magalhães. 1816, fl. 5/5v.

<sup>64</sup> Gazeta de Lisboa, 18 de março de 1833, p. 1; Diário do Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1852, p. 1; Jornal do Comércio, 11 de novembro de 1869, p. 1.

de Francisco Leite de Castro,<sup>65</sup> de José Leite Pinto Saldanha de Castro,<sup>66</sup> de Rosa Angelina Leite de Castro<sup>67</sup> e de Bento de Castro Abreu Leite.<sup>68</sup>

Nuno Gonçalo Monteiro observa que o caso de prole numerosa nascida de um mesmo casamento usar o mesmo sobrenome, como ocorreu com os filhos de Jerônimo Thomaz e Maria Bárbara, é raro, pois os filhos segundos podiam usar apelidos diversos do primogênito, o mesmo se passando com as filhas, que tomavam muitas vezes o primeiro apelido da mãe, avó paterna, etc, o que nos leva a tese de que o sobrenome Castro Abreu Magalhães tornou-se, ao longo do tempo, um elemento estruturante do capital simbólico de sua casa.<sup>69</sup>

O sistema familiar troncal, na região do Minho, identificado por Ana Sílvia Volpi Scott, se caracterizava pela escolha de um dos herdeiros que deveria se casar e herdar as terras, como foi o caso de Bento de Castro Abreu Magalhães, evitando, assim, a fragmentação da propriedade que levaria a sua inviabilização econômica e consequente arruinamento da família.<sup>70</sup>

Como observou André Luiz Cavazzani, aos jovens portugueses que ficavam excluídos da sucessão hereditária e/ou ao acesso ao casamento, restava a carreira eclesiástica, a saída temporária para Castela, Lisboa ou Alentejo ou, finalmente, a emigração para o Brasil.<sup>71</sup> Eis, provavelmente, o porquê dos irmãos Francisco de Castro Abreu Bacellar e Fernando de Castro Abreu Magalhães terem cruzado o Atlântico, em 1836, rumo ao porto do Rio de Janeiro.

## 1.2 O Rio de Janeiro sob a Regência Feijó

À abdicação de Dom Pedro I (1831), seguiu-se, no período regencial, a criação da Guarda Nacional (1831), a promulgação do Código de Processo Criminal (1832), cuja figura central era o juiz de paz, e o Ato Adicional de 1834, que criou as

<sup>65</sup> *Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1844*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1844, p. 18.

<sup>66</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Inquirição de Genere de Antônio Leite Saldanha Castro, 1888, fl. 3.

<sup>67</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1895. Inventário. Rosa Angelina Leite de Castro (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fl. 04.

<sup>68</sup> Arquivo Distrital de Braga. Registro de Passaporte. 1895. Bento de Castro Abreu Leite. Ref. A - 10-112.

<sup>69</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XIII. In: *Penélope*, n.º 12, Lisboa, 1993, p. 49-50.

<sup>70</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Família, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS – Universidade do Minho, 1999, p. 41.

<sup>71</sup> CAVAZZANI, André Luiz. *Tendo o sol por testemunha: População portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 130.

Assembleias Provinciais e o Município Neutro da Corte, abrangendo a área urbana e adjacências do Rio de Janeiro.

O Ato Adicional, publicado em 12 de agosto, alterou a Carta de 1824, passando a regência a ser exercida por um só homem, sendo eleito o Padre Diogo Antônio Feijó, empossado a 12 de outubro de 1835. Sua regência ficou marcada como um período de instabilidade nas províncias, chegando-se a proclamação da República Rio-Grandense, em 1836.

Na Corte, desde a “noite das garrafadas” (1831), dias de violência nas ruas da freguesia da Candelária entre portugueses adeptos de Dom Pedro I e brasileiros liberais, um sentimento antilusitano contra o comerciante português de retalhos era somado ao ódio pelos elementos lusitanos que, acreditava-se, dominavam o Paço.<sup>72</sup> José Sacchetta Ramos Mendes comenta que esse sentimento antilusitano nas várias províncias estava relacionado à posição comercial ou militar que os portugueses detinham, seja nas tradicionais praças mercantis (Rio de Janeiro, Salvador, Olinda-Recife, São Luis e Belém), ou pelos postos que ocupavam nas guarnições do Exército e da Armada.<sup>73</sup> José Jobson de Andrade Arruda, por sua vez, pondera que essa intolerância deve ser relativizada, já que os imigrantes não eram todos iguais, diferenciando-se entre si por suas condições econômicas e sociais, havendo momentos de convivência pacífica e de estabilidade nas relações que superam os momentos de tensão.<sup>74</sup>

Nesse sentido, o Município Neutro da Corte, enquanto centro de poder do Império, seria marcado pela conflitividade cotidiana da sociedade da época, agravada pelo medo de uma insurreição negra nos moldes da Revolta dos Malês (1835).<sup>75</sup> Além disso, as décadas de 1830 e 1840, sob a Regência, foram marcadas pela falta de estímulos oficiais à imigração, diretriz estabelecida pelo Parlamento, desde este que extinguiu os créditos para contratos de colonização, de modo que a vinda de europeus para o Império do Brasil até o começo dos anos de 1840 limitou-se a iniciativas pontuais de atrair colonos para a região sul; aos desembarques de lavradores

---

<sup>72</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 6 ed. São Paulo, Hucitec Editora, 2011, p. 87.

<sup>73</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: EDUPS; FAPESP, 2011, p. 119.

<sup>74</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Receptividade e imigracional comparada Brasil-América: os portugueses. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2017, p. 47.

<sup>75</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 132.

contratados para as fazendas de café no Vale do Paraíba; e à imigração espontânea de poucos para cidades portuárias, como o Rio de Janeiro.<sup>76</sup> Neste último grupo, estão aqueles que custearam a própria viagem, não sendo, portanto, pobres, e para os quais emigrar significava a possibilidade de se estabelecer por conta própria em outro país.<sup>77</sup>

Ao desembarcarem no Cais do Carmo, para onde se dirigiam aqueles que espontaneamente emigravam de Portugal? Quando não possuíam parentes ou amigos a quem procura, se transformavam em carroceiros, tropeiros e caixeiros, todos ligados ao abastecimento de gêneros de subsistência da Corte. Tais profissionais desempenharam importante papel social no mercado carioca, tanto que os dois últimos possuíam isenção do recrutamento militar.<sup>78</sup>

Até o início da década de 1850, a maioria da mão de obra empregada nas carroças de frete na Corte era de portugueses, ligados principalmente ao transporte de café para o porto, mas sem vínculos empregatícios com as casas dos comissários de café.<sup>79</sup> Segundo Ana Maria da Silva Moura, os carroceiros foram os pioneiros da formação da infraestrutura de abastecimento e serviços urbanos por via terrestre, ligando os mercados da Corte, absorvendo a mão de obra pobre, livre e desqualificada que não podia competir com pequenos profissionais liberais.<sup>80</sup>

Em menor escala, a absorção do imigrante português pelas tropas que ligavam o interior do Império à Corte se deu naquelas ligadas exclusivamente a circulação de mercadorias, pois o maior número de escravos em relação aos livres atuando nas tropas estava associado ao uso de mão de obra escravizada no plantio, processamento e envio dos gêneros agrícolas para as casas comerciais do Rio de Janeiro.<sup>81</sup>

A grande maioria dos imigrantes portugueses que desembarcou no Porto do Rio de Janeiro foi empregada nas lojas e trapiches como caixeiros. A preferência de que gozavam revela um dos mecanismos utilizados pelos negociantes para garantir a

---

<sup>76</sup> MENDES, *Laços de Sangue...*, p. 122-123.

<sup>77</sup> ARRUDA, *Receptividade e imigracional comparada Brasil-América...*, p. 46.

<sup>78</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993, p. 39; MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensos em um meio urbano em desenvolvimento. In. MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993, p. 104.

<sup>79</sup> MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988, p. 40-41.

<sup>80</sup> MOURA, *Cocheiros e carroceiros...*, p. 44-45.

<sup>81</sup> LENHARO, *As tropas da moderação...*, p. 80-81.

posse do comércio e de suas atividades com os portugueses, travando a ascensão pelo comércio aos homens livres nativos e aos mulatos.<sup>82</sup>

Atuando como caixeiros de balcão, de porta-fora, de escritório ou de guardalivros, os imigrantes portugueses na Corte testemunham que o trabalho árduo e diário, uma vida simples e de economias podem ser recompensadas com a ascensão econômica e social, realizando o sonho de tornar-se patrão.<sup>83</sup>

Nesse cenário, em 21 de dezembro de 1836, desembarcaram no Porto do Rio de Janeiro, dois jovens portugueses, Francisco de Castro Abreu Bacellar (25 anos) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (22 anos). Enquanto o primeiro seguiu para a Província de São Paulo, a fim de completar seus estudos religiosos,<sup>84</sup> seu irmão dirigiu-se para a Rua atrás do Carmo, na freguesia da Candelária, conhecida como “cidadela portuguesa”, em razão do número de portugueses ali estabelecidos.<sup>85</sup>

Para a rua detrás do antigo convento carmelita abriam-se os serviços que atendiam ao Paço Real, como a Ucharia (despensa), e nela esteve instalada, entre 1808 e 1858, a biblioteca real, no antigo hospital da Ordem do Carmo.<sup>86</sup>

A tipologia das construções na Rua do Carmo compreendia casas térreas e assobradadas, algumas com até 3 andares, com diferentes funções, por exemplo, o sobrado existente no n.º 57, cujo térreo destinava-se a atividades comerciais, como o depósito de vinhos da firma João Morrisy & C,<sup>87</sup> enquanto que os dois primeiros andares com vários cômodos, destinavam-se ao aluguel para famílias,<sup>88</sup> e o terceiro andar, com três janelas na frente, poderia ser alugado por um homem solteiro.<sup>89</sup>

Havia ainda casas de secos e molhados, com quintal plantado e poço, como a no n.º 29,<sup>90</sup> e armazéns, como o de n.º 65, com cozinha, poço e sótão.<sup>91</sup> As lojas existentes na rua detrás do Carmo abrigavam diferentes atividades, como tanoeiro (n.

<sup>82</sup> MARTINHO, *Negociantes e caixeiros na sociedade...*, p. 100.

<sup>83</sup> MARTINHO, *Negociantes e caixeiros na sociedade...*, p. 38-39; 59-60.

<sup>84</sup> Arquivo Nacional. Códice 0381, volume 8, fl. 81v.; Jornal do Comércio, 12 de novembro de 1884, p. 2.

<sup>85</sup> Arquivo Nacional, Códice 0381, volume 8, fl. 81v.; RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002, p. 177.

<sup>86</sup> COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988, p. 45-46.

<sup>87</sup> Jornal do Comércio, 7 de agosto de 1837, p. 2.

<sup>88</sup> O Despertador, 19 de junho de 1839, p. 4.

<sup>89</sup> O Despertador, 1.ª de fevereiro de 1839, p. 4.

<sup>90</sup> O Despertador, 23 de janeiro de 1839, p. 4.

<sup>91</sup> Diário do Rio de Janeiro, 18 de março de 1838, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1838, p. 4.

5.º),<sup>92</sup> alfaiate (n.º 15),<sup>93</sup> barbeiro (n.º 63),<sup>94</sup> sobressaindo o comércio de escravos,<sup>95</sup> sendo o mais representativo o estabelecido no n.º 41, pela quantidade de vendas anunciadas diariamente na imprensa, notadamente no *Jornal do Comércio* e no *Diário do Rio de Janeiro*.<sup>96</sup>

Na sociedade escravista da Corte, encontramos ainda para a rua detrás do Carmo anúncios de aluguel de jovens escravas (10 a 12 anos) para serviços domésticos, que sabiam lavar, engomar, cozinhar e limpar a casa;<sup>97</sup> bem como de amas de leite.<sup>98</sup> Como observou Luiz Carlos Soares, o aluguel de escravos para trabalhos manuais ou serviços domésticos constituía uma alternativa segura aos senhores de obtenção de renda para seu sustento, aumento de patrimônio e manter o *status* social, chegando-se ao ponto de alugarem escravas que tiveram filhos como amas de leite para as famílias com crianças em fase de amamentação.<sup>99</sup>

Segunda freguesia mais antiga do Rio de Janeiro (1628), na Candelária, além do Paço Real, havia o Arsenal de Marinha, o Cais do Carmo e a Praça do Mercado, inaugurada em 1835.<sup>100</sup> Possuía importante comércio importador e exportador de artigos de armazéns, das fábricas e oficinas: carne-seca, louças, vinho, sal, sabão, café, fazendas, fumo, algodão, ferro, farinhas, chapéus etc.<sup>101</sup> Dentre as principais ruas da freguesia estava a Direita (atual 1.º de Março, que ligava o Morro do Castelo ao de São Bento), paralela à Rua detrás do Carmo, onde, instalados com armazéns na Praia dos Mineiros (Cais da Marinha) e nas ruas próximas do Sabão, São Pedro e Violas, os negociantes portugueses de gêneros de primeira necessidade recebiam barcos à comissão ou seus próprios barcos, trazendo mercadorias produzidas em suas terras no recôncavo da Guanabara.<sup>102</sup>

<sup>92</sup> Diário do Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1837, p. 3.

<sup>93</sup> Diário do Rio de Janeiro, 26 de maio de 1836, p. 4.

<sup>94</sup> O Despertador, 12 de outubro de 1840, p. 3.

<sup>95</sup> O Despertador, 12 de julho de 1838, p. 4; Diário do Rio de Janeiro, 20 de julho de 1838, p. 4;

<sup>96</sup> Jornal do Comércio, 10 de fevereiro de 1837, p. 2; Jornal do Comércio, 2 de março de 1837, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 19 de julho de 1837, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 9 de maio de 1838, p. 3; Diário do Rio de Janeiro, 8 de junho de 1838, p. 3; Diário do Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1839, p. 4; O Despertador, 7 de maio de 1839, p. 4; O Despertador, 4 de fevereiro de 1840, p. 3; O Despertador, 24 de março de 1840, p. 4..

<sup>97</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 de abril de 1836, p. 3; Diário do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1837, p. 2.

<sup>98</sup> Jornal do Comércio, 5 de maio de 1836, p. 3; Diário do Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1838, p. 4.

<sup>99</sup> SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2007, p. 55-56.

<sup>100</sup> SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965, p. 21.

<sup>101</sup> MOURA, *Cocheiros e carroceiros...*, 1988, p. 28.

<sup>102</sup> LENHARO, *As tropas da moderação...*, p. 36.

Na Praça de Comércio do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830, encontraremos a presença do capital mercantil e dos grandes senhores de terras e de escravos, o que a transformou no principal centro econômico e político do Sudeste brasileiro.<sup>103</sup> Representando tanto os negociantes, quanto o local em que eram realizadas as transações comerciais, a Praça de Comércio foi peça chave no desenvolvimento econômico durante o Império brasileiro, principalmente, em seus primeiros anos.<sup>104</sup>

Ocorre que a instabilidade política no período regencial provocou a estagnação da praça mercantil carioca: as mercadorias passaram a ser mais frequentemente vendidas em leilões particulares ou de casas comerciais, os prédios não rendiam e o valor da terra diminuiu extraordinariamente, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da navegação dos rios da Vila de Magé, no recôncavo guanabarino, contribuiu para o incremento do comércio da Província do Rio de Janeiro com a Corte.<sup>105</sup>

O movimento regular das faluas que partiam do Porto da Piedade, por cujos armazéns e depósitos passavam os produtos vindos de Nova Friburgo e Cantagalo, e o início das operações da Companhia de Navegação do Rio Inhomirim, em fevereiro de 1842,<sup>106</sup> podem ter sido a motivação para o caixeiro Fernando de Castro Abreu Magalhães aventurar-se como negociante varejista na Vila de Magé.

### 1.3 Ao norte da Guanabara, uma vila de comércio

A Vila de Magé foi criada por ato do Vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza em 09 de junho de 1789, compreendendo as freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Magé, São Nicolau de Suruí, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, desmembradas da Cidade do Rio de Janeiro, e de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, desmembrada da Vila de Santo Antônio de Sá.<sup>107</sup>

<sup>103</sup> FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 305.

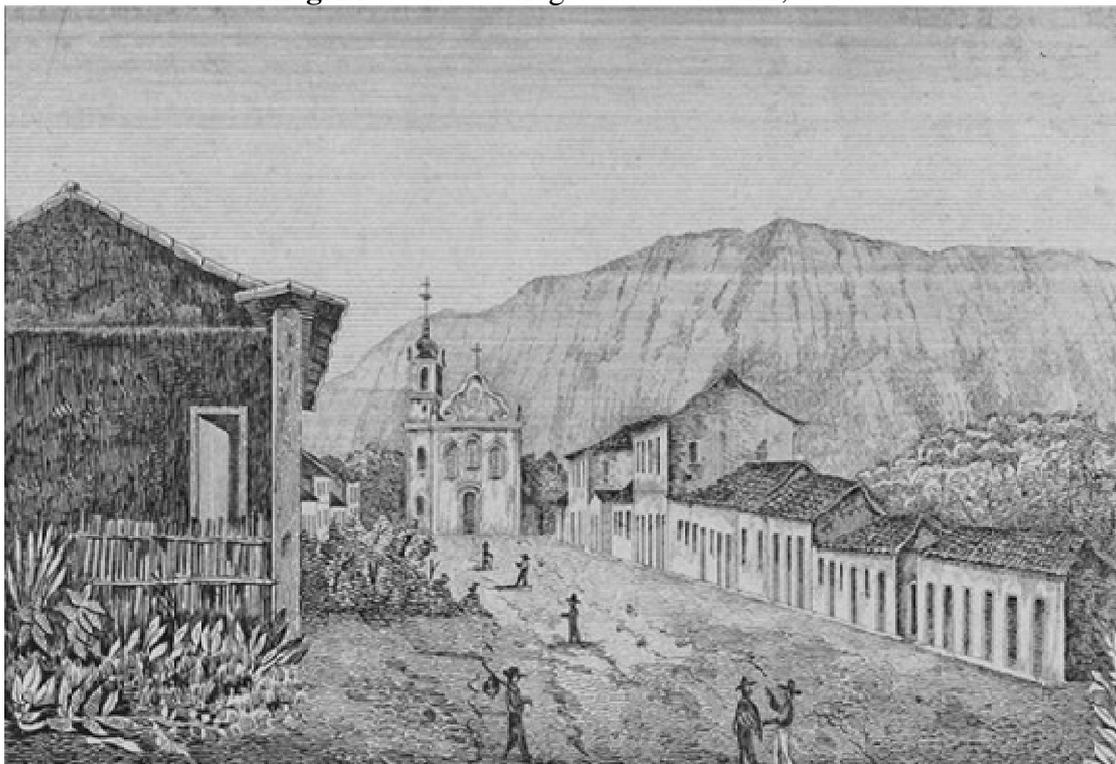
<sup>104</sup> DOURADO, Bruna Iglézias Motta. Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837- c. 1871): a trajetória do negociante João Pinto de Lemos. *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 20.

<sup>105</sup> RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 274-284.

<sup>106</sup> SANTOS, Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1934, p. 272-281.

<sup>107</sup> COSTA ABREU, Antônio Izaias da. *Municípios e topônimos fluminenses: história e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 149.

**Imagem 3.** Vila de Magé: Rua da Matriz, 1838.



Fonte: Biblioteca Nacional. Seção de Iconografia. Villa de Magé. Litografia de Ludwig & Briggs, 1838.

A Vila de Magé, com suas “várias ruas bem arrumadas, muitas casas de superior qualidade, um bom mercado de peixe e uma ótima igreja” (Imagem 3), surpreendeu o viajante inglês John Luccock (1770-1826), quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, pois “as questões comerciais parecem ser conduzidas de maneiras várias, as exportações são vultosas e o cenário, nas horas de negócios, altamente interessantes”.<sup>108</sup> O comércio era animado pela chegada das tropas de mulas que traziam a produção do interior da Província, via Serra dos Órgãos, pela Estrada do Couto. Ocorre que essa estrada era um desafio ao transporte de pessoas e cargas, pelo seu estado de conservação. O naturalista inglês Charles James Fox Bunbury (1809-1886) que em 1833 a percorreu em lombo de mula, comenta que a estrada não era somente íngreme, mas pedregosa; em alguns trechos era uma espécie de escada de pedra, em outros cheios de pedras soltas, enfrentando-se atoleiros por trilhas estreitas.<sup>109</sup>

<sup>108</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953, p. 230.

<sup>109</sup> BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 115.

Em 1836, o escoamento do café produzido na Vila de Cantagalo se deva por dois caminhos: o primeiro, passando por Nova Friburgo, seguia até Porto das Caixas, na Vila de Itaboraí, e o segundo, através da Serra dos Órgãos, terminava na Vila de Magé. Naquele ano, a má conservação da estrada que conduzia a Magé preocupava o governo fluminense, diante dos prejuízos que poderia causar a vila e aos produtores agrícolas nas margens do rio Paquequer, o que levou o Presidente da Província Paulino José Soares de Sousa a celebrar um contrato com o Coronel Francisco Ferreira Leite para a construção de uma estrada que conduzisse de Magé até o rio Paraíba, nas proximidades de Mar de Espanha.<sup>110</sup>

Sendo o Coronel Francisco Leite Ribeiro e seu irmão, Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Ayuruóca, os mais abastados fazendeiros de Mar de Espanha, pretendiam com a nova estrada facilitar o transporte do café, encurtando o percurso e evitando a passagem por diversos rios, na Estrada de Mar de Espanha a Três Córregos.<sup>111</sup> A trajetória do são-joanense Custódio Ferreira Leite antes de se converter num dos primeiros cafeicultores da Zona da Mata mineira revela que este passou longo tempo dedicando-se ao serviço de obras públicas, rasgando estradas, construindo pontes, a exemplo da construção do trecho mineiro da Estrada da Polícia (1826), que ligou aquela região à Corte, via porto de Iguaçu.<sup>112</sup>

O botânico inglês George Gardner (1812-1849), que visitou a Vila de Magé, com sua “graciosa igreja e muitas lojas bem sortidas”, comenta, em 1836, o início das obras da estrada pelo Coronel Francisco Leite Ribeiro, que incluía a construção de um hotel no Porto da Piedade.<sup>113</sup> A francesa Adèle Toussaint-Samson (1826-1911), que nele esteve em 1850, relata a sujeira dos quartos em que se hospedavam fazendeiros, mascates e tropeiros:

A sujeira daquele lugar não pode ser descrita. Creio que uma vassoura nunca o visitara! Eu não sabia onde colocar as roupas que tirava e as que ia por; as cadeiras estavam cobertas de poeira e os leitos eram ainda mais sujos; de sorte que hesitei mais de um quarto de hora antes de conseguir tomar a decisão de vestir-me.<sup>114</sup>

---

<sup>110</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro*, 18 de outubro de 1836, p. 51.

<sup>111</sup> SOUSA, José Antônio Soares de. A Estrada da Serra do Couto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 281, outubro-dezembro/1968, p. 06.

<sup>112</sup> LENHARO, *As tropas da moderação...*, p. 54.

<sup>113</sup> GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 34.

<sup>114</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003, p. 111.

Subindo-se a Serra dos Órgãos, pela Estrada do Couto, a primeira parada era na hospedaria do Freichal, uma estalagem a beira da estrada, cuja precariedade foi testemunhada por um sobrinho do inglês George March: havia apenas um quarto com nove camas, mobiliado com uma gamela quebrada, três cadeiras, dois castiçais de casquinha e bugias.<sup>115</sup>

A estrada dos irmãos Leite foi responsável pela grande penetração do café em Minas Gerais por Mar de Espanha, Porto Novo, Leopoldina, São João Nepomuceno, Rio Novo, Tombos de Carangola, etc.<sup>116</sup> E também pela exportação para a Corte, via portos de Piedade e de Magé, de todo o café plantado na região de Cantagalo.<sup>117</sup> Como testemunhou Aureliano de Oliveira Coutinho, Presidente da Província do Rio de Janeiro, em 1847 era visível a prosperidade trazida pelo movimento das tropas para a Vila de Magé.<sup>118</sup>

Mesmo que precariamente, a estrada do Coronel Francisco Leite Ribeiro, em 1841, apresentava os seguintes melhoramentos: a calçada da serra, de 20 palmos de largura; o hotel da Piedade; a ponte pênsil sobre o Rio Paraíba; e o aparecimento do povoado de Sapucaia.<sup>119</sup> O naturalista George Gardner testemunhou, naquele ano, a gênese de Sapucaia, “uma pequena aldeia com poucas casas, de bem recente construção, que deve sua origem à proximidade de uma nova ponte, ora em construção sobre o rio, em conexão com a estrada do Coronel Leite para a Província de Minas Gerais”.<sup>120</sup>

O primeiro núcleo de povoação do atual município de Sapucaia foi o arraial surgido no entorno da Capela de Nossa Senhora Aparecida, construída por Antonio Inácio Lengruber, e elevada a sede da freguesia criada em 26 de abril de 1842, com território desmembrado das freguesias de São José do Rio Preto e de São João de

<sup>115</sup> *Relação de uma viagem à Serra dos Órgãos*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 3, 1841, p. 80-81.

<sup>116</sup> TAUNAY, Affonso de E. *História do Café no Brasil. Volume oitavo: no Brasil Imperial, 1872-1889* (Tomo VI). Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Café, 1939, p. 207.

<sup>117</sup> Relatório apresentado ao Ex.º Sr. Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o senhor doutor João Manuel Pereira da Silva, pelo Presidente, o conselheiro Luiz Antônio Barbosa, sobre o estado da administração da mesma província em 1857. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1857.

<sup>118</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º de março de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1846 a 1847. Segunda edição. Nictheroy, Typographia de Amaral & Irmão, 1853, p. 35.

<sup>119</sup> SOUSA, José Antônio Soares de. A Estrada da Serra do Couto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 281, outubro-dezembro/1968, p. 20.

<sup>120</sup> GARDNER, *Viagem ao interior do Brasil...*, p.240.

Nova Friburgo.<sup>121</sup> A Vila de Magé passou a compreender as freguesias de Magé, Inhomirim, Guia de Pacobaíba, Suruí, Guapimirim e Aparecida.

Já a freguesia de Santo Antônio do Paquequer, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, com sede na capela de Santo Antonio, sagrada em 22 de abril de 1855, foi criada em 25 de outubro do mesmo ano.<sup>122</sup> E, em 18 de dezembro de 1871 foi criada a freguesia de Santo Antônio de Sapucaia.<sup>123</sup> O território mageense passou a contar então com as freguesias de Magé, Suruí, Guapimirim, Aparecida, Paquequer e Sapucaia. Três anos depois, foi criada a Vila de Sapucaia, a 07 de dezembro de 1874, compreendendo as freguesias de Santo Antonio de Sapucaia e de Nossa Senhora Aparecida, pertencentes à Cidade de Magé, e a freguesia de São José do Rio Preto, que então pertencia à Cidade de Paraíba do Sul.<sup>124</sup>

Em 24 de dezembro de 1846 a Província do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Visconde de Sepetiba, contratou com o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães a construção de um canal para facilitar a navegação entre a Vila de Magé e a Corte, pois o rio Magé constantemente se encontrava obstruído pelos bancos de areia formados nas estações chuvosas.<sup>125</sup> Com a conclusão das obras do Canal de Magé em 1851,<sup>126</sup> o escoamento das produções agrícolas mineira e fluminense rumo à Corte por esse caminho mais curto, livre dos alagamentos da região da Piedade,<sup>127</sup> deu novo impulso à economia local. Em 1855, a Assembleia Provincial autorizou a entrega do Canal de Magé a Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, que o deveria melhorar e conservar navegável a vapor, para o que se concedia um exclusivo de 40 anos para o emprego de tais barcos.<sup>128</sup>

Criada a Vila de Estrela, em 20 de maio de 1846, seu território foi composto pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e de Nossa Senhora da

<sup>121</sup> FORTE, José Matoso Maia. *O Estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo de sua história*. 2 ed. Niterói: Diário Oficial, 1945, p. 75.

<sup>122</sup> OSCAR, João. *História de Teresópolis: síntese cronológica*. Niterói: Cromos, 1991, p. 26.

<sup>123</sup> FORTE, *O Estado do Rio de Janeiro...*, p. 75.

<sup>124</sup> ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Municípios e topônimos fluminenses: história e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 111.

<sup>125</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º dia de março de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diário, de N.L. Vianna, 1847, p. 28.

<sup>126</sup> Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o veador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da segunda sessão da oitava legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.º de agosto de 1851, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1852. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1851, p. 20.

<sup>127</sup> VIEIRA, Armando. *Therézópolis*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938, p. 11.

<sup>128</sup> Correio Mercantil, 29 de outubro de 1855, p.1.

Guia de Pacobaíba, desmembradas da Vila de Magé, e pela freguesia de Nossa Senhora do Pilar, pertencente à Vila de Iguassu.<sup>129</sup> A criação da vila representou não só uma perda de território para a Vila de Magé: desde os tempos coloniais, o Porto da Estrela, na barra do Rio Inhomirim, testemunhou o movimento das tropas que percorriam a variante do caminho novo, aberta pelo Sargento-mor Bernardo Soares de Proença (1723) e calçada pelo Príncipe Regente Dom João (1809), transportando os diamantes das Gerais.<sup>130</sup> O viajante austríaco Johann Emanuel Pohl (1782-1834), em sua passagem pelo Porto da Estrela, em 1818, o descreveu como “uma espécie de empório de mercadorias vindas das Minas Gerais e de regiões do norte do Reino e que são aqui embarcas para o Rio de Janeiro”.<sup>131</sup>

Além do Porto da Estrela, a freguesia de Inhomirim abrigava a Fábrica Pólvora da Estrela desde 1824 e a Fazenda do Córrego Seco, adquirida por Dom Pedro I em 1830. Na década de 1850, a Vila de Estrela passou a contar com a Estrada Normal da Estrela, ligando o Porto da Estrela até as margens do Rio Paraibuna, em Minas Gerais, e com a Estrada de Ferro Petrópolis que, partindo do Porto de Mauá, na freguesia de Guia de Pacobaíba, ligava-se a Estrada Normal da Estrela, na altura da Fábrica de Pólvora.

Já os carros da Viação Therezopolitana, organizada em 1855, sob a firma Dias Coelho & Ramos, promoviam o transporte de passageiros entre o Porto da Piedade e a Barreira do Soberbo, da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia.<sup>132</sup> O viajante suíço Louis Agassiz (1807-1873), que fez uso deste serviço em 1865, comenta que o horário das conduções parecia propositadamente organizado para que o passageiro não admirasse as belezas da paisagem: a subida da serra se dava ao cair da noite e a volta era feita antes que o sol nascesse.<sup>133</sup>

Em 1857, permanecia o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães como administrador da Estrada de Magé a Sapucaia, por cuja ponte pênsil em Sapucaia apenas em dezembro do ano anterior passaram 347 pessoas a cavalo, 790 a pé e 2.097 animais.<sup>134</sup> Ainda em 1857, a Assembleia Provincial autorizou o Presidente da Província a contratar com a Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, ou com quem

---

<sup>129</sup> ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000, p. 124.

<sup>130</sup> SCHAETTE, Frei Estanislau. *Fazendeiros e fazendas Serra Acima. Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1948, p. 80-81.

<sup>131</sup> POHL, João Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, p. 179.

<sup>132</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 395.

<sup>133</sup> AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938, p. 576.

<sup>134</sup> Correio Mercantil, 1.º de março de 1857, p. 1.

melhor condição oferecesse, a construção do prolongamento da estrada ligando a freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Vila de Cantagalo, ao Porto Novo do Cunha, passando pelas terras do Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar.<sup>135</sup>

A Estrada de Magé a Sapucaia, contava com uma barreira na Vila de Magé, desde 1846, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, e possuía dois ramais, o primeiro de Três Córregos a Aparecida e Porto Novo do Cunha, e o outro, à freguesia do Carmo, na Vila de Cantagalo, via Sumidouro, termo da Vila de Nova Friburgo, e uma ponte sobre o rio Paraíba, na freguesia de Sapucaia, que comunicava com a Província de Minas Gerais.<sup>136</sup>

Antônio Carlos Jucá de Sampaio, que estudou a estrutura de posse da terra na Vila de Magé, entre 1855 e 1857, observou que os grandes proprietários concentravam 3/4 de toda a área registrada nas cinco freguesias (Magé, Suruí, Guapimirim, Aparecida e Paquequer), a exemplo da freguesia de Magé, onde os sete maiores proprietários de terras controlavam mais de 84% da terra declarada, enquanto que constatou a existência de uma esmagadora maioria de microfunditários correspondendo a 60% dos proprietários de terras registradas, que controlavam tão-somente 1,6% de toda a extensão declarada, com uma propriedade média de 1,92ha, em razão de serem ocupações seculares, que foram sendo retalhadas pelos herdeiros ao longo das gerações.<sup>137</sup>

A agricultura comercial da Vila de Magé, na primeira metade do século XIX, esteve voltada para a produção de alimentos, sendo ínfimos os engenhos de cana e os cafezais.<sup>138</sup> O que sobressaía, então? A farinha. Monsenhor Pizarro e Araújo, já em 1820, mencionava que a freguesia de Magé exportava regularmente 14.000 sacos de farinha, 700 sacos de arroz descascado e 1000 arrobas de café; a freguesia de Suruí, 4.000 sacos de farinha, 5.000 sacos de arroz descascado e 1000 arrobas de café; e a de Guapimirim, 2.000 sacos de farinha, 600 sacos de arroz descascado e 800 arrobas de café.<sup>139</sup>

---

<sup>135</sup> Correio Mercantil, 28 de novembro de 1857, p. 2.

<sup>136</sup> Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2a sessão da 12a legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857, p. 108.

<sup>137</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Magé na crise do escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 46-55.

<sup>138</sup> SAMPAIO, Magé na crise do escravismo..., p. 22-23.

<sup>139</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 70; 138; 205.

A farinha de mandioca produzida na Vila de Magé tornou-se parte da alimentação na cidade do Rio de Janeiro, conforme editais da Casa de Correção da Corte, da Alfândega da Corte e da Escola Militar, na década de 1850, que expressamente compravam “farinha de Magé”.<sup>140</sup> Provas de que esta esteve na mesa dos cariocas, ao longo do século XIX, permanecendo o hábito até na Primeira República, são os editais de compra publicados na imprensa, a exemplo da Escola Preparatório de Realengo (1902),<sup>141</sup> do Corpo Militar do Estado (1910)<sup>142</sup> e do Hospital Central do Exército (1915).<sup>143</sup>

A Vila de Magé, em 1857, quando foi elevada à foros de cidade, compreendia cinco freguesias (Magé, Suruí, Guapimirim, Aparecida e Paquequer),<sup>144</sup> e era dotada de casa de caridade, coletoria de rendas, agência dos correios, fábrica de tecidos e em seu território atuavam seis advogados, sete médicos e oito boticários, três padeiros, três sapateiros, três correeiros, dois funileiros, dois ourives, dois alfaiates e vinte e cinco negociantes.<sup>145</sup>

#### 1.4 A “boa sociedade” agro-mercantil da Vila de Magé

Quem poderia ser chamado de negociante? Considerando que negócio não necessariamente remetia à atividade mercantil, mas a atividades que poderiam “resultar lucro, proveito ou perda”,<sup>146</sup> o negociante, ou homem de negócios, seria o detentor de capital, que exerce certo controle em setores essenciais da economia por controlar o crédito, o fornecimento de mão de obra, o abastecimento, a importação e a exportação.<sup>147</sup>

O levantamento nominal dos negociantes relacionados no *Almanak Laemmert*, no período de 1846 a 1856, evidencia que a Praça de Comércio de Magé estava

<sup>140</sup> Jornal do Comércio, 18 de março de 1855, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 18 de março de 1855, p. 2; Correio Mercantil, 11 de setembro de 1855, p. 3; Correio Mercantil, 11 de março de 1857, p. 2; Correio Mercantil, 14 de março de 1858, p. 2; Correio Mercantil, 23 de março de 1859, p. 3; Diário do Rio de Janeiro, 22 de junho de 1860, p. 3; Jornal do Comércio, 25 de junho de 1860, p. 3.

<sup>141</sup> Jornal do Brasil, 28 de novembro de 1902, p. 4.

<sup>142</sup> Jornal do Comércio, 3 de dezembro de 1910, p. 7.

<sup>143</sup> Correio Mercantil, 10 de dezembro de 1915, p. 7.

<sup>144</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 50.

<sup>145</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 199-204.

<sup>146</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 30-31.

<sup>147</sup> NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Jurídica do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2008, p. 50.

estabelecida na sede da vila, bem como a existência de dois grupos, os negociantes/proprietários e os negociantes sem bens de raiz.<sup>148</sup>

**Tabela 1:** Número de negociantes na Vila de Magé (1846-1856)

| Freguesia  | 1846 | 1848 | 1850 | 1852 | 1854 | 1856 |
|------------|------|------|------|------|------|------|
| Magé       | 9    | 14   | 11   | 13   | 18   | 12   |
| Guapimirim | --   | --   | --   | --   | 3    | 1    |
| Aparecida  | --   | --   | --   | 6    | 4    | 5    |
| Suruí      | 1    | 1    | --   | 5    | 3    | 2    |
| Paquequer  | --   | --   | --   | --   | --   | --   |

Fonte: Almanak Laemmert, 1846-1856.

O cruzamento dos signatários de subscrições publicadas na imprensa, na década de 1850,<sup>149</sup> com as relações de negociantes e proprietários publicadas no *Almanak Laemmert* (1846-1856) que, em tese, destaca os mais representativos,<sup>150</sup> nos permitiu identificar os principais negociantes estabelecidos na Vila de Magé, naquele período, considerando a inserção destes na vida pública, seja através da ocupação de cargos políticos e administrativos, seja pela participação em alguma associação religiosa do lugar (Anexo I).

Ao analisarmos o grupo de negociantes da Vila de Magé (1846-1856), num primeiro momento, podemos concluir que a Praça de Comércio local seguia o eixo entre a rua da Matriz (atual Padre Anchieta) e o porto do Canal de Magé (atual Praça Comendador Guilherme, numa homenagem a Guilherme Pinto de Magalhães).

A condição de negociante e de proprietário revela que a maioria aplicou seus recursos na compra de imóveis no núcleo urbano de Magé onde, desde o final do século XVIII, o valor dos sobrados negociados era o mais alto da Capitania do Rio de Janeiro,<sup>151</sup> sendo que poucos se dedicaram também a agricultura, a exemplo do Comendador Reis, descrito em seu tempo como “o primeiro proprietário da vila, negociante dos mais fortes e fazendeiro”.<sup>152</sup> Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, investir no negócio era inevitável, sendo o investimento em bens de raiz o passo seguinte, por representarem estabilidade.<sup>153</sup>

<sup>148</sup> Correio Mercantil, 12 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>149</sup> Jornal do Comércio, 15 de abril de 1850, p. 3; Correio Mercantil, 12 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>150</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 62.

<sup>151</sup> FRIDMAN, Fânia. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. *Revista IEB*, n.º 48, Mar/Set 2009, p. 102.

<sup>152</sup> O Brasil, 4 de julho de 1844, p. 4.

<sup>153</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 231.

Os mais afamados negociantes exibiam uma patente da Guarda Nacional, milícia privada formada por homens livres. Para Victor Nunes Leal, o prestígio de tal título passou a constituir sedução muitas vezes infalível na técnica de captação dos chefes locais.<sup>154</sup> Como força auxiliar, destinada a manter a ordem interna, atuava como reforço ao Exército, como ocorreu em 1842 quando o Batalhão da Guarda Nacional de Magé, sob o comando do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães e do Barão de Caxias, sufocou a revolta liberal mineira, em Santa Luzia.<sup>155</sup>

Outra característica dos negociantes estava na busca por uma titulação honorífica que lhes conferiria uma condição aristocrática, mesmo que restrita à sociedade local. Ostentava a insígnia da Imperial Ordem da Rosa, por exemplo, o Major Alexandre José de Siqueira, enquanto o Comendador Reis, a condecoração da Ordem de Cristo.

Uma parcela dos negociantes integrou o colégio de eleitores de Magé, o que lhes assegurava participar das escolhas de deputados, senadores, vereadores e juízes de paz, ou seja, da luta pelo domínio político nas diferentes esferas de poder. Parcela dos negociantes ocupou ainda cargos estratégicos na administração local, notadamente na Câmara Municipal de Magé. Juízes de paz, juízes municipais, delegados e subdelegados, ou seja, todos aqueles que ocuparam “posições-chave” no âmbito político municipal, constituíram também parte da elite política local.<sup>156</sup>

No período analisado, a família Siqueira se destaca na Praça de Comércio de Magé através do patriarca Luiz Antônio de Siqueira e de seus filhos: o Capitão Luiz Antonio de Siqueira Junior, negociante,<sup>157</sup> o Coronel Thomaz José de Siqueira, advogado provisionado,<sup>158</sup> o Major Alexandre José de Siqueira, negociante,<sup>159</sup> e o Capitão Wenceslau José de Siqueira, empregado público.<sup>160</sup>

Mesmo com o falecimento de Luiz Antônio de Siqueira e a dissolução de sua casa comercial, em 1852,<sup>161</sup> seus filhos e ex-sócios Capitão Luiz Antonio de Siqueira Junior e Major Alexandre José de Siqueira permaneceram atuando na Praça de

---

<sup>154</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 215.

<sup>155</sup> CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, p. 119-120.

<sup>156</sup> MARTINY, Carina. Saber negociar: a inserção da elite local na estrutura de poder do Estado brasileiro na transição do Império para a República. In: BESSONE, Tânia Maria et al. (org.). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 66.

<sup>157</sup> Correio Mercantil, 12 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>158</sup> Diário do Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1844, p. 2.

<sup>159</sup> Jornal do Comércio, 23 de setembro de 1851, p. 2.

<sup>160</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 26; Jornal do Comércio, 28 de maio de 1852, p. 6.

<sup>161</sup> Jornal do Comércio, 30 de maio de 1852, p. 4.

Comércio de Magé.<sup>162</sup> O Capitão Luiz Antonio de Siqueira Junior matriculou-se, inclusive, no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro como negociante com comércio de comissões, fazendas, secas e molhados e ferragens por atacado e a retalho.<sup>163</sup>

Pode-se concluir que a Praça de Comércio de Magé era um negócio entre famílias, fossem por laços consanguíneos, como os Siqueira, ou por alianças matrimoniais, por exemplo, as relações entre o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães e seus genros Fernando de Castro Abreu Magalhães e Luiz Antonio de Siqueira Junior.<sup>164</sup>

O relacionamento entre os negociantes não era nada pacífico e grupos formavam-se na disputa pelo poder na Praça de Comércio de Magé, chegando às páginas dos jornais, como a troca de correspondências ofensivas publicadas no *Jornal do Comércio*, envolvendo os nomes de Alexandre José de Siqueira e Francisco José dos Reis.<sup>165</sup> Ou quando os negociantes de Magé se insurgiram contra a concessão de exclusividade pretendida pelo negociante Luiz Moretz Sohn e sua Companhia Therezopolitana para transportar cargas e pessoas da barreira da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia até o Porto da Piedade,<sup>166</sup> onde este possuía, além de sua barca a vapor, estabelecimento comercial constando de loja de fazendas, ferragens, objetos de armarinho, armazém de secos e molhados, armazéns para café e cargas para o interior, depósito de sal, uma casa de pasto, animais de aluguel e cocheiras para 20 a 30 animais.<sup>167</sup>

Como observou Maria Luiza Ferreira de Oliveira, os negócios dos que dependiam de crédito, não tendo bens de raiz, e eram obrigados a dar crédito no balcão, tinham uma maior instabilidade, o que muitas das vezes levava a falência do negociante.<sup>168</sup> Outra não foi a situação vivenciada pelos negociantes Antonio de Freitas Novo, Manuel Duarte Firmino e Miguel de Moraes Jordão.

Antonio de Freitas Novo, negociante em Magé,<sup>169</sup> alegando “que tendo corrido mal o seu negócio por circunstâncias independentes de sua vontade, não pode acudir ao pagamento de seu passivo”, promoveu a convocação de seus credores para

---

<sup>162</sup> *Jornal do Comércio*, 31 de maio de 1852, p. 3.

<sup>163</sup> *Jornal do Comércio*, 10 de julho de 1852, p. 2.

<sup>164</sup> *Jornal do Comércio*, 1 de março de 1856, p. 3.

<sup>165</sup> *Jornal do Comércio*, 18 de junho de 1851, p. 2; *Jornal do Comércio*, 24 de junho de 1851, p. 2; *Jornal do Comércio*, 17 de setembro de 1851, p. 2.

<sup>166</sup> *Correio Mercantil*, 12 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>167</sup> *Almanak Laemmert*, 1853, p. 144.

<sup>168</sup> OLIVEIRA, *Entre a casa e o armazém...*, p. 228.

<sup>169</sup> *Correio Mercantil*, 12 de agosto de 1854, p. 1.

amigavelmente tomarem conhecimento de sua insolvência, já que o fundo de comércio não excedia a 1:000\$.<sup>170</sup>

Em outubro de 1857, Manuel Duarte Firmino e Manoel Pereira de Azevedo dissolveram a sociedade comercial que tinham na Vila de Magé sob a firma Duarte e Azevedo, cabendo ao primeiro o ativo e passivo que a ela pertenciam.<sup>171</sup> Dois anos depois, Manuel Duarte Firmino teve que requer sua insolvência por não poder pagar ao ex-sócio Manoel Pereira de Azevedo a quantia de 9.698\$637 de que lhe era devedor.<sup>172</sup>

Já Miguel de Moraes Jordão, negociante com casa de secos e molhados a retalho, na freguesia de Magé,<sup>173</sup> teve sua falência requerida, em 1855, pela firma Fontes filho & C. credora da quantia de 2:100\$ decorrente da venda de gêneros que lhe venderam a prazo de 6 meses.<sup>174</sup>

### 1.5 Entre os negócios e o altar

Analisando a mobilidade social no Oitocentos, Mariana Muaze defende que esta “só era verificada quando se passava a pertencer à classe dirigente da sociedade”,<sup>175</sup> sendo a família e as redes de clientela que se formavam ao seu redor o centro dessa sociedade, segundo Maria Fernanda Martins.<sup>176</sup>

Em 1840 a população total da vila de Magé era de 13.599 habitantes, sendo 6.314 livres e 7.285 escravos.<sup>177</sup> Em maio de 1842, encontramos o português Fernando de Castro Abreu Magalhães, aos 27 anos, estabelecido comercialmente na Vila de Magé,<sup>178</sup> para onde “convergiavam os capitalistas da Corte, não só adquirindo terras, mas também instalando verdadeiros empórios comerciais”.<sup>179</sup> Sob a firma Fernando de

<sup>170</sup> Correio Mercantil, 17 de julho de 1860, p. 2; Correio Mercantil, 8 de novembro de 1860, p. 3.

<sup>171</sup> Jornal do Comércio, 16 de outubro de 1857, p. 3.

<sup>172</sup> Jornal do Comércio, 25 de março de 1859, p. 1.

<sup>173</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 141; Correio Mercantil, 12 de agosto de 1854, p. 1; Jornal do Comércio, 17 de maio de 1855, p. 2.

<sup>174</sup> Jornal do Comércio, 17 de março de 1855, p. 2.

<sup>175</sup> MUAZE, *As memórias da Viscondessa...*, p. 37.

<sup>176</sup> MARTINS, *A velha arte de governar...*, p. 187.

<sup>177</sup> Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.a sessão da 3.a legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói, Typ. de Amaral & Irmão, 1851.

<sup>178</sup> Diário Novo, 22 de dezembro de 1842, p. 6; Diário Novo, 25 de dezembro de 1842, p. 4.

<sup>179</sup> FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1962, p. 18.

Castro Abreu Magalhães & C., sua casa de secos e molhados tinha por principais clientes pequenos empórios nas regiões Serrana fluminense e Zona da Mata mineira.<sup>180</sup>

O casamento era um acontecimento de repercussão social no Império, dando início a um núcleo de solidariedade, a começar pelo casal, culminando entre as famílias, além de fundir uma nova organização econômica ou consolidar aquela que já existe.<sup>181</sup> Fernando de Castro Abreu Magalhães casou-se com Rosa Rodrigues de Magalhães, filha do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, e com ela teve dois filhos: Maria Bárbara e Jerônimo, ambos nascidos na Vila de Magé.<sup>182</sup> Três anos depois, Rosa Rodrigues de Magalhães veio a falecer, deixando os dois filhos menores, o que obrigou Fernando a buscar o apoio da família, levando seus filhos para Portugal.<sup>183</sup>

Tânia Risério d'Almeida Gandon, ao analisar os imigrantes portugueses na província baiana, na segunda metade do século XIX, constatou que em geral esposaram mulheres nascidas na Bahia, ainda que muitas delas filhas de portugueses, sendo considerados raros os casos de portugueses já radicados em Salvador que optassem por ir a sua terra natal para casar-se, voltando depois com a esposa.<sup>184</sup> Nesse sentido, Fernando de Castro Abreu Magalhães vivenciou as duas experiências apontadas pela autora, com os seus casamentos, ocorridos na década de 1850.

Numa sociedade pautada na família e em suas redes de sociabilidade e de auxílio mútuo, a origem portuguesa do noivo, fator de prestígio na Corte, certamente agradou ao sogro, ao reforçar os laços com Portugal, bem como a sua disposição para os negócios, devem ter sido fatores que contribuíram para o enlace. Como observou Riva Gorenstein, o mais comum era o casamento entre famílias de negociantes que desta maneira, asseguravam a continuidade de suas casas mercantis.<sup>185</sup>

Outro fator de aproximação entre Fernando e seu sogro estaria no início comum de suas carreiras na Corte, afinal, o Comendador Guilherme Pinto de

<sup>180</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. e Miguel Cândido de Avelar.

<sup>181</sup> BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Além das Fronteiras: o cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 91.

<sup>182</sup> CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Zélia ou irmã Maria do Santíssimo Sacramento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1960, p. 55.

<sup>183</sup> CASTRO, Zélia..., p. 56.

<sup>184</sup> GANDON, Tânia Risério d'Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX: emigração e comércio*. Salvador: EDUNEB, 2010, p. 88.

<sup>185</sup> GORENSTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In. MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993, p. 195.

Magalhães começou como caixeiro de seu tio Zeferino José Pinto de Magalhães,<sup>186</sup> negociante de grosso trato e traficantes de escravos entre a África e o Porto do Rio de Janeiro (1811-1830).<sup>187</sup>

O Comendador Guilherme Pinto de Magalhães estabeleceu-se em Magé em 1836,<sup>188</sup> com uma casa de fazendas, comissões e consignações,<sup>189</sup> atraído muito provavelmente pelo comércio fomentado pelas tropas que começaram a circular naquele ano pela estrada dos irmãos Ferreira Leite que ligava a vila a Mar de Espanha. O sistema de consignações previa que o produtor deveria entregar seus gêneros agrícolas ao negociante, sem que os preços fossem estipulados e esperar a comercialização dos mesmos para poder acertar o pagamento dos seus produtos.<sup>190</sup>

A importância do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães na “boa sociedade” mageense pode ser medida pelo fato de ter sido escolhido pela Câmara Municipal de Magé juntamente com o Padre Antônio Garcia de Oliveira Durão, para representar a vila no casamento do Imperador Dom Pedro II (1843).<sup>191</sup> A partir de 1848, o Comendador Guilherme ocupou uma das cadeiras da Câmara Municipal,<sup>192</sup> encabeçando a relação dos negociantes da vila,<sup>193</sup> permanecendo este quadro até o ano de 1852.<sup>194</sup> Esses negociantes, como proprietários de capital, podem ser caracterizados pela multiplicidade e diversidade de suas atividades, o que permitiria que eles detivessem uma posição privilegiada na sociedade brasileira.<sup>195</sup>

Compreendendo as freguesias de Magé, Suruí, Guapimirim e Aparecida, a vila de Magé, em 1850, possuía 18.249 habitantes, sendo 8.281 livres e 9.968 escravos.<sup>196</sup> Nessa sociedade escravista, a prosperidade de Fernando de Castro Abreu Magalhães se evidencia no fato de ter encabeçado a relação dos principais negociantes e proprietários da vila publicada pelo *Almanak Laemmert* entre 1853 e 1856.<sup>197</sup> Seus negócios incluíam, além da casa de secos e molhados, sob a firma Fernando de Castro

<sup>186</sup> PINHEIRO, Guilherme..., p. 376.

<sup>187</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 255.

<sup>188</sup> Jornal do Comércio, 04 de outubro de 1836, p. 2.

<sup>189</sup> PINHEIRO, Guilherme..., p. 376.

<sup>190</sup> LENHARO, *As tropas da moderação...*, p. 78.

<sup>191</sup> Jornal do Comércio, 18 de agosto de 1843, p. 5.

<sup>192</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 53.

<sup>193</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 60.

<sup>194</sup> Almanak Laemmert, 1852, p. 75.

<sup>195</sup> PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. As classes sociais na construção do império do Brasil. In: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006, p. 84.

<sup>196</sup> *Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro*. Niterói: Tip. de Amaral & Irmão, 1851, Mapa “A”.

<sup>197</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 141; 1854, p. 82; 1855, p. 100; e 1856, p. 185.

Abreu Magalhães & C., um barco para transporte de mercadorias entre a Corte e o Porto do Canal de Magé.<sup>198</sup>

Curiosamente, a edição de 1853 do *Almanak Laemmert* é a primeira em que o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães não figura entre os vereadores, sendo seu nome substituído na relação dos negociantes pelo de seu genro,<sup>199</sup> afinal já havia se estabelecido na rua Direita, n.º 127, na Corte.<sup>200</sup>

Considerando que “secos e molhados” e “fazendas” (tecidos e artigos da moda em geral) foram os principais ramos de negócios tanto dos grandes negociantes quanto de pequenos comerciantes portugueses, ao longo do século XIX,<sup>201</sup> podemos considerar o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães e seu genro Fernando de Castro Abreu Magalhães como os principais negociantes da vila por quase uma década anos (1848-1856), afinal, as informações de almanaques e relatórios contemplavam apenas os estabelecimentos dos negociantes mais destacados.<sup>202</sup>

Se em 1850, o município contava com 3 médicos e 3 advogados estabelecidos,<sup>203</sup> quatro anos depois passou a contar com 4 médicos e 6 advogados,<sup>204</sup> e em 1856 já eram nove os advogados,<sup>205</sup> o que permite imaginar uma praça de comércio movimentada e nada pacífica, diante do expressivo aumento do número de advogados militando no foro local.<sup>206</sup> Fernando não ficaria afastado dos litígios, como demonstram as ações comerciais movidas em face de devedores como o espólio de Miguel Cândido de Avellar,<sup>207</sup> e os herdeiros do Padre Antônio Garcia de Oliveira Durão.<sup>208</sup>

Em 06 de novembro de 1851, a firma Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. ingressou na Comarca de Paraíba do Sul com um libelo de dívida em face do espólio do açoriano Miguel Cândido de Avellar, falecido na freguesia de São José do

<sup>198</sup> Diário do Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1855, p. 3.

<sup>199</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 139-141

<sup>200</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 394.

<sup>201</sup> GANDON, *Portugueses na Bahia...*, p. 175.

<sup>202</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 61.

<sup>203</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 124.

<sup>204</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 92.

<sup>205</sup> Almanak Laemmert, 1856, p. 164.

<sup>206</sup> TAMBASCO, J. C. Vargens. *A vila de Vassouras e a economia do café: a ascensão e o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba (1833-1888)*. Vassouras: Edição do autor, 2010, p. 78.

<sup>207</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. (credor) e Miguel Cândido de Avelar (devedor).

<sup>208</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Magé. 1852. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. (credor) e Herdeiros do Padre Antônio Garcia de Oliveira Durão (devedor)

Rio Preto, cuja dívida oriunda da compra a crédito de sortimento de gêneros correspondia a 680\$946.

A relação de produtos comprados por Miguel Cândido de Avellar nos dá uma ideia do que era vendido na casa de negócios dos Castro Abreu Magalhães: mantas de algodão, mantas de minas, chitas sortidas, peças de algodão de Santo Aleixo, peças de algodão americano, talheres e garfos de ferro, saca-rolhas, facas grandes, tesouras finas para alfaiate, dedais, agulhas portuguesas, pólvora, espoletas, botões de cinco furos, maços de cadarços, caixas de alfinetes, linhas de novelos, linhas de Santo Aleixo, remas de papel almaço, suspensórios, lenços de Alcobaça, tigelas, pratos, canecas de folhas de flandres, candeias de parede e de quatro bicos, esteiras de cangalhas e de cama, caldeirão de ferro, panelas de ferro, bacalhau, vinho de Lisboa, vinagre, anis, cerveja, licores, tamancos, ferragens de bestas e de cavalos, ferraduras, fumo, bolachas, caixas de passas, tabaco, chapéus de palha grandes e pequenos, charutos e sal.<sup>209</sup>

Segundo Paulo Mercadante, a intensa movimentação das tropas de mulas entre a Vila de Magé e a Zona da Mata Mineira permitia a circulação de mercadorias e produtos, especialmente o açúcar, o fumo, o toucinho e o milho que desciam a serra, recebendo de volta o sal de Magé, além de ferramentas, artigos de luxo e os tecidos de algodão.<sup>210</sup>

Dentre os produtos comercializados, as peças de algodão (tecido grosso para roupa de escravos e sacaria) e as linhas de Santo Aleixo são uma referência aos produtos da Fábrica de Tecidos de Santo Aleixo, construída em 1847, na freguesia de Magé, por uma companhia estadunidense, que contou em seu início com trabalhadores livres, em sua maioria colonos de Petrópolis.<sup>211</sup> Dirigida por Louis Moran, seu prédio principal era de 5 andares, todo feito de pinho, e contava com um açude de 500 braças (914,4m), e era composta por 1.848 fusos, 50 teares, uma máquina de descaroçar, duas

---

<sup>209</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. e Miguel Cândido de Avelar, fls. 06/13.

<sup>210</sup> MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 62.

<sup>211</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da 1.a sessão da 7.a legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.o de abril de 1848, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1848-1849. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1848, p. 45.

de limpar, 14 de cardar, seis de engomar antes de fiar, podendo produzir mensalmente, à época, 100.000 varas de pano, consumindo mais de 50 mil libras de algodão bruto.<sup>212</sup>

Relatório do engenheiro José de Miranda da Silva Reis ao Presidente da Província do Rio de Janeiro nos dá conta de que a Fábrica de Santo Aleixo, em 1849, possuía 116 operários livres, sendo 84 alemães e 16 brasileiros, produzindo diariamente 1.200 a 1.400 varas de algodão singelo e de 80 a 100 libras de fio de costura, consumindo, à época, cerca de 800 libras de algodão descaroçado.<sup>213</sup>

Com o falecimento do fundador James Morin, em 1856, a fábrica foi adquirida por Manoel Maria Bregaro e José Antônio de Araújo Filgueiras.<sup>214</sup> Sobre o primeiro, cabe recordar que era pai de Carolina Maria Bregaro e, portanto, sogro de Rodrigo Delfim Pereira, filho de Dom Pedro I com a Baronesa de Socoraba, irmã da Marquesa de Santos. Além disso, o Comendador Manoel Maria Bregaro era negociante de grosso trato, traficante de escravos e um dos donos do Imperial Teatro de São Pedro de Alcântara, na Corte.<sup>215</sup>

Pelo libelo ficamos sabendo também que Fernando não possuía tropa de mulas, servindo de ligação entre as vilas de Magé e de Paraíba do Sul as tropas de Joaquim Gomes e de Antônio Gonçalves Rezende.<sup>216</sup> Vitória Fernanda Schettini de Andrade, que estudou o movimento das tropas da freguesia de São Paulo de Muriaé, entre 1848 e 1888, observou que este criava intercâmbios e redes comerciais, sociais, culturais e políticas, além de constituir uma malha comercial de vendas e trocas, com destinos em pontos estratégicos de vendas e revendas.<sup>217</sup>

---

<sup>212</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da 2.a sessão da 7.a legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.o de março de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1849 a 1850. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1849, p. 49.

<sup>213</sup> Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1.a sessão da 8.a legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.o de março de 1850, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1850-1851. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1850, p. 47.

<sup>214</sup> Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2a sessão da 12a legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857, p. 57.

<sup>215</sup> LIMA NETO, Luiz Costa. Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846): entre o lundu, a ária e a aleluia. *Tese de doutoramento em Música*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014, p. 65-66.

<sup>216</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. e Miguel Cândido de Avelar, fl. 14v/16.

<sup>217</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo de Muriaé, 1848-1888. In: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho. *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2017, p. 236-246.

Em 1852, o negociante Fernando de Castro Abreu Magalhães ingressou com um libelo de dívida em face dos herdeiros do Padre Antônio Garcia de Oliveira Durão, proprietário da Fazenda de Santo Aleixo, na freguesia de Magé, com o objetivo de receber a importância de 24:428\$698.<sup>218</sup> O Padre Durão era filho do Sargento-mor Antônio Garcia do Amaral e de Ana Barbosa de Jesus, proprietários da Fazenda do Mendanha, na Corte.<sup>219</sup> Em 1850, assumiu uma cadeira na Câmara Municipal de Magé, ao lado do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, ocasião em que acumulou com o cargo de substituto de juiz municipal.<sup>220</sup> Cavaleiro das imperiais ordens de Cristo e da Rosa, o Padre Durão exerceu ainda o cargo de delegado de polícia de Magé.<sup>221</sup> Mesmo com todas essas credências o que o qualificam para a integrar a “boa sociedade” de Magé, o Padre Durão não conseguiu quitar a compra da Fazenda Santo Aleixo, tendo o vendedor Francisco José Marinho Machado negociado o crédito com o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, que o transferiu para Fernando.<sup>222</sup>

Em 1855 Luiz Moretzohn, Manoel Pinto de Carvalho & C.; Fernando de Castro Abreu Magalhães & C.; Manoel Duarte Firmino, Silva, Goulart e Castro; e Mourão, Bastos e Castro, negociantes dos portos de Magé e de Piedade, se uniram para aumentar o preço da arroba do café escoado para o Rio de Janeiro, argumentando o estado de penúria em que se encontravam.<sup>223</sup>

Emília Viotti da Costa observa a alta progressiva do preço do café entre 1855 e 1875 e destaca que a concentração da mão de obra escrava na lavoura cafeeira resultou no abandono do plantio de gêneros de primeira necessidade,<sup>224</sup> o que levou, por exemplo, à substituição na Praça de Comércio do Rio de Janeiro da farinha de mandioca produzida na cidade de Magé pela de Porto Alegre.<sup>225</sup>

Viúvo e pai de dois filhos pequenos, Fernando viu no casamento dentro de sua família um meio de conservar o patrimônio no núcleo familiar, prática identificada por

<sup>218</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Magé. 1852. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. (credor) e Herdeiros do Padre Antônio Garcia de Oliveira Durão (devedor), fls. 26/31.

<sup>219</sup> Diário do Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1830, p. 3.

<sup>220</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 122; Almanak Laemmert, 1851, p. 103; Almanak Laemmert, 1852, p. 75.

<sup>221</sup> Correio Mercantil, 15 de agosto de 1849, p. 2.

<sup>222</sup> Arquivo Nacional. Relação do Rio de Janeiro. Fernando de Castro Abreu Magalhães (Apelante) e Maria Amélia Durão (Apelado), fls. 13/14.

<sup>223</sup> Jornal do Comércio, 13 de janeiro de 1855, p. 3.

<sup>224</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 5 ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 174.

<sup>225</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *et ali*. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n. 25, out/dez, 1971, p. 257.

Gilberto Freyre como uma endogamia patriarcal.<sup>226</sup> No oratório particular da Casa do Santo, no Concelho de Fafe, em 21 de abril de 1856, casou-se, então, com sua sobrinha Rosa Angelina Leite de Castro, filha de sua irmã Leonor de Castro Abreu Magalhães e de Antônio Leite Pinto Saldanha de Miranda, para tanto a tendo dotado com 50 apólices da dívida pública do Império do Brasil, com a condição de que não seria sua meeira, nem tomaria parte nos bens adquiridos após o casamento.<sup>227</sup>

Em 7 de julho de 1856, Fernando desembarcou no Porto do Rio de Janeiro, vindo de Lisboa, ao lado de sua nova esposa Rosa Angélica Leite de Castro,<sup>228</sup> a fim de retomar seus negócios. Naquele ano, pelo porto de Magé saíram produtos vindos dos municípios mineiros de São José d'Além Paraíba e São João Nepumuceno e das freguesias de Carmo e Sumidouro, dos municípios de Cantagalo e Friburgo, tendo exportado para a Corte 728,323 arrobas de café, 680 sacos de feijão e 19.832 sacos de farinha.<sup>229</sup> O desenvolvimento econômico e social promovido pela Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia pode estar por trás da elevação conjunta das vilas de Magé e de Cantagalo à condição de cidade, em 2 de outubro de 1857.<sup>230</sup>

A família Castro Abreu Magalhães não tomou parte na festa, pois Fernando de Castro Abreu Magalhães mudou-se com a família para a Vila de Cantagalo, onde com seu irmão, o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar, deu início a um núcleo com 60 colonos portugueses aplicados ao plantio e colheita do café.<sup>231</sup>

---

<sup>226</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 157.

<sup>227</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1895. Inventário. Rosa Angelina Leite de Castro (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fls. 04/12.

<sup>228</sup> Correio da Tarde, 07 de julho de 1856, p. 4; Correio Mercantil, 8 de julho de 1856, p. 1.

<sup>229</sup> Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2a sessão da 12a legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857, p. 71.

<sup>230</sup> Lei Provincial n.º 965, de 2 de outubro de 1857.

<sup>231</sup> Almanak Laemmert, 1858 (suplemento), p. 17.

## Capítulo II - De fazendeiro no sertão de Macacu a comerciante de café na Corte

A transferência da família Castro Abreu Magalhães para a Fazenda Santa Fé, no sertão de Macacu, e o trabalho desenvolvido com os colonos na produção de café e cereais serão analisados neste capítulo, bem como as estratégias adotadas por Fernando de Castro Abreu Magalhães para ampliar a sua rede familiar através da escolha as alianças matrimoniais para o casamento de suas filhas e a ocupação de cargos em associações religiosas e custeio de obras de caridade, que lhe renderam o reconhecimento do Império do Brasil.

### 2.1 No sertão de Macacu, o café

A região centro-norte fluminense, que aparece na Carta Topográfica de Vieira Leão (1767) como sertão de índios bravos,<sup>232</sup> começou a ser povoada no final do século XVIII por garimpeiros vindos das Gerais em busca de novas zonas auríferas.<sup>233</sup> Segundo Márcia Motta, o sertão como um local a ser conquistado, era o palco privilegiado para os exploradores, ciosos de ouro e riquezas das terras ocupadas por índios e quilombolas.<sup>234</sup>

Em 20 de março de 1782, a Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá representou a Rainha Dona Maria I queixando-se acerca da situação das minas. No documento, os vereadores explicam que o nome “Minas de Macacu” não se devia a proximidade com a região aurífera, mas sim porque era por aquele distrito que passava o caminho mais cômodo; que há mais de vinte anos havia sido descoberto o ouro e as pedras preciosas naqueles sertões, habitados por índios de sete aldeias, que ficaram

---

<sup>232</sup> Biblioteca Nacional. VIEIRA, Manuel Leão. *Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil*. 1767.

<sup>233</sup> ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Edição do Autor, 1992, p. 83.

<sup>234</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo, Alameda, 2009, p. 184.

sem os cuidados dos missionários católicos com a proibição de tráfego por aqueles caminhos.<sup>235</sup>

A fim de garantir o controle da região, a evangelização dos índios e prestar assistência espiritual aos colonos, criou-se no povoado de Novas Minas de Cantagalo, na Vila de Santo Antônio de Sá, a freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, a 9 de outubro de 1786, limitada com as freguesias de Santo Antônio de Sá e de Santíssima Trindade, com as dos Campos dos Goitacazes e as das Minas Gerais.<sup>236</sup>

Os caminhos coloniais que ligavam a região à Baía de Guanabara passaram à fiscalização e controle de uma casa de registro de ouro instalada em 1787, no povoado de Porto Novo do Cunha, na Província de Minas Gerais, o que contribuiu para a concessão de sesmarias e o povoamento da floresta, com o aparecimento de sitiantes e posseiros que se dedicaram a produção de cereais e de açúcar.<sup>237</sup> Os primeiros colonos foram agraciados com sesmarias no vale do córrego de Lavrinhas, sorteadas pelo Desembargador Manuel Pinto da Cunha e Souza, Superintendente Geral das Novas Minas dos Sertões de Macacu, nomeado pelo Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcellos e Souza, naquele ano.<sup>238</sup>

Os maiores proprietários de terras no sertão de Macacu, nos primeiros anos do século XIX, foram o Desembargador Manuel Pinto da Cunha e Souza; seu irmão, o Guarda-mor João Pinto da Cunha e Souza; o próprio Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcellos e Souza; a Fazenda Real; o Tenente Joaquim José Soares, da cavalaria auxiliar de Minas Gerais, trazido pelo vice-rei na condição de especialista em mineração e proprietário da Fazenda das Lavrinhas; e o Capitão-mor Antônio Pereira Guimarães, da Fazenda do Morro dos Índios, no Rio Negro.<sup>239</sup>

---

<sup>235</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. *Carta da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá à rainha [D. Maria I], queixando-se da destruição de algumas fazendas nas cachoeiras de Macacu, devido ao descobrimento das minas de ouro e pedras preciosas nas proximidades da Serra dos Órgãos, e com a abertura dos caminhos para as minas, proibiu-se a passagem livre para as mesmas; informando que a atitude dos exploradores dessas minas era prejudicial ao processo de evangelização de sete Aldeias indígenas ali estabelecidas, sob responsabilidade dos missionários frei José Maria e frei Antônio Vaz, e impedia o socorro das Missões em caso de ataque; solicitando ordens régias que regulem a passagem e estabelecimento das populações pelos caminhos das minas de Macacu, necessários à sobrevivência e segurança da população.* 1782. AHU-Rio de Janeiro, cx. 129, doc. 33.

<sup>236</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 198-199

<sup>237</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Serra*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963, p. 219-220.

<sup>238</sup> CASTRO, Francisco Alberto Veiga. As origens de Cantagallo. *Eu sei tudo: magazine mensal ilustrado*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 3, agosto de 1932, p. 22.

<sup>239</sup> CASTRO, As origens de..., p. 22.

Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, Vice-rei do Brasil (1778-1790), em relatório ao seu sucessor, Dom José Luiz de Castro, o Conde de Resende, rememora a luta travada pelas tropas de Minas Gerais nos sertões de Macacu para expulsar os garimpeiros, com a prisão de Manuel Henrique, o Mão de Luva; a instalação de um registro do ouro no arraial de Cantagalo, sob a direção do Desembargador Cunha e Souza; o grande número de requerimentos de concessão de datas e de sesmarias no sertão, repartidas segundo o número de escravos de cada postulante; o abandono posterior das terras, restando um pequeno grupo em Cantagalo; o trabalho do Tenente Joaquim José Soares preparando mão de obra escrava para a mineração; e, o remanejamento de soldados dos distritos milicianos de Campos, Cabo Frio e Magé para suprir o destacamento de Cantagalo.<sup>240</sup>

Segundo relação do ouro remetido das Minas Novas de Macacu para a casa da moeda do Rio de Janeiro, o quinto pago, entre 1788-1790, correspondeu a apenas 2:398\$020.<sup>241</sup> Por ocasião do falecimento do Guarda-mor João Pinto da Cunha e Souza, que desde 1804 exercia a função de Superintendente Geral, em razão do falecimento de seu irmão, a Junta Real de Fazenda elaborou um relatório das despesas feitas pela superintendência, entre 1786 e 1803, recomendando, diante do baixo rendimento das lavras de Cantagalo, que os sertões de Macacu seriam mais produtivos se fossem destinados as lavouras de café, de açúcar e a criação de gado.<sup>242</sup>

Em 1806, Manoel Fernandes Coelho, escrivão da Casa Real do Registro do Ouro das Novas Minas do Cantagalo, apresentou projeto de abertura de caminhos do arraial de Cantagalo para Minas Gerais, Campos dos Goitacazes e a Vila de Magé, pois para esta seria possível abrir uma estrada menos acentuada do que a existente para a Vila de Macacu, sendo ainda o porto de Magé apontado como mais vantajoso do que o daquela vila.<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup> Ofício do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza com a cópia da relação instrutiva e circunstanciada para ser entregue ao seu sucessor na qual mostra o estado em que deixa os negócios mais importantes do seu governo, sendo um deles a demarcação de limites da América meridional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 13, t. 4, abril, 1842, p. 24-30.

<sup>241</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. *Relação do ouro em pó que tem vindo das minas novas de Macacú para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro desde 1788. 1790.* AHU-Rio de Janeiro, cx 142, doc. 79.

<sup>242</sup> Notícias e reflexões sobre as minas de Cantagalo... escritas no fim do ano de 1805. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 12, 1849, p. 523.

<sup>243</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. *Ofício do escrivão da Casa Real do Registro do Ouro das Novas Minas do Cantagalo, Manoel Fernandes Coelho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo informações sobre o projeto de abertura de caminhos para Minas Gerais, Campos dos Goitacazes e vila de Magé; oferecendo seus serviços para a execução e supervisão do referido projeto, solicitando auxílio militar para combater os extravios que possam ocorrer no pagamento dos quintos reais.* 1806. AHU-Rio de Janeiro, cx. 232, doc. 21.

Ao tempo do Príncipe Regente Dom João, o arraial da freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo foi desmembrado da Vila de Santo Antônio de Macacu e elevado a condição de sede da Vila de São Pedro de Cantagalo, criada em 9 de março de 1814, confrontando com as vilas de Magé, Macacu, Macaé e São Salvador dos Campos dos Goitacazes.<sup>244</sup>

O naturalista prussiano Hermann Burmiester (1807-1892), que visitou Cantagalo em abril de 1851, descreve o núcleo urbano como sendo formado por uma rua, com belos edifícios, uma igreja e a praça do mercado ao fundo, contando com aproximadamente 100 casas e 1.200 habitantes, duas casas comerciais e duas hospedarias.<sup>245</sup>

As primeiras mudas de café em Cantagalo foram trazidas para a região de Lavrinhas pelo Tenente Joaquim José Soares, no começo do ano de 1820.<sup>246</sup> Na década seguinte, as mudas já produziam centenas de arrobas de café que eram transportadas por tropas de mulas até os portos do rio Macacu, seguindo essas mercadorias para a Corte, por via marítima.<sup>247</sup>

O naturalista suíço J. J. von Tschudi (1818-1889), que visitou a cidade de Cantagalo em 1860, nos apresenta alguns números referentes a produção de café e os escravos necessários para a colheita, no período de 1847-1860, tomando como base os dados fornecidos por um fazendeiro daquela região.<sup>248</sup>

**Tabela 2:** Produção cafeeira numa fazenda de Cantagalo (1847-1860).

| Ano       | Pés de café | Escravos | Pés de café por escravo | Colheita média por escravo |
|-----------|-------------|----------|-------------------------|----------------------------|
| 1847-1850 | 72.000      | 34       | 3.934                   | 135 arrobas                |
| 1851-1854 | 123.750     | 38       | 3.790                   | 182 arrobas                |
| 1855-1860 | 125.200     | 45       | 3811                    | 137 arrobas                |

Fonte: Tschudi, J. J. Von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*.

Segundo Clélio Erthal, a Vila de Cantagalo possuía quatro caminhos para o litoral a fim de escoar sua produção agrícola: a de Friburgo-Porto das Caixas; a de Macaé, a de São Fidélis e a do Carmo-Magé, via Sumidouro e Aparecida (Imagem

<sup>244</sup> SANTOS, Luis Gonçalves. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013, p. 517.

<sup>245</sup> BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil, através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos aurídiamentíferos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 151-152.

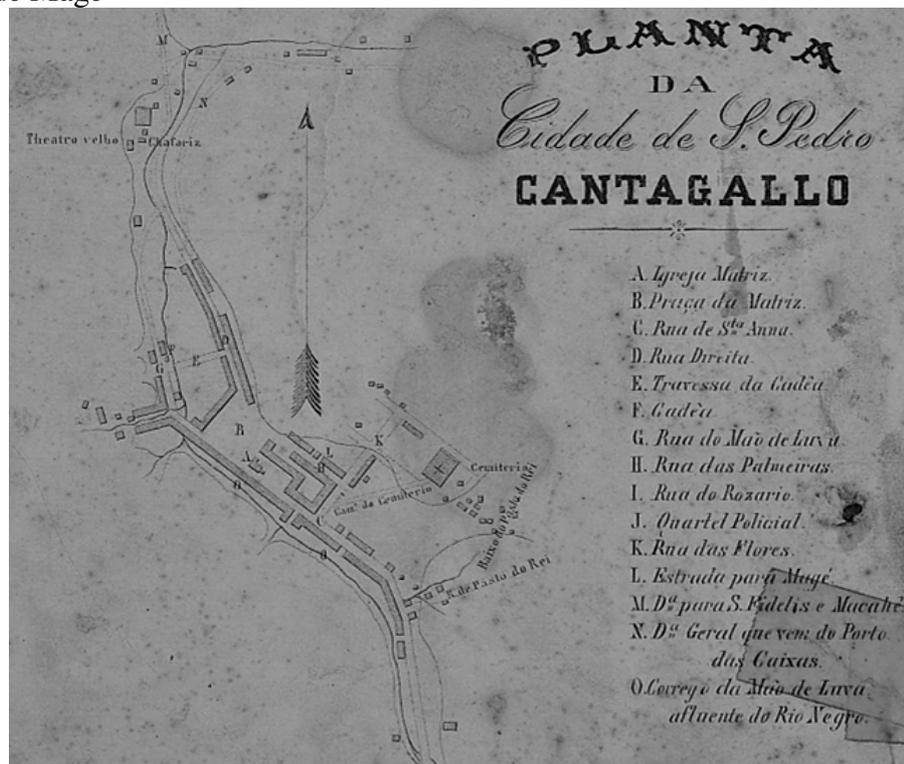
<sup>246</sup> DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978, p. 186.

<sup>247</sup> DIAS, *Terra de...*, p. 158.

<sup>248</sup> TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 41.

4).<sup>249</sup> A opção dos fazendeiros de Cantagalo de escoarem sua produção pela Vila de Magé, a partir da década de 1840, se deve em parte aos investimentos da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, já que a via rumo a Porto das Caixas achava-se, à época, em estado precário.<sup>250</sup>

**Imagem 4:** Planta da cidade de Cantagalo, 1857, com a indicação da estrada para a cidade de Magé



Fonte: Biblioteca Nacional. BELLEGARDE, Pedro D'Alcântara & NIEMEYER, Conrado Jacob. *Carta corográfica da província do Rio de Janeiro manda organizar por Decreto da Assembléia provincial de 30 de outubro de 1857.*

## 2.2 Fazendeiros, negociantes, médicos e padres: a “boa sociedade” carmense

Em 1832, o lavrador Alexandre de Mello doou terras no sertão de Macacu à devoção de Nossa Senhora do Carmo, o que levou João Henrique Monteiro, Joaquim Antonio Correa Netto, Manoel da Silva Cruz, Manoel Alves Guimarães, por si e por Manoel de Passos Correa, João Antônio de Carvalho, João Teixeira da Rocha, Germano Ferreira de Carvalho e Valeriano Maurício de Miranda Ribeiro a mandaram preparar a área, entre os dias 26 e 29 de maio daquele ano, para a edificação de uma

<sup>249</sup> ERTHAL, *Cantagalo: da miragem...*, p. 70.

<sup>250</sup> DIAS, *Terra de...*, p 165.

capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, dando origem ao povoado de Samambaia.<sup>251</sup>

A Capela de Nossa Senhora do Carmo, filial da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila de Cantagalo, foi sagrada somente em 1.º de janeiro de 1843, sendo, em 24 de junho do mesmo ano, nomeado como primeiro cura do arraial, o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar.<sup>252</sup>

O Padre Bacellar, nascido a 11 de fevereiro de 1811, na freguesia de São Nicolau, Concelho de Cabeceira de Basto,<sup>253</sup> emigrou para o Brasil com seu irmão Fernando de Castro Abreu Magalhães, desembarcando no Porto do Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1836.<sup>254</sup> Agraciado com o oficialato da Imperial Ordem da Rosa (1866),<sup>255</sup> recebeu da Santa Sé o título de Monsenhor e de camareiro secreto do Papa Leão X (1883).<sup>256</sup>

Em 1846, foi criada na Vila de Cantagalo a freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com sede no povoado de Samambaia.<sup>257</sup> Uma década depois de sua criação, a freguesia do Carmo contava com apenas um subdelegado, um professor público, um alfaiate, seis negociantes e dezesseis fazendeiros, que se dedicavam ao cultivo de café.<sup>258</sup>

A concepção de mundo da sociedade fluminense oitocentista considerava como condições para a ascensão social a acumulação de rendas e bens e a ocupação de cargos públicos, o que explica o porquê da força despendida pelos chefes políticos nas eleições, garantindo o controle das “posições-chave” no âmbito político municipal, como os de juiz de paz, de delegado de polícia, de juiz municipal e de coletor de rendas.<sup>259</sup>

A função de subdelegado de polícia abrangia, além das atividades policiais, propor aos delegados os cidadãos que deveriam ser nomeados seus escrivães e

---

<sup>251</sup> Almanach d' O Carmense, 1888, p. 73.

<sup>252</sup> Almanach d' O Carmense, 1888, p. 74.

<sup>253</sup> Arquivo Distrital de Braga. Processo de Justificação de Fraternidade. Francisco de Castro Abreu Magalhães. 1821, fl. 3v.

<sup>254</sup> Arquivo Nacional, Códice 0381, volume 8, fl. 81v.

<sup>255</sup> Correio Mercantil, 21 de dezembro de 1866, p. 1.

<sup>256</sup> Gazeta da Tarde, 2 de março de 1883, p. 2; Gazeta de Notícias, 05 de março de 1883, p. 1.

<sup>257</sup> DORIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tip. d'A Encadernadora S/A, 1929, p. 49.

<sup>258</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 198-199.

<sup>259</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 33.

inspetores de quarteirão, cabendo a estes últimos expedir passes, fornecer declarações de ocupação e de boa conduta e garantir a ordem pública.<sup>260</sup>

Já os juízes municipais substitutos não precisavam ter formação jurídica e eram escolhidos entre os membros da boa sociedade local. Como um juiz municipal podia substituir um juiz de direito na ausência deste, esses cargos mesclavam-se aos interesses locais do mesmo modo que os delegados e os oficiais da Guarda Nacional.<sup>261</sup>

A análise dos ocupantes dos cargos públicos na freguesia revela um predomínio dos fazendeiros de café ocupando os cargos de juiz de paz, de vereador e de subdelegado de polícia. As trajetórias dos cafeicultores João Henrique Monteiro, um dos precursores da construção da capela de Nossa Senhora do Carmo, que ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Cantagalo,<sup>262</sup> e foi juiz de paz na freguesia do Carmo;<sup>263</sup> e Joaquim Vieira de Carvalho, que também ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Cantagalo,<sup>264</sup> e ainda foi juiz de paz,<sup>265</sup> e depois substituto de subdelegado no Carmo,<sup>266</sup> demonstram que a concentração de riqueza, de poder e de *status* estava com os cafeicultores. Mas, não só com eles.

Em 1847, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo foram constituídas duas Irmandades, a do Santíssimo Sacramento e a da Padroeira, fundidas em 1.º de janeiro de 1848 com o nome de Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>267</sup> Havia ainda a Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, responsável pelas celebrações da Quaresma, da Semana Santa e do Domingo de Páscoa, fundada pelo Padre Pedro Garcia Monteiro Bretãs (1862).<sup>268</sup>

Quando se aprovou o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em 06 de outubro de 1867, Fernando de Castro Abreu Magalhães foi o quarto signatário da ata, depois apenas do Dr. Antônio Arnaldo de Moura Ruas, que a lavrou, do Vigário Bretãs e do Barão de Aparecida, estando ainda entre os signatários

---

<sup>260</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 89.

<sup>261</sup> GRAHAM, *Clientelismo e política...*, p. 95.

<sup>262</sup> Almanak Laemmert, 1859, p. 268; Almanak Laemmert, 1860, p. 274.

<sup>263</sup> Almanak Laemmert, 1865, p. 369; Almanak Laemmert, 1866, p. 356; Almanak Laemmert, 1868, p. 231.

<sup>264</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 77.

<sup>265</sup> Almanak Laemmert, 1852, p. 52-53; Almanak Laemmert, 1861, p. 255

<sup>266</sup> Almanak Laemmert, 1859, p. 275

<sup>267</sup> MACHADO, Afrânio Gismonti. *Reminiscências de Carmo*. Carmo: Edição do Autor, 1999, p.17.

<sup>268</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 39.

o seu irmão Padre Paulo de Castro Abreu Bacellar e o Padre Sebastião Pires de Freitas, capelão da Fazenda Santa Fé.<sup>269</sup>

A análise da trajetória dos irmãos-fundadores das irmandades, quando confrontada com as informações publicadas no *Almanak Laemmert* (1844-1885), nos auxilia a identificar a “boa sociedade” carmense a que os Castro Abreu Magalhães buscou se integrar, formada por cafeicultores, negociantes, sacerdotes e médicos (Anexo II).

Segundo o censo demográfico de 1872, das quatro freguesias da cidade de Cantagalo (Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Carmo, Santa Rita do Rio Negro e Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras), a população carmense correspondia ao percentual de 27,83% do total de habitantes livres do município, ao mesmo tempo, que apresentava a terceira maior população cativa da cidade (22,52%).

**Tabela 3:** População da Cidade de Cantagalo (1872)

| Freguesias                         | Livres |          |       | Cativos |          |       |
|------------------------------------|--------|----------|-------|---------|----------|-------|
|                                    | Homens | Mulheres | Total | Homens  | Mulheres | Total |
| SS. Sacramento                     | 3.061  | 2.111    | 5.172 | 3.947   | 2.788    | 6.735 |
| N. S. Monte Carmo                  | 1.961  | 1.392    | 3.353 | 2.149   | 1.524    | 3.673 |
| S. Rita do Rio Negro               | 1.306  | 931      | 2.237 | 2.749   | 1.943    | 4.692 |
| N. S. da Conceição das Duas Barras | 1.270  | 616      | 1.886 | 714     | 464      | 1.205 |
| Total                              | 12.048 |          |       | 16.305  |          |       |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1872

A sociedade carmense, na década de 1870, pode ser descrita como formada em sua maioria por homens brancos (73%), solteiros (56,5%) e analfabetos (59,45%), ao passo que a população de escravizados era constituída predominantemente por negros solteiros (97,62%) e analfabetos (100%). Neste ponto, se considerarmos o número total de habitantes livres e cativos em 1872, veremos que 80,51% da população carmense não sabia ler nem escrever, no que podemos imaginar a importância dos médicos e sacerdotes enquanto representantes de uma elite letrada local.

**Tabela 4:** População livre da freguesia do Carmo, segundo sexo, estado civil, raça e instrução (1872)

|          | Solteiros | Casados | Branco | Negros | Alfabetizados | Analfabetos |
|----------|-----------|---------|--------|--------|---------------|-------------|
| Homens   | 1.109     | 646     | 1.432  | 230    | 793           | 1.166       |
| Mulheres | 772       | 439     | 968    | 175    | 579           | 818         |
| Total    | 1.881     | 1.085   | 1.528  | 405    | 1.372         | 1.984       |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1872

<sup>269</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p.33

**Tabela 5:** População escrava da freguesia do Carmo, segundo sexo, estado civil, raça e instrução (1872)

|          | Solteiros | Casados | Pretos | Pardos | Alfabetizados | Analfabetos |
|----------|-----------|---------|--------|--------|---------------|-------------|
| Homens   | 2098      | 34      | 1872   | 777    | 0             | 2149        |
| Mulheres | 1478      | 34      | 869    | 655    | 0             | 1524        |
| Total    | 3576      | 68      | 2741   | 1432   | 0             | 3.673       |

Fonte. IBGE. Censo Demográfico de 1872

A freguesia do Carmo foi elevada a Vila de Nossa Senhora do Monte do Carmo pela ação do advogado Dr. Antonio Augusto Pereira Pinto, deputado provincial, sendo sancionada a lei pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, Conselheiro Martinho Álvares da Silva Campos, em 13 de outubro de 1881.<sup>270</sup> Compreendia duas freguesias, a de Nossa Senhora do Monte do Carmo (em cujo território incluía o povoado de Porto Velho do Cunha), desmembrada da Vila de Cantagalo, e a de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (Sumidouro), da Vila de Nova Friburgo.<sup>271</sup>

Distante 11 km do arraial da Matriz do Carmo,<sup>272</sup> a prosperidade do povoado de Porto Velho do Cunha se deu em razão não só por estar localizado à margem do Rio Paraíba, mas por ter, à época, uma grande barca de corrente, transportando passageiros e tropas de mulas entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.<sup>273</sup>

Em 1856, o *Almanak Laemmert* destaca a presença de seis negociantes, um seleiro, um padeiro, dois sapateiros, dois alfaiates e uma casa de pasto no povoado de Porto Velho do Cunha.<sup>274</sup> Dez anos depois, graças ao café, Porto Velho do Cunha é descrita na publicação como uma das primeiras povoações do rico município de Cantagalo, apresentado seis professores primários, dois médicos, três boticários, nove negociantes, seis alfaiates, três sapateiros, dois hoteleiros, dois ourives, um relojoeiro, quatro professores de música, canto e piano, sendo ainda Henrique da Fonseca Reis afinador de piano.<sup>275</sup>

Segundo Luiz Felipe de Alencastro, uma virada na música e nas danças imperiais ocorreu nos anos 1850, com o aumento das importações de pianos, considerado mercadoria-fetiche de alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório pela “boa sociedade” que com ele inauguravam, no sobrado urbano ou nas

<sup>270</sup> Almanach d’ O Carmense, 1888, p. 75.

<sup>271</sup> Almanach d’ O Carmense, 1888, p. 76.

<sup>272</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1866, p. 3.

<sup>273</sup> Almanak Laemmert, 1866, p. 358.

<sup>274</sup> Almanak Laemmert, 1856, p. 183.

<sup>275</sup> Almanak Laemmert, 1866, p. 356-357.

casas sedes das fazendas, o salão, espaço privilegiado de sociabilidades que tornará visível a representação social da vida familiar.<sup>276</sup>

Em 1885, a Vila do Carmo (com 48 eleitores), contava com uma população de 4 mil habitantes livres e 3.263 escravos, sendo 1.º juiz de paz o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, o seu pai, o fazendeiro Fernando de Castro Abreu Magalhães.<sup>277</sup> No ano seguinte, foi fundado o Apostolado da Oração, associação religiosa dedicada à devoção ao Sagrado Coração de Jesus, sob a direção do Cônego José Ribeiro Gonçalves, tendo por 1.º secretário o Dr. Antonio Arnaldo de Moura Ruas e por 1.º tesoureiro o Dr. Jerônimo, e por zeladoras sua esposa Elisa Justina Pedreira de Abreu Magalhães e sua filha Joanna de Castro Correa de Azevedo.<sup>278</sup>

**Imagem 5:** Praça da Matriz do Carmo, 1922



Fonte: VASCONCELLOS, Clodomiro Rodrigues de. *Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro*. 1922.

Já em 1888, a Vila do Carmo possuía três praças, a da Matriz, cercada por palmeiras imperiais (Imagem 5), a Pereira Lima e a Alexandre de Mello, sendo a maior parte das casas térreas, e tendo por principais edifícios, a Igreja Matriz, a Capela

<sup>276</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 45-47.

<sup>277</sup> Almanak Laemmert, 1885, p. 911-912.

<sup>278</sup> Almanach d' O Carmense, 1888, p. 182-183.

de Nosso Senhor dos Passos, o cemitério da irmandade, com uma capela mortuária, o cemitério para os não católicos, mandado fazer por Fernando de Castro Abreu Magalhães, e a Câmara Municipal, em prédio particular.<sup>279</sup>

A Vila de Nossa Senhora do Monte do Carmo foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Carmo, em dezembro de 1889,<sup>280</sup> com uma população total de 9.502 habitantes, sendo 5.077 homens e 4.425 mulheres, distribuídos pelos distritos de Carmo, de Córrego da Prata e de Porto Velho do Cunha.<sup>281</sup>

### 2.3 A Fazenda Santa Fé e sua colônia

**Imagem 6:** Casa sede da Fazenda Santa Fé, 2010



Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. *Fazenda Santa Fé*. Códice AV – F07 – Car. 2010, p.133.

Ao regressar de Portugal, em 1849,<sup>282</sup> o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar adquiriu de Manuel Camilo dos Santos (1850) e de Frederico Luiz Hugemem (1853) as terras que deram origem a Fazenda Santa Fé, na freguesia do Carmo, termo da Vila de Cantagalo (Imagem 6).<sup>283</sup> Em 1851, o Padre Bacellar já figurava entre os

<sup>279</sup> Almanach d' O Carmense, 1888, p. 78.

<sup>280</sup> Decreto Estadual nº.8, de 12 de dezembro de 1889.

<sup>281</sup> Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Estatística. *Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficinas da Estatística, 1898, p. 110.

<sup>282</sup> Diário do Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1849, p. 4.

<sup>283</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Município de Cantagalo. Livro de Registro de Terras da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1855-1857), fl. 1.

fazendeiros de Cantagalo que possuíam fazenda com engenho de pilão,<sup>284</sup> e, no ano seguinte, se destacava dos demais por ser um dos primeiros, ao lado de Vicente Ubilhart, a possuir terreiro de pedra para secagem do café e por beneficiá-lo pelo sistema de estufa.<sup>285</sup> O naturalista J. J. von Tschudi, ao visitar a cidade de Cantagalo em 1860, registrou que os terreiros de pedra garantiam maior limpeza, calor e secura ao café, que devia ser remexido várias vezes por dia e imediatamente retirado caso ameaçasse chuva.<sup>286</sup>

A Vila de Cantagalo, cujos arredores foram tomados pelos cafezais, constituiu-se em centro irradiador dessa cultura, que se expandiu por suas freguesias, como a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, o que levou ao aumento do número de fazendas de café no município de 111, em 1850, para 309, em 1854, e para 733, no ano de 1860, desviando o centro cafeicultor fluminense da Vila de Vassouras para a Vila de Cantagalo.<sup>287</sup>

Na atuação do Padre Bacellar e de seu irmão Fernando de Castro Abreu Magalhães na Fazenda Santa Fé identificamos a recriação do sistema agrário, definida por João Fragoso, como a conversão de uma acumulação prévia realizada no comércio numa agricultura escravista,<sup>288</sup> associada a experiência de aplicação do regime de trabalho livre, com um núcleo com cerca de sessenta colonos portugueses, aplicados à plantação e colheita de café.<sup>289</sup>

Foi no tempo de Dom João VI que se estabeleceu a tradição de auxílio oficial à imigração, tendo o governo português subvencionado o imigrante, proporcionando-lhes transporte, terras, sementes, animais, ferramentas e diárias, sendo o resultado mais importante da política imigratória joanina a colônia suíça na Vila de Cantagalo, criada em 1820, gênese do município de Nova Friburgo.<sup>290</sup> Estas condições favoráveis permaneceram no pós-Independência, afinal, a transição havia sido pacífica, com sequelas pontuais e insuficientes para ameaçar a continuidade do Império do Brasil,

---

<sup>284</sup> Almanak Laemmert, 1851, p. 63.

<sup>285</sup> Almanak Laemmert, 1852, p. 52.

<sup>286</sup> TSCHUDI, *Viagem às províncias...*, p. 45.

<sup>287</sup> ERTHAL, *Cantagalo: da miragem...*, p. 180-181.

<sup>288</sup> FRAGOSO, João. *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 66.

<sup>289</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 160.

<sup>290</sup> BROWNE, George R. Política imigratória no Brasil regência. *RIHGB*, v. 307, abril-junho, 1975, p. 38.

sob o mesmo regime monárquico que o Reino de Portugal, ambos sob a mesma dinastia dos Bragança.<sup>291</sup>

No início do Segundo Reinado, coube ao senador paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, fazendeiro de café, com casa de comissões em Santos, o plano de aplicar à lavoura de café o sistema de parceria, utilizando-se primeiro de famílias portuguesas (1841-1842) e depois de alemãs, inspirado na experiência dos colonos introduzidos na Imperial Fazenda do Córrego Seco, em 1847, na Vila de Estrella.<sup>292</sup>

O fracasso da experiência do Senador Vergueiro com os 90 lavradores minhotos contratados para trabalhar como parceiros, teria ocorrido em razão da mentalidade escravocrata do fazendeiro que pensava poder dispor da mão de obra livre exclusivamente segundo os seus interesses, submetendo-os a uma espécie de “escravidão branca”.<sup>293</sup>

Ao longo do século XIX, a política de imigração do Império assumiu três modalidades básicas: núcleos coloniais, com financiamento oficial e distribuição de lotes; colônias de parceria, financiadas por particulares e com ônus para os imigrantes; e, a política de subvenção provincial e imperial, subsidiando os custos da vinda dos imigrantes.<sup>294</sup>

Para o caso da Província do Rio de Janeiro, além das duas colônias de iniciativa oficial (Nova Friburgo e Petrópolis), encontramos, pelo sistema de parceria, as colônias fundadas pelo Barão de Nova Friburgo em suas fazendas Santa Rita, São Martinho, Laranjeiras, Macuco, Boa Sorte e Boa-Vista, reunindo mais de 900 portugueses.<sup>295</sup>

Bem mais modestas foram as duas colônias de imigrantes portugueses na freguesia do Carmo, na Vila de Cantagalo: a colônia da Fazenda União, de Pio Correa de Azevedo, e a colônia da Fazenda Santa Fé, dos irmãos Francisco de Castro Abreu Bacellar e Fernando de Castro Abreu Magalhães, cada uma com 60 colonos.<sup>296</sup> No

<sup>291</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Receptividade e imigracional comparada Brasil-América: os portugueses. In. MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2017, p. 45.

<sup>292</sup> BRANDENBURGER, Clemente. Imigração e colonização sob o Segundo Reinado. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1925, p. 483.

<sup>293</sup> MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: EDUPS; FAPESP, 2011, p. 136-137.

<sup>294</sup> PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 200.

<sup>295</sup> Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2.<sup>a</sup> sessão da 12.<sup>a</sup> legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857, p. 37-40.

<sup>296</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 73.

caso da colônia da Fazenda Santa Fé, a maioria era de lavradores, alguns pedreiros e carpinteiros, todos solteiros, a exceção uma família composta por três pessoas.<sup>297</sup>

O português Antônio Pinto Correa Junior, ao visitar a Fazenda Santa Fé, em 1869, nela encontrou trabalhando “trezentos escravos e sessenta colonos portugueses, entregues ao cultivo de café e à produção de açúcar”.<sup>298</sup> Adotando o critério de Robert Slenes, os proprietários de escravos podem ser classificados como pequenos (até 10 escravos), médios (de 11 a 49 escravos) e grandes (acima de 50 escravos).<sup>299</sup> Ampliando essa escala, Ricardo Salles identificou na sociedade vassourense oitocentista uma quarta faixa de senhores de escravos, os megaproprietários, com mais de cem escravos.<sup>300</sup> Tomando como aproximados os números apresentados por Antônio Pinto Correa Junior, podemos definir o Padre Bacellar e seu irmão Fernando de Castro Abreu Magalhães como megaproprietários de escravos.

Segundo Antônio Pinto Correa Junior, os colonos e escravos da Fazenda Santa Fé recebiam assistências médica e espiritual prestadas respectivamente pelo médico Dr. Joaquim Ribeiro de Aguiar e pelo capelão Padre Sebastião Pires de Freitas.<sup>301</sup> A farmácia da Fazenda Santa Fé contava com armação toda em jacarandá, as gavetas com puxadores de cristal, mostrando o nome científico das ervas, vasilhames de porcelana e cristal, e contava com grandes vidros exibindo cobras venenosas típicas da região, conservadas em álcool.<sup>302</sup>

A presença do médico Dr. Joaquim Ribeiro de Aguiar na Fazenda Santa Fé não foi um fato isolado, pois os fazendeiros da região criaram uma complexa estrutura de hospitais e casas de enfermarias para atender aos doentes de suas fazendas. Keith Valéria de Oliveira Barbosa, que estudou as relações entre médicos, fazendeiros e cativos na Vila de Cantagalo (1815-1888), observou que a contratação de médicos e boticários e a construção de hospitais e enfermarias foram “estratégias elaboradas pelos proprietários da região para manterem seus trabalhadores escravos em condições

---

<sup>297</sup> A Pátria, 11 de agosto de 1859, p. 2

<sup>298</sup> CORREA JUNIOR, Antônio Pinto. *Da Corte à fazenda Santa Fé: impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Typ. Universal, 1870, p. 100.

<sup>299</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 72.

<sup>300</sup> SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 31.

<sup>301</sup> CORREA JUNIOR, *Da Corte à fazenda Santa Fé...*, p. 77.

<sup>302</sup> Correio Mercantil, 20 de março de 1859, p. 2.

de saúde favoráveis para exercerem o penoso trabalho nas lavouras, assegurando, assim, o sucesso do empreendimento das *plantations* cafeeiras”.<sup>303</sup>

Além da fazenda Santa Fé, possuía o Padre Bacellar a Fazenda Jacotinga, onde cultivava café, milho e feijão, e o Sítio dos Porcos, voltado para a plantação de mandioca e cana de açúcar.<sup>304</sup> Para processar a produção, a Fazenda Santa Fé contava com engenho de cana de açúcar, engenho de farinha, descascador de arroz, moinho e pilão, todos movidos à água, o que reduzia o número de empregados e escravos envolvidos na produção.<sup>305</sup> Segundo João Fragoso, a repetição do mesmo padrão tecnológico da lavoura (agricultura extensiva com baixo nível técnico), através da incorporação de mais terras e mais força de trabalho, não significa que os cafeicultores fossem avessos a mudanças tecnológicas,<sup>306</sup> afinal a incorporação de máquinas de beneficiamento, como as da Fazenda Santa Fé, demonstram o contrário.

Nessa recriação do sistema agrário, Fernando de Castro Abreu Magalhães tornou-se também proprietário de terras e escravos na Vila de Cantagalo, ao adquirir a Fazenda Boa Esperança, na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, depois vendida para os portugueses Sebastião José Fernandes Fraga e Caetano José Botelho, em 20 de setembro de 1869, incluindo as benfeitorias e os 26 escravos que lá trabalhavam.<sup>307</sup>

Na freguesia do Carmo, a Família Castro Abreu Magalhães empreendeu diversas melhorias para a população, tendo Fernando de Castro Abreu Magalhães construído um chafariz para atender o povo (1863); doado à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo um terreno para seu cemitério (1873); e financiado as obras de construção da própria Igreja Matriz (Imagem 7).<sup>308</sup> Além disso, o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar, Anastácio Uberlhart Rodrigues e Antonio Uberlhart Lemgruber, estes proprietários da Fazenda da Glória, na freguesia de Carmo, construíram uma estrada para ligar as propriedades ao ramal da estrada de ferro de Porto Novo do Cunha a São Sebastião da Paraíba (1877).<sup>309</sup>

---

<sup>303</sup> BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888). Tese de doutoramento em História das Ciências e da Saúde*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2014, p. 242.

<sup>304</sup> CORREA JUNIOR, *Da Corte à fazenda Santa Fé...*, p. 91.

<sup>305</sup> CORREA JUNIOR, *Da Corte à fazenda Santa Fé...*, p. 87-88.

<sup>306</sup> FRAGOSO, *Barões do Café e sistema agrário...*, p. 49.

<sup>307</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Cantagalo. 1879. Inventário. Sebastião José Ferreira Fraga (falecido) e Caetano José Botelho (inventariante), fls. 65/65v.

<sup>308</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 17-18.

<sup>309</sup> *Jornal da Tarde*, 21 de novembro de 1877, p. 3.

**Imagem 7:** Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo, 1922



Fonte: VASCONCELLOS, Clodomiro Rodrigues de. *Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro*. 1922.

Por ocasião da inauguração do chafariz do arraial da Matriz do Carmo, entre agradecimentos ao Padre Bretãs e ao Major José de Souza Brandão, futuro Barão de Aparecida, o médico Dr. Luiz Correa de Azevedo assim saudou a iniciativa da família Castro Abreu Magalhães:

Explorou-se esta ideia; conversou-se sobre a matéria; planejou-se; e a imaginação, emprestando suas asas aos bons desejos, fez entrever ao respeitável e excelente Sr. Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar a forma de conseguir-se tal fonte. Ele, esse grande e digno sacerdote, não hesitaria um momento em construí-la a expensas suas, se sua muita modéstia lhe não inspirasse a vontade de ter companheiros em obra de tanto momento. Era um escrúpulo de homem generoso – um ato de cavaleiro. Sua partida para a Europa demorou a execução desse pensamento. [...] Cabe aqui rendermos homenagem a um nome muito respeitado por nós todos, que aqui estamos e aparece sempre em tudo que nasce da espontaneidade de coração e da delicadeza de caráter, este nome que cito cheio de veneração, é o Sr. Fernando de Castro Abreu Magalhães. Fique aqui neste ato, consignado o voto de gratidão que todos nós lhe ofertamos em nome das coisas brasileiras.<sup>310</sup>

A partir de 1876, o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, filho de Fernando, assumiu a Fazenda Santa Fé, que contava à época com casa sede, capela

<sup>310</sup> Correio Mercantil, 30 de julho de 1863, p. 2.

dedicada a Santíssima Trindade, engenhos, senzalas, barracões para os colonos, hospital, paiol, cavalariças, açudes e mais de 500 escravos.<sup>311</sup> Clélio Erthal comenta que a Santa Fé é ilustrativa da organização das fazendas de café do Vale do Paraíba, pelo seu aspecto de arraial, com a casa sede em posição de relevo, denunciando prestígio e poder, tendo em torno dela o terreiro de pedra e uma fileira de armazéns, engenhos, oficinas, olarias e senzalas.<sup>312</sup>

Segundo João Fragoso, era comum entre os grandes fazendeiros o adiantamento da legítima com a entrega de bens agrícolas para seus filhos, que ainda recebiam uma “ajuda financeira” paterna para entrarem no mercado em condições mais favoráveis que os demais fazendeiros.<sup>313</sup> Por ter assumido a Fazenda Santa Fé nos últimos anos da escravidão, num cenário de crise geral do sistema agrário escravista-exportador (1871-1888), o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães precisou recorrer não só a ajuda financeira de seu pai através de um empréstimo (38:116\$585),<sup>314</sup> e da concessão de um dote (50:000\$000),<sup>315</sup> mas a solidariedade familiar, obtendo de seu tio e primo Bento de Castro Abreu e Leite um empréstimo no valor de 13:174\$200.<sup>316</sup>

A caderneta de anotações do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães nos revela a tentativa de investimento na agropecuária, com a importação de um boi zebu em abril de 1887, ao custo de 1:223\$240, e de uma vaca da mesma raça, em maio de 1887, por 1:088\$540, que ainda naquele ano pariu o primeiro bezerro.<sup>317</sup> Pode-se imaginar que o investimento em gado tenha ocorrido por influência de seu cunhado, Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo, afinal, a família deste foi uma das pioneiras na região com a importação dos primeiros zebus procedente da Europa, ao mesmo tempo que, a partir de 1878, a família Lengruber introduziu o gado nelore em sua fazenda da Glória, vizinha a Santa Fé.<sup>318</sup>

---

<sup>311</sup> CASTRO, Zélia..., p. 97.

<sup>312</sup> ERTHAL, *Cantagalo: da miragem...*, p. 183.

<sup>313</sup> FRAGOSO, *Barões do Café e sistema agrário...*, p. 90.

<sup>314</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Inventário. Fernando de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Leonor de Castro e Souza (inventariante), fl. 9v.

<sup>315</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3.

<sup>316</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca do Carmo. 1909. Inventário. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Elisa Pedreira de Abreu Magalhães (inventariante), fl. 88.

<sup>317</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães.

<sup>318</sup> ERTHAL, *Cantagalo: da miragem...*, p. 91

Considerando que os engenhos da Santa Fé eram movidos por força hidráulica, como testemunhou Antônio Pinto Correa Junior, em 1869,<sup>319</sup> as 212 cabeças de gado (bois de carro, touro, vacas e bezerros) arroladas no inventário do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, e avaliadas em 10 contos de réis, em 1909, revelam o quanto a família aplicou na criação de gado de corte e leiteiro.<sup>320</sup>

Marcos Ferreira de Andrade, que estudou a criação de gado no sul de Minas Gerais, entre 1803 e 1865, observou que os bois tinham também sua importância no funcionamento das atividades das fazendas, seja como puxadores dos carros de boi para levar o milho da roça para o paiol, seja para transportar alguns produtos das fazendas até os mercados mais próximos e, principalmente, nos engenhos, onde eram utilizados como força motriz.<sup>321</sup>

O inventário do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães registra ainda a existência de 100 carneiros na fazenda Santa Fé (avaliados em 250 mil réis), o que revela um interesse pela carne ovina. Para Marcos Ferreira de Andrade, apesar da quantidade de caprinos não ser expressiva para o sul de Minas Gerais, a criação de carneiros era largamente difundida entre os proprietários locais.<sup>322</sup> Nessas fazendas, os carneiros eram tosados e sua lã era aproveitada para fazer tecidos grosseiros com os quais se vestiam os escravos, bem como para o fabrico de chapéus de abas largas, muito usados pelos mineiros.<sup>323</sup>

O Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães não se limitou aos investimentos na própria Fazenda Santa Fé, mas buscou aplicar seu capital investindo na compra de debêntures, como as da Companhia de Navegação Ferry (juros de 8% em maio e novembro, valor nominal de 100\$000) e as da Companhia da Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará (juros de 6,5%, em janeiro e junho, valor nominal 100\$000).<sup>324</sup>

Ao final do Império, o café ainda representava 61% do valor de exportações, porém a sua produção havia se deslocado para a Província de São Paulo, impulsionada

---

<sup>319</sup> CORREA JUNIOR, *Da Corte à fazenda Santa Fé...*, p. 87-88.

<sup>320</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca do Carmo. 1909. Inventário. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Elisa Pedreira de Abreu Magalhães (inventariante), fl. 67v.

<sup>321</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 97.

<sup>322</sup> ANDRADE, *Elites regionais...*, p. 97.

<sup>323</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: Império*. São Paulo: LeYa, 2016, p. 78.

<sup>324</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

pela entrada de trabalhadores livres europeus.<sup>325</sup> Segundo o balanço de receitas e despesas da Fazenda Santa Fé (1897-1904), elaborado pelo Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, a produção da fazenda gerou uma renda líquida, em 8 anos, de 42:405\$220, sendo deficitária durante o governo de Campos Salles (1898-1902), que foi marcado pela renegociação da dívida externa e pela crise dos preços do café.

Segundo Celso Furtado, a crise da economia cafeeira no país, na passagem do século XIX para o XX, foi motivada a partir de 1893, com o declínio do preço do café no mercado mundial, afinal, se o valor da saca exportado em 1896 foi de 2,91 libras, em 1899 alcançou apenas 1,48 libras.<sup>326</sup>

**Tabela 6:** Balanço de receitas e despesas da Fazenda Santa Fé (1897-1904)

| Ano  | Receita      | Despesa      | Saldo       | Déficit    |
|------|--------------|--------------|-------------|------------|
| 1897 | 175:227\$687 | 121:104\$929 | 54:122\$758 |            |
| 1898 | 67:300\$772  | 71:995\$120  |             | 4:694\$348 |
| 1899 | 78:196\$090  | 77:481\$950  | 741\$140    |            |
| 1900 | 74:897\$300  | 82:910\$280  |             | 8:012\$980 |
| 1901 | 69:831\$215  | 67:453\$850  | 2:377\$365  |            |
| 1902 | 49:707\$660  | 42:237\$555  | 7:470\$105  |            |
| 1903 | 47:692\$195  | 37:174\$870  | 10:517\$325 |            |
| 1904 | 34:271\$630  | 34:160\$775  | 110\$855    |            |

Fonte: Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Balanço de receitas e despesas da Fazenda Santa Fé (1897-1904).

Entre 1896 e 1903, a economia do Estado do Rio de Janeiro viveu sua quadra mais crítica em toda a Primeira República, com a queda dos preços internacionais do café; com a migração de sua mão de obra para o Distrito Federal e para São Paulo, que viviam um surto industrial; e, finalmente, a partir de 1898, com a perda de arrecadação e conseqüente crescimento da dívida pública estadual, culminando com o atraso do pagamento do funcionalismo, o fechamento de escolas e a impossibilidade de manutenção do judiciário.<sup>327</sup>

O inventário do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, aberto em 1909, nos permite analisar o final das atividades agrícolas da família Castro Abreu Magalhães, já que a viúva vendeu a fazenda em 1914.<sup>328</sup> O patrimônio da Fazenda

<sup>325</sup> CARVALHO, José Murilo de. Introdução: As marcas do período. In. CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 24.

<sup>326</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 178.

<sup>327</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 102-103.

<sup>328</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca do Carmo. 1909. Inventário. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Elisa Pedreira de Abreu Magalhães (inventariante), fl. 204.

Santa Fé, em 1909, era constituído por 30 alqueires de mata virgem, 80 alqueires de capoeirão, 360 alqueires de pastos e lavouras, casa sede da fazenda com 12 quartos, 4 salas e demais dependências, três grupos de antigas senzalas, telheiros diversos, cocheira, engenhos, 24 casas de colonos, os sítios Jacotinga, Cotia e dos Crioulos, além de bens móveis e semoventes (destaque para as 212 cabeças de gado), tudo avaliado em 97:800\$000 (noventa e sete contos e oitocentos e oitenta mil réis).<sup>329</sup>

## 2.4 Diversificando os negócios

A chave para entender a trajetória de enriquecimento financeiro e simbólico de Fernando de Castro Abreu Magalhães, uma década depois de ter trocado sua casa comercial na Vila de Magé pela produção de café na Vila de Cantagalo talvez esteja na sua condição de fazendeiro-capitalista (1857-1876), ou seja, de empresário que não vivia, exclusivamente, da produção agrícola, e diversificava seus investimentos, aplicando seus recursos não apenas em terras e escravos.<sup>330</sup> Como observou Marieta de Moraes Ferreira, esses fazendeiros-capitalistas formavam uma elite empresarial que respondeu de forma diferente de seus pares à crise do regime escravista, aplicando seus recursos em outras atividades, mesmo que o lucro fosse menor.<sup>331</sup>

Muito provavelmente contribuiu para o estabelecimento de Fernando na Corte, na década de 1860, o fato de seu sogro ter assumido como diretor do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (1863-1864),<sup>332</sup> um dos três bancos comerciais que representavam fontes de crédito para o comércio da Corte, e ter sido eleito em maio de 1864 para o cargo de provedor da Irmandade de Nossa Senhora da Candelária,<sup>333</sup> e no ano seguinte para tesoureiro na Imperial Irmandade de Nosso Senhor dos Passos.<sup>334</sup> Se a da Candelária era uma das mais ricas do Rio de Janeiro, constituída praticamente por negociantes de grosso trato, a dos Passos congregava a família real, o que assegurava

<sup>329</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca do Carmo. 1909. Inventário. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Elisa Pedreira de Abreu Magalhães (inventariante), fls. 61/67v.

<sup>330</sup> MUAZE, *As memórias da Viscondessa...*, p. 94.

<sup>331</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2008, p. 115.

<sup>332</sup> A Pátria, 17 de janeiro, de 1863, p. 3; Correio Paulistano, 20.09.1864, p. 2.

<sup>333</sup> SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 110.

<sup>334</sup> Correio Mercantil, 19 de maio de 1865, p. 4; Diário do Rio de Janeiro, 19 de maio de 1865, p. 3.

aos seus irmãos lugar logo após a nobreza, garantindo convívio com os elementos representativos do governo e da aristocracia.<sup>335</sup>

Além de ter investido em ações do Banco do Brasil, figurando entre seus trinta maiores acionistas (1866-1867), sendo precedido, dentre outros, pelo Barão de Mauá, Visconde de Ipanema, Mariano Procópio Ferreira Leite, Dr. Francisco Ferreira de Abreu (futuro Barão de Teresópolis) e Francisco Salles Torres Homem (futuro Visconde de Inhomirim), então diretor do banco,<sup>336</sup> Fernando tornou-se acionista da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, ao lado de seu sogro Guilherme Pinto de Magalhães (1867-1880), sendo a empresa presidida sucessivamente por Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo (1867-1873), e pelo Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão, fazendeiro em Porto Novo do Cunha (1874-1880).<sup>337</sup>

Em janeiro de 1868, é registrada no Tribunal de Comércio do Rio de Janeiro a firma Castro, Machado & C., com capital de 200.000\$000, sociedade cujos sócios majoritários eram Fernando de Castro Abreu Magalhães e Manoel Joaquim Alves Machado, voltada para o comércio de ensaque, compra e venda de café e outros gêneros de raiz,<sup>338</sup> de vida efêmera, posto que dissolvida dois anos depois.<sup>339</sup>

A gestão da firma Castro, Machado & C. cabia a Fernando e a Manoel Joaquim Alves Machado, mas quem seria esse sócio? Foi um negociante português estabelecido na rua do Hospício, n.º 26, como comissário de café,<sup>340</sup> membro das irmandades de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores e do Santíssimo Sacramento da Candelária,<sup>341</sup> acionista e suplente de diretoria do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, sob a presidência do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães,<sup>342</sup> donde se pode imaginar que foi por intermédio de seu sogro que Fernando aproximou-se do patrício.

Comissários de café, como Manoel Joaquim Alves Machado, enquanto intermediários dos fazendeiros, desempenhavam um grande número de serviços a seus

<sup>335</sup> GORENSTEIN, Comércio e Política..., p. 193-194.

<sup>336</sup> Correio Mercantil, 01 de dezembro de 1866, p. 3; Jornal do Comércio, 01 de dezembro de 1866, p. 1; Correio Mercantil, 05 de dezembro de 1866, p. 3; Jornal do Comércio, 19 de julho de 1867, p. 2; Correio Mercantil, 21 de julho de 1867, p. 3; Jornal do Comércio, 22 de julho de 1867, p. 8; Correio Mercantil, 22 de agosto de 1867, p. 3.

<sup>337</sup> Correio Mercantil, 11 de abril de 1867, p. 2; Almanak Laemmert, 1868, p. 398; Almanak Laemmert, 1869, p. 400; Almanak Laemmert, 1870, p. 406; Almanak Laemmert, 1871, p. 378; Almanak Laemmert, 1872, p. 415; Almanak Laemmert, 1873, p. 453; Almanak Laemmert, 1874, p. 492; Almanak Laemmert, 1875, p. 541; Almanak Laemmert, 1876, p. 570; Almanak Laemmert, 1878, p. 531; Almanak Laemmert, 1879, p. 553; Almanak Laemmert, 1880, p. 577.

<sup>338</sup> Correio Mercantil, 22 de janeiro de 1868, p. 2.

<sup>339</sup> Diário do Rio de Janeiro, 19 de julho de 1870, p. 2.

<sup>340</sup> Almanak Laemmert, 1860, p. 567.

<sup>341</sup> Almanak Laemmert, 1861, p. 364; Almanak Laemmert, 1863, p. 375.

<sup>342</sup> Almanak Laemmert, 1864, p. 434.

clientes isolados nos cafezais, comprando-lhes as sacas de café e os abastecendo de gêneros alimentícios não produzidos nas fazendas (bacalhau, carne-seca, sal), de produtos de ferro e artigos de luxo.<sup>343</sup> Mariana Muaze observa que a tarefa principal do comissariado era cuidar da saúde financeira dos negócios dos cafeicultores, pelo menos no que dizia respeito às transações realizadas na Corte, resvalando para o campo dos favores pessoais, pois negócios e personalidade constituíam-se esferas complementares na sociedade imperial.<sup>344</sup>

Raimundo César de Oliveira Mattos, em estudo sobre a trajetória do fazendeiro valenciano Manoel Antônio Esteves (1850-1879), observou na correspondência deste com o comissário Manoel Joaquim Alves Machado que a relação entre os dois era muito familiar, a tal ponto de Alves Machado buscar os filhos do fazendeiro no colégio para passarem dois dias santos com sua família, presenteando-os inclusive com roupas novas.<sup>345</sup>

Até 1860, os comissários de café foram os efetivos financiadores da produção, transporte e armazenamento do produto na Corte, pois, a partir de então, entraram em cena os bancos hipotecários, que irão emprestar diretamente aos fazendeiros,<sup>346</sup> a exemplo do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, sob o comando do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães.

Investindo no comércio de café na Praça do Rio de Janeiro, ainda em fevereiro de 1868, Fernando registrou-se no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro como negociante de comércio de ensaque de café.<sup>347</sup> Estabeleceu-se então como negociante de importação e exportação primeiro na rua Direita, n.º 15, próximo da casa bancária Mauá & Cia, no n.º 92 da mesma rua,<sup>348</sup> e depois na Rua dos Beneditinos, n.º 17.<sup>349</sup> Nessa época, nos dois lados da Rua dos Beneditinos e em ruas próximas havia estabelecimentos intermediários que recebiam a produção de café dos grandes

<sup>343</sup> STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 111.

<sup>344</sup> MUAZE, *As memórias da Viscondessa...*, p. 89-90.

<sup>345</sup> MATTOS, Raimundo César de Oliveira. Estratégias de cidadania e de sociabilidade no Oitocentos através das cartas de um comerciante português. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e prática da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 284-285..

<sup>346</sup> PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 205.

<sup>347</sup> *Jornal do Comércio*, 23 de fevereiro de 1868, p. 1; *Jornal do Comércio*, 10 de fevereiro de 1868, p. 1; *Correio Mercantil*, 12 de março de 1868, p.2.

<sup>348</sup> Almanak Laemmert, 1869, p. 523.

<sup>349</sup> Almanak Laemmert, 1870, p. 509; Almanak Laemmert, 1871, p. 497; Almanak Laemmert, 1872, p. 535.

fazendeiros do Vale do Paraíba,<sup>350</sup> tais como as casas comissárias Teixeira Leite & Sobrinhos; Furquim Joppert & Cia; Faro & Irmão; Ortigão & Cia.<sup>351</sup>

Mas, quais eram as atividades comerciais desenvolvidas por Fernando de Castro Abreu Magalhães, enquanto ensacador de café? Trabalhando com grandes quantidades de grãos, de diferentes procedências, os ensacadores eram realmente os compradores de café nas praças brasileiras, revendendo-o para o exterior.<sup>352</sup>

Ao contrário do lento giro do capital dos comissários de café, que atuavam como banqueiros dos cafeicultores, colocando-os em geral sob sua dependência financeira, assumindo, assim, os riscos do negócio, os capitais movimentados pelos ensacadores giraram rapidamente, sendo o seu ritmo regido pelo fluxo da produção e pela rapidez das exportações, já que compravam a vários comissários e reensacavam o produto por ocasião dos embarques, padronizando-o, ocasião em que ocorria o pagamento à vista, acrescido das despesas de armazenagem, se a retirada do produto não acontecia no prazo de vinte dias.<sup>353</sup>

E de onde vinham os clientes? Segundo Maria Sylvania de Carvalho Franco, a captação de clientes pelos comissários de café se deu pela via das relações pessoais, de vizinhança, amizade e parentesco,<sup>354</sup> o que nos faz pensar no papel das redes do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães a que seu genro teve acesso.

## 2.5 No casamento dos filhos, a ampliação da rede familiar

Depois do falecimento de sua primeira esposa, Rosa Rodrigues de Magalhães, com quem teve dois filhos: Maria Bárbara e Jerônimo, Fernando casou-se com sua sobrinha Rosa Angélica Leite de Castro, com quem teve três filhas, Leonor, Joana e Maria Thereza.<sup>355</sup>

Os lugares de nascimento e de casamento dos filhos são importantes pistas para a análise da trajetória familiar dos Castro Abreu Magalhães. Os primeiros filhos nasceram na Vila de Magé, quando Fernando dedicava-se ao comércio varejista, abastecendo empórios das regiões Serrana fluminense e Zona da Mata mineira. O

<sup>350</sup> STEIN, *Vassouras...*, p. 114.

<sup>351</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v 2. 10 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000, p. 16.

<sup>352</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997, p. 173.

<sup>353</sup> FRANCO, *Homens livres na...*, p. 177-183.

<sup>354</sup> FRANCO, *Homens livres na...*, p. 172

<sup>355</sup> CASTRO, *Zélia...*, p. 55-56.

nascimento de Leonor Leite de Castro na freguesia do Carmo de Cantagalo, em 1857, marca a transferência da família para a Fazenda Santa Fé, ao passo que o nascimento de Maria Thereza, na Corte, em 1866,<sup>356</sup> nos mostra a condição de fazendeiro-capitalista vivenciada por Fernando, dividido entre a fazenda e sua casa comercial no Rio de Janeiro.

Como observou Mônica Ribeiro de Oliveira, “a abundância de arranjos matrimoniais revela o esforço de novas alianças políticas e econômicas, objetivando a estruturação de uma rede familiar complementar”.<sup>357</sup> Procurando ampliar o capital social de sua família, Fernando de Castro Abreu Magalhães casou sua filha Maria Bárbara com Manoel Baltazar Mendes Leite Vasconcelos, presidente do Concelho Municipal de Felgueiras, em Portugal, em 1869;<sup>358</sup> a sua filha Leonor com Militão Máximo de Souza Neto, filho de Militão Máximo de Souza Junior, Barão do Andarahy, em 1878;<sup>359</sup> e, no ano seguinte, sua filha Joana com o médico Luiz Augusto Correa de Azevedo, descendente de importante família portuguesa radicada no município de Cantagalo.<sup>360</sup>

Na segunda metade do século XIX, com o crescimento das profissões liberais e o advento do Código Comercial de 1850, que contribuiu para a separação entre família e negócios, o casamento já não era mais a principal via para um homem se estabelecer, tornara-se uma opção pessoal.<sup>361</sup> Segundo Mary Del Priore, a sociabilidade juvenil exercida nos cursos superiores engendrava um desejo de autonomia da vida privada, daí os pais não mais fabricarem casamentos para seus filhos.<sup>362</sup>

O relacionamento das famílias Castro Abreu Magalhães e Pedreira do Couto Ferraz teve início em 27 de julho de 1875, numa visita de cortesia, após o contato inicial de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães com o Conselheiro João Pedreira do Couto Ferraz, no dia do julgamento dos bispos de Olinda e do Pará.<sup>363</sup> A família Castro Abreu Magalhães esteve tão envolvida com a Questão Religiosa, que Fernando e seu irmão Padre Bacellar haviam assumido compromisso com o Convento de Santa

<sup>356</sup> Correio Mercantil, 23 de julho de 1866, p. 2.

<sup>357</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 171.

<sup>358</sup> Jornal *O Apóstolo*, 14 de março de 1869.

<sup>359</sup> Jornal *O Apóstolo*, 20 de junho de 1878.

<sup>360</sup> *O Apóstolo*, 28 de novembro de 1879, p. 1

<sup>361</sup> NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 187.

<sup>362</sup> DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...*, p. 364.

<sup>363</sup> CASTRO, *Zélia...*, p. 187.

Teresa do Rio de Janeiro, de contribuírem com a quantia mensal de 100\$000 em favor dos bispos presos.<sup>364</sup>

O casamento de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, em 27 de junho de 1876, um ano depois do primeiro encontro das famílias, representou o ingresso dos Castro Abreu Magalhães no ambiente da classe senhorial do Império. A noiva, Elisa Justina, era filha do Conselheiro João Pedreira do Couto Ferraz (1826-1913), bacharel em Direito pelo Recife (1848) e Secretário do Supremo Tribunal, e sobrinha de Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), Visconde do Bom Retiro,<sup>365</sup> bacharel em Direito por São Paulo (1839), ex-presidente da Província do Rio de Janeiro (1848-1853), Ministro do Império (1853), fundador e terceiro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1875-1886).<sup>366</sup>

Para dimensionar a importância dos irmãos Luiz e João Pedreira do Couto Ferraz basta lembrar que foram amigos de infância de Dom Pedro II, com quem brincavam no Palácio de São Cristóvão.<sup>367</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, o mais próximo amigo de toda a vida de Dom Pedro II foi Luiz Pedreira do Couto Ferraz que foi ministro e renunciou para manter a amizade e não ser acusado de se beneficiar do favor imperial.<sup>368</sup>

Já a família Máximo de Souza representou para os Castro Abreu Magalhães, a partir de 1878, o acesso aos negociantes de grosso trato da Corte. O patriarca Militão Máximo de Souza, Visconde de Andarahy, além de comerciante de grosso trato de navios e comissões, matriculado no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro (1851), foi diretor do Banco do Brasil (1851-1853), presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro (1848-1849) e sócio do Barão de Mauá na Imperial Companhia de Navegação a vapor e Estrada de Ferro Petrópolis (1854) e na Sociedade Bancária Mauá Macgregor & C. (1854).<sup>369</sup>

A aproximação das famílias deve ter ocorrido através do Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, já que Militão Máximo de Souza Júnior, futuro Barão de Andarahy e pai do noivo, também pertencia a Imperial Irmandade de Nosso Senhor

---

<sup>364</sup> Jornal do Comércio, 3 de março de 1875, p. 2.

<sup>365</sup> CASTRO, Zélia..., p. 19-21.

<sup>366</sup> LACOMBE, Lourenço Luis. *Os chefes do Executivo Fluminense*. Petrópolis: Museu Imperial, 1973, p. 22-23.

<sup>367</sup> BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 90.

<sup>368</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 31.

<sup>369</sup> GUIMARAES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 158.

dos Passos, onde chegou a exercer o cargo de secretário (1876-1877).<sup>370</sup> Porém, o fim do casamento de Leonor de Castro e Souza e Militão Máximo de Souza Neto, com o divórcio requerido por ela em 1894,<sup>371</sup> nos faz pensar que nem sempre os arranjos matrimoniais e os votos de casamento estão em sintonia. Da mesma forma que nos auxilia na compreensão de que a mulher, na sociedade imperial, não estava sujeita ao poder patriarcal e ao casamento.

Não podemos esquecer o casamento de Joanna Leite de Castro com o Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo, ocorrido em 22 de novembro de 1879, na Igreja do Outeiro da Glória, no Rio de Janeiro, celebrado pelo próprio bispo diocesano.<sup>372</sup> Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1874),<sup>373</sup> Luiz Augusto Correa de Azevedo era, ao tempo do casamento, proprietário da Fazenda União e Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1877/1879).<sup>374</sup>

Na década de 1850, encontramos seus tios Pio e Joaquim Correa de Azevedo estabelecidos na freguesia do Carmo, proprietários da Fazenda União, registrada em 1856,<sup>375</sup> sendo o primeiro ainda irmão-fundador da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em 1867, ao lado de Fernando de Castro Abreu Magalhães.<sup>376</sup>

Em razão do falecimento de sua primeira esposa, Maria da Veiga Correa de Azevedo, o Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo teve o patrimônio do casal avaliado, em 1877, no valor de 132:994\$706, compreendendo terras, imóveis, cafezais (147 mil pés), gado e 45 escravos.<sup>377</sup> Se deduzirmos a legítima de seu filho Luiz (35:862\$846), quando se casou com Joanna Leite de Castro, os bens do noivo correspondiam a

<sup>370</sup> Gazeta de Notícias, 9 de março de 1876, p. 3; Gazeta de Notícias, 25 de outubro de 1877, p. 2.

<sup>371</sup> Jornal do Comércio, 6 de novembro de 1894, p. 3; Jornal do Comércio, 20 de novembro de 1894, p. 3; Jornal do Comércio, 27 de novembro de 1894, p. 2.

<sup>372</sup> O Apóstolo, 28 de novembro de 1879, p. 1.

<sup>373</sup> Diário do Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1873, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1873, p. 2; A Reforma, 6 de janeiro de 1874, p. 2.

<sup>374</sup> Almanak Laemmert, 1877, p. 112; Almanak Laemmert, 1878, p. 105; Almanak Laemmert, 1879, p. 129.

<sup>375</sup> Loja do Belchior, 9 de novembro de 1833, p. 6; O Esbarra, 22 de novembro de 1833, p. 4; Correio Mercantil, 9 de fevereiro de 1860, p. 4; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Município de Cantagalo. Livro de Registro de Terras da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1855-1857), fl. 31.

<sup>376</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p.33.

<sup>377</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Cantagalo. 1876. Inventário. Maria da Veiga Correa de Azevedo (falecida) e Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo (inventariante), fl. 09/16v.

97:131\$860, incluindo as terras e os escravos da Fazenda União.<sup>378</sup> No Vale do Paraíba fluminense, era comum o casamento entre famílias que concentravam poder político, econômico e social, representando a união com os Correa de Azevedo, claramente a estabilidade da família Castro Abreu Magalhães na região, e o interesse em preservar o controle social e político que vinham consolidando.

Com o casamento de seus filhos, a rede de parentela do comissário de café Fernando de Castro Abreu Magalhães expandiu-se para além de seu irmão, o Padre Francisco de Castro Abreu Magalhães, e de seu sogro, o Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, passando a incluir financistas, funcionários do segundo escalão da administração imperial e senhores de terras e escravos da Vila de Cantagalo.

---

<sup>378</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Cantagalo. 1876. Inventário. Maria da Veiga Correa de Azevedo (falecida) e Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo (inventariante), fl. 113/122V.

### Capítulo III - O outono da vida, na cidade imperial de Petrópolis

As ações de Fernando de Castro Abreu Magalhães no outono da vida, como capitalista na cidade de Petrópolis, o cumprimento de seu testamento, a partilha de sua herança e a sua longa descendência serão analisados neste último capítulo.

#### 3.1 Preparando-se para a velhice

Em 16 de março de 1843, Dom Pedro II, visando criar uma colônia em sua Fazenda do Córrego Seco, na Serra da Estrela, a arrendou ao Major Júlio Frederico Koeler, com a reserva de terrenos para a construção de um palácio de verão, de uma igreja dedicada a São Pedro d' Alcântara e para um cemitério da futura povoação, que recebeu, dois anos depois, os primeiros colonos alemães.<sup>379</sup> O naturalista alemão Hermann Burmeister (1807-1892), ao visitá-la em dezembro de 1851, comenta que em Petrópolis “as casas, elegantes, novas e espaçosas, emprestam ao todo o aspecto de um balneário europeu”.<sup>380</sup>

A Família Imperial passou a contar então com três palácios, o da cidade (antigo Palácio dos Vice-Reis), o de São Cristóvão e o de Petrópolis, inaugurado em 1859.<sup>381</sup> A cidade de Petrópolis, criada em 1857, transformou-se na grande vitrine da realeza e, claro, da Corte, pois aonde ia o Imperador, sua Corte tropical o seguia, com seus jantares, saraus, bailes e encontros políticos.<sup>382</sup> Mariana Muaze comenta que Petrópolis tornou-se um espaço privilegiado para a aquisição de bens de consumo e a legitimação de um *habitus* refinado que as famílias, como a Ribeiro de Avellar, faziam questão de compartilhar, reunindo a parentela, estabelecendo contatos com diversos

---

<sup>379</sup> COSTA ABREU, Antônio Izaias da. *Municípios e topônimos fluminenses: história e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 80-81.

<sup>380</sup> BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil, através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos aurídiamentíferos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 328.

<sup>381</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 92-95.

<sup>382</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998, p. 239.

núcleos familiares da classe senhorial do Império e participando de uma vasta teia de sociabilidade necessária para a manutenção do prestígio.<sup>383</sup>

Em 1873, encontramos o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar residindo na Rua Dom Affonso, em Petrópolis, onde mantinha um oratório particular.<sup>384</sup> Seu palacete destacava-se entre as 638 casas existentes no núcleo urbano, ao lado dos palacetes do Visconde de Silva, do Barão de Carapebus, do Coronel Avellar e do Comendador Queiroga.<sup>385</sup> Segundo Henrique José Rabaço, a contribuição do Padre Bacellar para o progresso de Petrópolis incluía a construção de importantes prédios, como o que hoje é a sede da Universidade Católica de Petrópolis,<sup>386</sup> e o que foi alugado pelo governador Maurício de Abreu e transformado em sede do governo fluminense até a volta da capital para Niterói (atual Palacete Sampaio).<sup>387</sup>

Num interregno de dez anos, Fernando de Castro Abreu Magalhães perdeu seu sogro, Comendador Guilherme Pinto de Magalhães (Imagem 8), falecido em Magé, a 25 de setembro de 1874,<sup>388</sup> e seu irmão, Padre Abreu Bacellar (Imagem 9), falecido em 5 de novembro de 1884, na cidade mineira de Poços de Caldas, onde estava em tratamento de saúde.<sup>389</sup> Nesse meio tempo, entregou a administração da Fazenda Santa Fé a seu filho Dr. Jeronymo de Castro Abreu Magalhães,<sup>390</sup> logo após o casamento deste com Elisa Justina de Bulhões Pedreira, em 1876.<sup>391</sup> Sabemos, também, que em 1877 Fernando já residia em Petrópolis, na condição de proprietário naquela cidade serrana,<sup>392</sup> o que não o afastou em definitivo da Corte.

---

<sup>383</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 105.

<sup>384</sup> Diário do Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1873, p. 2.

<sup>385</sup> Almanak Laemmert, 1879, p. 242; Almanak Laemmert, 1881, p. 116.

<sup>386</sup> RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985, p. 117.

<sup>387</sup> DUNLOP, Charles J. *Petrópolis antigamente*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1985, p. 29.

<sup>388</sup> O Globo, 29 de setembro de 1874, p. 4.

<sup>389</sup> Gazeta de Notícias, 11 de novembro de 1884, p. 1; Jornal do Comércio, 12 de novembro de 1884, p. 2; O Mercantil, 12 de novembro de 1884, p. 1.

<sup>390</sup> Jornal do Comércio, 23 de agosto de 1877, p. 4; O Globo, 23 de agosto de 1877, p. 1; Jornal do Tarde, 22 de agosto de 1877, p. 2; Almanak Laemmert, 1878, p. 106.

<sup>391</sup> O Apóstolo, 14 de julho de 1876, p. 2.

<sup>392</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Magé. 1867. Ação de 10 Dias. Fernando de Castro Abreu Magalhães (credor) e Ceryno & Oliveira (devedor), fl. 19.

**Imagem 8:** Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, 1883



Fonte: Acervo do Museu Imperial de Petrópolis.

**Imagem 9:** Monsenhor Francisco de Castro Abreu Bacellar com alunas do Colégio Nossa Senhora do Amparo



Fonte: *Revista Pequena Figura*, n.º 481, 01.12.1940, p. 10

Aos 70 anos, o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães figurava entre os capitalistas na Corte, ou seja, entre os que vivem apenas das rendas de seus

capitais, retirados do comércio ou da vida profissional, residindo na rua Carvalho de Sá, n.º 22 (atual Rua Gago Coutinho), no bairro das Laranjeiras,<sup>393</sup> e exercendo a provedoria da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Vila do Carmo.<sup>394</sup>

Sendo a corte tropical de Dom Pedro II marcada por uma nobreza não hereditária, a concessão de títulos, honras e ordens militares ocorriam em momentos especiais ou nos casos em que o desempenho do agraciado recomendava o recebimento da honraria.<sup>395</sup> Como observou Roderick J. Barman, Dom Pedro II preferia que os títulos honoríficos fossem concedidos recompensando aqueles cujos serviços ou doações para fins públicos merecessem reconhecimento.<sup>396</sup> Aos 72 anos, o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro II com a comenda da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (1886), “pelos relevantes serviços prestados ao Estado, à instrução pública, à religião e à humanidade” (Imagem 10).<sup>397</sup>

A comenda no século XIX pouco guarda de suas origens medievais, e decorre no Império do Brasil da vinda da família real portuguesa, da abertura dos portos, da expansão do comércio e da imigração que o acompanhou, sendo um elemento de ligação entre o Estado Imperial e a sociedade, constituindo a titulação em enobrecimento, que eleva o outorgado a um nível superior de status.<sup>398</sup>

José Arthur Rios observa que a monarquia constitucional do Império do Brasil mudou o valor e o sentido da comenda, e também, o papel do comendador, afinal, não é apenas a carta de participação em uma ordem religiosa, mas distinção individual, recompensa de serviços e realizações mundanas, estímulo a maiores investimentos sociais e, enfim, sinal de *status*.<sup>399</sup>

---

<sup>393</sup> Almanak Laemmert, 1885, p. 473.

<sup>394</sup> Almanak Laemmert, 1885, p. 912.

<sup>395</sup> SCHWARCZ, *As barbas do Imperador...*, p. 161.

<sup>396</sup> BARMAN, *Imperador...*, p. 256.

<sup>397</sup> O Paiz, 21 de fevereiro de 1886, p. 1; Gazeta de Notícias, 21 de fevereiro de 1886, p. 1; Diário de Notícias, 21 de fevereiro de 1886, p. 1; O Mercantil, 24 de fevereiro de 1886, p. 2; A Constituição: Órgão do Partido Conservador, 18 de março de 1886, p. 2.

<sup>398</sup> RIOS, José Arthur. Papel social do comendador português no Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 165, n. 424, jul./set. 2004, p. 311.

<sup>399</sup> RIOS, Papel social do comendador..., p. 312-314.

**Imagem 10:** Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, 1886



Fonte: Acervo do Museu Imperial de Petrópolis.

Na década de 1890, encontramos o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães entre os capitalistas do Rio de Janeiro, proprietário de um sobrado na rua do Hospício, n.º 25 (atual Buenos Aires),<sup>400</sup> e, ao mesmo tempo, de imóveis na cidade de Petrópolis, por exemplo, na Rua Monsenhor Bacellar, n.º 3;<sup>401</sup> na Avenida 15 de Novembro, n.º 165 (atual Rua do Imperador);<sup>402</sup> na Rua do Encanto, n.º 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 12,<sup>403</sup> e na Praça Dom Affonso, onde seu palacete foi adquirido pela Companhia Tattersall Brasileiro por 120:000\$000.<sup>404</sup>

Ser proprietário de inúmeros imóveis, receber aluguéis e arrendamentos, como forma de assegurar renda na velhice, parece ter sido a principal estratégia do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, ao se retirar dos negócios, depois de ter sido negociante em Magé, fazendeiro em Cantagalo e comissário de café na Corte.

Aos 81 anos, Fernando enviuvou pela segunda vez, tendo sua sobrinha e esposa Rosa Angelina Leite de Castro falecido a 02 de setembro de 1895, em Petrópolis,

<sup>400</sup> Almanak Laemmert, 1891, p. 584; Almanak Laemmert, 1892, p. 582; Almanak Laemmert, 1898, p. 1348.

<sup>401</sup> Gazeta de Petrópolis, 12 de dezembro de 1894, p. 2.

<sup>402</sup> Gazeta de Petrópolis, 19 de dezembro de 1894, p. 2.

<sup>403</sup> Gazeta de Petrópolis, 23 de março de 1896, p. 3; Gazeta de Petrópolis, 30 de maio de 1896, p. 3.

<sup>404</sup> O Cruzeiro, 21 de outubro de 1890, p. 2.

depois de 37 anos de casamento.<sup>405</sup> O inventário de Rosa Angelina foi aberto pelo viúvo, que apresentou como bens da falecida 35 apólices da dívida pública averbadas na Caixa de Amortização, no Rio de Janeiro, e outras 50, legadas pelo cunhado e tio Monsenhor Bacellar, que foram partilhadas amigavelmente por suas filhas Leonor, Joanna e Maria Thereza.<sup>406</sup>

Antes do casamento, ocorrido em 21 de abril de 1856, os noivos celebraram um contrato de esponsais e de dote, onde ficamos sabendo que a noiva, filha de Antonio Leite Pinto Saldanha de Miranda e de Leonor de Castro Abreu Magalhães (irmã do noivo), à época, com 23 anos, era emancipada, ao passo que o noivo estava com 41 anos quando resolveu com o contrato antenupcial dotar a futura esposa com 15 apólices, cada uma de um conto do Império do Brasil, caso fosse efetuado o projetado casamento, com a ressalva de que a futura esposa não seria meeira nem tomaria parte nos bens do casal, tendo a noiva recebido, a título de dote, ainda 20 apólices, cada uma de um conto do Império do Brasil, oferecidas por seu tio Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar.<sup>407</sup>

A opção pela separação universal de bens feita pelos noivos estava dentro do sistema de casamentos em Portugal, atualizado no Brasil, em que a comunhão universal de bens era a regra, sendo necessária a celebração de uma escritura de esponsais a fim de escolher outro regime de bens. Para Cristina Cancela, que estudou os contratos nupciais celebrados por negociantes da cidade de Belém do Pará, entre 1870 e 1920, o mais comum era a escritura que determinava a separação total de bens seguida de disposição dotal, cujo valor ou bem dotado gozava dos mesmos privilégios dos bens que ela, esposada, trazia para o casamento, ou seja, não poderiam ser utilizados para pagamento de dívidas e empréstimos contraídos pelo esposo.<sup>408</sup>

Faleceu o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, aos 84 anos, em 12 de setembro de 1898, na cidade de Petrópolis, onde era membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Pedro de Alcântara, integrante da comissão

---

<sup>405</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1895. Inventário. Rosa Angelina Leite de Castro (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fl. 04.

<sup>406</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1895. Inventário. Rosa Angelina Leite de Castro (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fls. 15/15v.

<sup>407</sup> <sup>407</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1895. Inventário. Rosa Angelina Leite de Castro (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fls. 05/15.

<sup>408</sup> CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém, 1870-1920. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, janeiro-junho, 2009, p. 33-34.

responsável pela construção da Catedral,<sup>409</sup> membro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus,<sup>410</sup> e síndico apostólico do convento dos franciscanos.<sup>411</sup>

Sepultado no Cemitério Municipal de Petrópolis, o seu caixão foi levado de casa ao coche pelo internuncio apostólico Monsenhor Macchi, pelo Conselheiro Lampreia, encarregado dos negócios de Portugal, e pelos frades franciscanos, que lhe celebraram missa de corpo presente na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, presidida por Frei Ciríaco Hielscher, ofm. No percurso da igreja até o cemitério, o caixão foi carregado pelos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento e familiares.<sup>412</sup>

Viúvo, o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães deixou seus filhos, Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, Maria Bárbara de Castro e Vasconcellos, Leonor de Castro e Souza, Joanna de Castro Correia de Azevedo e Maria Thereza de Castro, como seus únicos herdeiros.<sup>413</sup>

## **3.2 A herança do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães**

### **3.2.1 As últimas vontades**

O testamento pode ser entendido como manifestação individual de comportamentos e atitudes coletivas,<sup>414</sup> daí sua importância enquanto fonte de pesquisa sobre a História Social da Família no Brasil. Nesse sentido, ensina Sandra Graham, o testamento é um documento cultural de grande importância, por revelar como as pessoas, se apresentavam em relação a Deus, a morte, suas famílias e seus bens.<sup>415</sup>

Vanessa Bivar, que analisou o discurso testamentário no século XIX, a partir dos testamentos de imigrantes redigidos na Província de São Paulo (1827-1878), observou que eles seguiam uma estrutura comum: preâmbulo; identificação do

---

<sup>409</sup> Gazeta de Petrópolis, 10 de setembro de 1898, p. 2; Gazeta de Notícias, 13 de setembro de 1898, p. 1; Gazeta de Petrópolis, 13 de setembro de 1898, p. 1; Gazeta de Petrópolis, 06 de outubro de 1898, p. 2; Gazeta de Petrópolis, 22 de julho de 1899, p. 4.

<sup>410</sup> Gazeta de Petrópolis, 29 de setembro de 1898, p. 3.

<sup>411</sup> Gazeta de Petrópolis, 17 de setembro de 1898, p. 3.

<sup>412</sup> Gazeta da Tarde, 14 de setembro de 1898, p. 1.

<sup>413</sup> Gazeta de Petrópolis, 13 de setembro de 1898, p. 3; Gazeta de Petrópolis, 17 de setembro de 1898, p. 3.

<sup>414</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, p. 267.

<sup>415</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 117.

testador; os motivos de sua redação e estado de saúde; a filiação e seu estado conjugal; um artigo de fé; nomeação de herdeiros, com ou sem o estado conjugal e a presença de netos; a indicação dos testamenteiros; disposições e legados espirituais; local do enterro e missa; e, distribuição da terça parte de seus bens.<sup>416</sup>

O testamento do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, redigido e selado em 10 de março de 1897, perante o tabelião Gabriel José Correa Bastos,<sup>417</sup> não fugiu à regra. O documento começa com a expressão clássica “Em nome de Deus. Amém.” O Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães declara que está no gozo de suas faculdades mentais e realiza sua profissão de fé, declarando-se Católico Apostólico Romano.<sup>418</sup>

Pediu que seu enterro fosse feito segundo a vontade dos testamenteiros, mas sem pompa e convites em demasia. Pediu também que lhe fossem celebradas por sua alma cinquenta missas de esmola de cinco mil Réis cada e todas de corpo presente que forem possíveis, podendo nesse caso seus testamenteiros dar uma esmola maior.<sup>419</sup> Pediu ainda que seus testamenteiros mandassem celebrar cinquenta missas pela alma de suas esposas Rosa Rodrigues de Magalhães e Rosa Angelina Leite de Castro e de seu irmão Monsenhor Francisco de Castro Abreu Bacellar.<sup>420</sup>

Fernando declarou ser filho legítimo de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e de Maria Bárbara de Castro Abreu Bacellar, falecidos ao tempo da redação do testamento, batizado na Igreja de São Nicolau de Cabeceira de Basto, sendo português e do bispado de Braga.<sup>421</sup> Curiosamente, não menciona sua ocupação, o que não nos causa surpresa, já que Vanessa Bivar constatou, para o caso de São Paulo, que a maioria dos testadores não o fazia.<sup>422</sup> No caso dele, o silêncio se deve muito provavelmente por estar retirado dos negócios, vivendo como rentista em Petrópolis.

Consigna ainda que de seu primeiro casamento lhe advieram dois filhos, Maria Bárbara e Jerônimo, já tendo lhes entregue a legítima materna por ocasião do

---

<sup>416</sup> BIVAR, Vanessa dos santos Bodstein. *Além das Fronteiras: o cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais*. São Paulo: Humanitas, 2008, p.24-29.

<sup>417</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3.

<sup>418</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 2.

<sup>419</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 2.

<sup>420</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 2v.

<sup>421</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 2v.

<sup>422</sup> BIVAR, *Além das Fronteiras...*, p. 85.

inventário que tramitou no termo da Vila de Magé, bem como que de seu segundo casamento, com sua sobrinha Rosa Angelina Leite de Castro, nasceram três filhas Leonor, Joanna e Maria Thereza, que também já receberam a legítima materna quando do inventário daquela na cidade de Petrópolis.<sup>423</sup>

Aborda ainda o dote pago a suas filhas Leonor de Castro e Souza, separada judicialmente do Comendador Militão Máximo de Souza Neto, e Joanna de Castro Correia de Azevedo, viúva do Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo, que receberam cinquenta contos de Réis cada uma por ocasião dos respectivos casamentos.<sup>424</sup> Registra ainda que em 1.º de julho de 1895, deu a seu filho Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães um dote no valor de cinquenta contos de Réis.<sup>425</sup>

Muriel Nazzari, ao estudar a prática do dote, em São Paulo (1600-1900), constatou que, no século XIX, somente 27% das famílias concedia dotes a suas filhas, o que revelaria um decréscimo da prática, não mais reconhecida com um dever pelos pais, sendo que destas, a maior identificada pela autora foi de quarenta contos concedidos pelo Barão de Limeira,<sup>426</sup> o que coloca a dotação dos Castro Abreu Magalhães acima do rotineiramente praticado.

Quanto a destinação de seus bens, referentes a sua terça, o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães deixou para sua filha Leonor de Castro e Souza a casa na rua Visconde de Inhaúma, n.º 42, que possuía em meação com o Conde de Alves Machado (seu antigo sócio no comércio de café), bem como a sua casa na rua Monsenhor Barcelar, n.º 3, em Petrópolis, mas se Leonor falecesse antes, os imóveis ficariam para seus filhos, indo a casa no Rio de Janeiro para seu neto Militão José e a de Petrópolis para sua neta Leonor.<sup>427</sup>

Já para sua filha Joanna, deixou o imóvel na rua Teófilo Ottoni, 12, no centro do Rio de Janeiro, em usufruto, sendo que esta ao falecer, a propriedade passaria para seu neto Fernando, mas se ele falecer antes, Joanna poderia dispor do imóvel como bem lhe conviesse.<sup>428</sup> Deixou ainda para sua filha Maria Thereza as terras devolutas do

---

<sup>423</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 2v.

<sup>424</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3.

<sup>425</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3.

<sup>426</sup> NAZZARI, *O Desaparecimento do Dote...*, p. 189-195.

<sup>427</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3v.

<sup>428</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3v.

lado direito da rua Monsenhor Bacellar, e para as três filhas, os lotes ao lado do deixado para Jerônimo,<sup>429</sup>

Segundo Muriel Nazzari, embora os pais do século XIX tratassem seus filhos e filhas do mesmo modo no tocante a desembolso de capital, acabavam favorecendo os filhos em relação as filhas com as despesas de educação,<sup>430</sup> afinal, uma profissão liberal (médico, advogado ou engenheiro) era praticamente uma exigência da “boa sociedade”.

O fato do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães ter legado às filhas do seu segundo casamento imóveis e lotes no Rio de Janeiro e em Petrópolis pode ter sido uma opção a fim de equalizar o tratamento entre seus filhos, já que Jerônimo frequentou internatos em Portugal e na Alemanha e formou-se em engenharia civil, em 1875.<sup>431</sup> Daí ter legado para os seus netos, filhos do casal Jerônimo e Elisa, a casa na rua 15 de novembro, n.º 165, em Petrópolis (atual Rua do Imperador), e para Jerônimo apenas dois lotes vizinhos a casa na rua Monsenhor Bacelar, n.º 3.<sup>432</sup>

Para suas filhas Leonor, Joanna e Maria Thereza deixou toda a mobília de sua residência na rua Monsenhor Barcelar, n.º 3, em Petrópolis, inclusive os vinhos de sua adega.<sup>433</sup> Omissões a jóias, talheres, louças, roupas, oratórios ou imagens de santos, que seriam fontes de informações sobre o cotidiano do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, encontram-se de acordo com os testamentos analisados por Vanessa Bivar, que comenta que os relatos testamentários tornarem-se mais enxutos quanto a descrição, a partir da segunda metade do século XIX.<sup>434</sup>

O Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães não se esqueceu de sua filha mais velha, Maria Bárbara, que residindo em Portugal, recebeu em testamento trinta contos de Réis em título da dívida portuguesa.<sup>435</sup> A par dos bens de raiz, segundo Jorge M. Pedreira, os títulos da dívida pública eram a outra grande possibilidade à colocação de cabedais em segurança, constituindo um capital

<sup>429</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 5.

<sup>430</sup> NAZZARI, *O Desaparecimento do Dote...*, p. 209-210.

<sup>431</sup> CASTRO, *Zélia...*, p. 56.

<sup>432</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 4.

<sup>433</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3v.

<sup>434</sup> BIVAR, *Além das Fronteiras...*, p. 148.

<sup>435</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 4v.

consolidado que produzisse um rendimento fixo.<sup>436</sup> Para Tânia Risério d’Almeida Gandon, que estudou os testamentos regidos por imigrantes portugueses, na cidade de Salvador, entre 1852 e 1889, caracteriza a atuação econômica dos imigrantes portugueses naquela cidade, o fato deles investirem simultaneamente em apólices da dívida pública, propriedades e empreendimentos tanto no Império do Brasil quanto em Portugal.<sup>437</sup>

Por fim, Fernando nomeou suas filhas Leonor, Joanna e Maria Thereza como suas testamenteiras, que aceitaram o encargo em 16 de setembro de 1898.<sup>438</sup> Recolhidas as custas e emolumentos, o testamento foi cumprido em 8 de outubro do mesmo ano.<sup>439</sup>

### 3.2.2. Composição de sua fortuna

O inventário do espólio do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães foi aberto por suas filhas e testamenteiras em 12 de outubro de 1898, perante o juízo de órfãos e sucessões da Comarca de Petrópolis, assumindo como inventariante sua filha Leonor de Castro e Souza.<sup>440</sup>

As primeiras declarações foram apresentadas pela inventariante, em 20 de outubro de 1898, sendo o espólio constituído basicamente por imóveis no Rio de Janeiro e em Petrópolis, cujo cálculo de avaliação chegou à importância de 862:738\$250, sem esquecer os créditos, móveis, dinheiro e a adegas.

**Tabela 7:** Bens do espólio do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães (1898)

| Descrição dos bens | Valor (descontados os impostos) |
|--------------------|---------------------------------|
| Bens móveis        | 4:165\$000                      |
| Vinhos             | 10:000\$000                     |
| Bens de raiz       | 862:738\$250                    |
| Dívida ativa       | 195:811\$975                    |
| Colaões            | 150:000\$000                    |
| Dinheiro           | 70:299\$375                     |
| Subtotal           | 1,293:014\$600                  |

<sup>436</sup> PEDREIRA, Negócios e capitalismo..., p. 62.

<sup>437</sup> GANDON, *Portugueses na Bahia...*, p. 165.

<sup>438</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 5v/6.

<sup>439</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 5v/6.

<sup>440</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Inventário. Fernando de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Leonor de Castro e Souza (inventariante), fls. 02/02v.

|                       |              |
|-----------------------|--------------|
| Legados em testamento | 496:407\$250 |
| Total                 | 796:607\$350 |

Fonte: Inventário do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães

A análise do conjunto de bens constitutivos do patrimônio do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães revela a importância atribuída por este para os bens de raiz, que lhe garantiriam uma renda segura quando se retirasse dos negócios. Para o caso dos negociantes lisboetas da passagem do século XVIII para o XIX, Jorge M. Pedreira observou que o investimento em bens de raiz se reduz sensivelmente nas fortunas acima da média, chegando a concluir que a distância entre ricos e remediados é menor naqueles tipos de ativos que marcam o nível de vida e o padrão de consumo, do que naqueles que definem a extensão do capital de operação (créditos, mercadorias e capitais fixos).<sup>441</sup>

A inventariante Leonor de Castro e Souza, no auto de partilha, menciona que o monte-mor foi de 1.293:014\$600 que, deduzido o valor legado em testamento, representou a importância de 796:607\$350, a ser dividida entre os cinco herdeiros.<sup>442</sup> Carlos Bacellar explica que o monte-mor correspondia ao total de bens arrolados no inventário, descontadas as custas processuais e pagas as dívidas do *de cujus*, sendo efetuada a meação dos cônjuges, sendo esta dividida em três terços de igual valor: dois terços para serem repartidos, sob a forma de legítimas, entre os herdeiros arrolados no inventário, e um terço, ou a ‘terça’, para ser livremente legada pelo testador,<sup>443</sup> como o fez o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, em 1897.

Considerando o valor do monte-mor constitutivo do patrimônio do espólio e a distinção entre ricos e remediados identifica por Jorge M. Pereira, nos fica a seguinte indagação: podemos considerar o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães um homem rico ou remediado quando de seu falecimento (1898)? Ora, a partir de Afonso de Alencastro Graça Filho, que considera no ápice da elite mercantil fluminense os negociantes João José Reis, Conde de Matosinhos, que deixou em 1889 a importância de 1.974:086\$418; José Miguel de Frias, falecido com 1.324:487\$373,

<sup>441</sup> PEDREIRA, Negócios e capitalismo..., p. 44.

<sup>442</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Inventário. Fernando de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Leonor de Castro e Souza (inventariante), fls. 127/129

<sup>443</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Revista Estudos Cedhal*, n. 7. São Paulo, Cedhal, 1991, p. 59.

em 1892; e José Domingues da Costa, com 775:726\$630, em 1885;<sup>444</sup> podemos inserir também nesse seleto grupo o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães.

Assim como os negociantes de Lisboa estudados por Jorge M. Pedreira, que destinavam porção significativa de seu patrimônio – 20%, ou mais, para os de menores recursos – a aquisição de propriedades e à construção de edifícios,<sup>445</sup> o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães investiu no mercado imobiliário (prédios, casas, lojas e armazéns) no Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil e depois Distrito Federal, e na cidade de Petrópolis, palco da Corte tropical de Dom Pedro II. O autor lembra que os prédios constituíam em média mais de 2/3 das propriedades dos negociantes lisboetas (1750-1820), servindo a aquisição ou construção de prédios urbanos como meio de aplicação dos seus fundos e da consolidação das suas fortunas.<sup>446</sup> João Fragoso estudando os barões do café de Paraíba do Sul (1830-1888), observou essa mesma atitude característica do Antigo Regime de imobilizar capital em prédios, entre os negociantes daquela vila que aplicavam seus ganhos principalmente em casas urbanas.<sup>447</sup>

**Tabela 8:** Imóveis do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães na cidade do Rio de Janeiro, 1898

| Descrição dos bens no Rio de Janeiro   | Valor de avaliação |
|--|--------------------|
| 50% do Prédio n.º 42 na rua Visconde de Inhaúma                                  | 60:000\$000        |
| 20% do Prédio n.º 46 na rua Visconde de Inhaúma, esquina com Rua dos Beneditinos | 20:000\$000        |
| Prédio n.º 12 (dois andares, com loja térrea) na rua Theóphilo Ottoni            | 80:000\$000        |
| Prédio n.º 4 (sobrado com loja térrea) na Travessa de São Domingos               | 30:000\$000        |
| Prédio n.º 5 (dois andares com loja térrea) no Beco dos Ferreiros                | 35:000\$000        |
| Casa n.º 13 na Rua do Aqueduto   | 40:000\$000        |
| Casa n.º 15 na Rua do Aqueduto   | 20:000\$000        |
| Prédio n.º 24 (sobrado) na Rua Carvalho de Sá                                    | 10:000\$000        |
| Prédio n.º 26 (sobrado) na Rua Carvalho de Sá                                    | 60:000\$000        |
| Prédio n.º 26A (sobrado) na Rua Carvalho de Sá                                   | 60:000\$000        |
| Total  | 415:000\$000       |

Fonte: Inventário do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães

Na cidade de Petrópolis, a Corte tropical de Dom Pedro II, com a riqueza do café, ergueu palacetes, villas e chalés. O Comendador Fernando de Castro Abreu

<sup>444</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, junho, 2003, p. 108.

<sup>445</sup> PEDREIRA, Jorge M. Negócios e capitalismo, riqueza e acumulação: os negociantes de Lisboa (1750-1820). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, junho, 2003, p. 59.

<sup>446</sup> PEDREIRA, Jorge M. Negócios e capitalismo..., p. 60.

<sup>447</sup> FRAGOSO, João. *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 160.

Magalhães foi também proprietário de casas térreas, assobradadas e chalés germinados naquela cidade serrana, avaliados em 447:538\$250 (Tabela 9).<sup>448</sup>

**Tabela 9:** Imóveis do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães na cidade de Petrópolis, 1898.

| Descrição dos bens em Petrópolis  | Valor de avaliação |
|---|--------------------|
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 35m de frente,   | 10:500\$000        |
| Prédio n.º 1 da rua Monsenhor Bacellar, onde está o cassino Petrópolis, com 18,5m de frente,  | 80:000\$000        |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 26m de frente,   | 17:550\$000        |
| Um barracão edificado no prazo acima, com 14m de frente, com um único salão   | 2:000\$000         |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 21m de frente, onde Joanna de Castro Correa de Azevedo edificou um prédio de sua propriedade             | 11:550\$000        |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 21m de frente, onde Leonor de Castro e Souza edificou um prédio de sua propriedade                       | 11:550\$000        |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 19,3m de frente, onde Maria Thereza de Castro edificou um prédio de sua propriedade                      | 10:515\$000        |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 202m de frente   | 40:455\$000        |
| Subdivisão do prazo 1423, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 67m de frente, onde o herdeiro Jerônimo de Castro Abreu Magalhães edificou um prédio de sua propriedade. | 20:280\$000        |
| Subdivisão do prazo 1423, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 26,9m de frente  | 17:485\$000        |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, nos fundos do prazo onde Jerônimo de Castro Abreu Magalhães edificou o seu prédio, com 9.797m <sup>2</sup> . | 5:850\$000         |
| Subdivisão do prazo 1423, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para  | 13:050\$000        |

<sup>448</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Inventário. Fernando de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Leonor de Castro e Souza (inventariante), fls. 33/45.

|   |             |
|---|-------------|
| rua Monsenhor Bacellar, com 43.5m de frente   |             |
| Prédio n.º 3 (chalés germinados), na rua Monsenhor Bacellar, edificado na subdivisão acima  | 60:000\$000 |
| Subdivisão do prazo 1423, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 28m de frente  | 5:720\$000  |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 16,5m de frente  | 3:300\$000  |
| Prédio n.º 10 (três pavimentos), na rua Monsenhor Bacellar, edificado na subdivisão acima   | 54:200\$000 |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para rua Monsenhor Bacellar, com 5,30m de frente  | 1:050\$000  |
| Prédio n.º 02 (sobrado), na Rua Monsenhor Bacellar, edificado na subdivisão acima   | 10:000\$000 |
| Uma caixa d'água em uma mina em terrenos da viúva Oliver  | 300:000     |
| O prazo de terra n.º 233, da Rua 15 de Novembro, no Quarteirão Vila Imperial, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, com 22 de frente,  | 17:600\$000 |
| Casa n.º 175, na Rua 15 de Novembro, edificada no prazo acima, com 9 portas de frente,  | 20:000\$000 |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com 35m de frente  | 1:750\$000  |
| Prédio edificado na subdivisão acima, dividido em duas moradias, números 1 e 3  | 3:400\$000  |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com 27m de frente, com fundos para o Caminho do Cotovelo                   | 1:350\$000  |
| Prédio edificado na subdivisão acima, com duas moradias   | 3:400\$000  |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com 50,6m de frente, com fundos para o Caminho do Cotovelo.                | 2:530\$000  |
| Casa edificada na subdivisão acima, com frente para a Rua do Cotovelo, duas moradias  | 3:400\$000  |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com uma área de 1.102m <sup>2</sup> .                                      | 3:090\$000  |
| Casa edificada na subdivisão acima, com frente para a Rua do Cotovelo, com duas moradias  | 3:400\$000  |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com 24m de frente, confrontando com Pedro Muller e com Antonio dos Santos. | 2:450\$000  |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com 19,2m de frente, confrontando com                                      | 1:220\$000  |

|  |              |
|--|--------------|
| Pedro Muller e com Antonio dos Santos.   |              |
| Subdivisão do prazo 1422, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, fazendo frente para Rua do Encanto, com 32,4m de frente.                                  | 3:240\$000   |
| Subdivisão do prazo 1422 (resto do referido prazo), foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, por cima da Rua do Encanto, com uma área de 6534m. <sup>2</sup> | 1:533\$000   |
| Subdivisão do prazo 1423, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, no Quarteirão Renânia Inferior, com uma área de 8.919m <sup>2</sup>   | 2:229\$750   |
| Prazo da subdivisão n.º 3.415, no Quarteirão Renânia Inferior, foreiro aos herdeiros de Dom Pedro II, com 77m de frente  | 1:540\$000   |
| Total  | 447:538\$250 |

Fonte: Fonte: Inventário do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães

Dentre os imóveis em Petrópolis, destacamos o prédio n.º 1 na Rua Monsenhor Bacellar, desmembrado do prazo 1422 do Quarteirão Renania, avaliado em 80:000\$000, descrito no inventário como cassino e respectivo teatro. José Nicolau Tinoco de Almeida, que o conheceu, descreve o prédio como um belo edifício de majestosas proporções, tendo magníficas salas e confortáveis aposentos, erguido pelo Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, em 1883, sendo nele instalado o Hotel Orleans, de Antonio Pereira Campos.<sup>449</sup>

Quanto a adega mencionada no testamento e legada a suas filhas Leonor, Joanna e Maria Thereza,<sup>450</sup> apesar de não ter sido pormenorizada no inventário, sua avaliação em 10:000\$000, mesmo valor atribuído ao sobrado na Rua Monsenhor Bacellar, n.º 2,<sup>451</sup> não pode ser desprezada. Tomando como base o estudo feito por Jorge M. Pedreira, observamos que a mobília, roupas, louças, objetos de metal, imagens de santos e os vinhos correspondiam a apenas 1,36% do patrimônio dos negociantes lisboetas, percentual inferior inclusive ao investimento em ouro e prata (1,52%),<sup>452</sup> de onde se pode concluir que o investimento em garrafas de vinhos foi uma opção pessoal do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães.

<sup>449</sup> ALMEIDA, José Nicolau Tinoco de. Petrópolis: Guia de Viagem. *Anuário do Museu Imperial – Edição Comemorativa*, Petrópolis, 1995, p. 238.

<sup>450</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador), fl. 3v.

<sup>451</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Petrópolis. 1898. Inventário. Fernando de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Leonor de Castro e Souza (inventariante), fls. 29/45.

<sup>452</sup> PEDREIRA, Negócios e capitalismo..., p. 43.

### 3.3 A descendência dos Castro Abreu Magalhães

Nesta seção, analisaremos a trajetória dos filhos do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, seus casamentos e descendentes.

a) Maria Bárbara de Castro e Vasconcelos

**Imagem 11:** Os Castro Abreu Magalhães na casa de Cabeça de Porca, freguesia de Sendim, concelho de Felgueiras, 1869.



Fonte: Acervo pessoal de José Soares de Oliveira.

Maria Bárbara de Castro Abreu Magalhães, filha de Fernando de Castro Abreu Magalhães e de Rosa Rodrigues de Magalhães, nascida a 16 de janeiro de 1849, na Vila de Magé, casou-se na Igreja de São José, na Corte, em 10 de março de 1869, com Manuel Balthazar Leite de Vasconcelos, representado no ato por seu procurador Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, avô da noiva.<sup>453</sup>

Após o casamento, Fernando de Castro Abreu Magalhães em companhia de seu irmão Monsenhor Bacellar e de seu filho Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães empreendeu viagem à Portugal, levando a jovem Maria Bárbara de Castro e Vasconcelos para encontrar-se com seu esposo (Imagem 12).

<sup>453</sup> Freguesia de São José. Livro de Registro de Matrimônios (1868-1881), fl. 5v.

O casal Manuel Balthazar Leite de Vasconcelos e Maria Bárbara de Castro e Vasconcelos teve um filho António Mendes de Castro e Vasconcelos, nascido em 16 de maio de 1870, na freguesia de Sendin, Concelho de Felgueiras, Distrito do Porto, batizado na Capela da Casa da Cabeça de Porca.<sup>454</sup>

b) Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, filho de Fernando de Castro Abreu Magalhães e de Rosa Rodrigues de Magalhães, nasceu na Vila de Magé, a 25 de junho de 1851, sendo batizado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé.<sup>455</sup>

Iniciou sua carreira acadêmica como aluno da Escola Politécnica do Rio de Janeiro,<sup>456</sup> chegando a auxiliar do professor Henrique Gorciex no laboratório de mineralogia da Escola de Minas em Ouro Preto.<sup>457</sup>

Em 27 de julho de 1876, na Capela de São João Batista da Tijuca, à época, filial da Freguesia de Nossa Senhora de Loreto de Jacarepaguá, Jerônimo de Castro Abreu Magalhães casou-se com Elisa Justina de Bulhões Pedreira, sendo o ato presidido pelo Padre Antonio Maria Correia de Sá e Benevides, Bispo eleito de Goiás, acolitado pelo Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar, tio do noivo.<sup>458</sup>

Após o casamento Jerônimo assumiu a direção da Fazenda Santa Fé, na freguesia do Carmo, Vila de Cantagalo, onde exerceu os cargos de provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo,<sup>459</sup> e, depois de criada a vila carmense, o de juiz de paz (1882),<sup>460</sup> sendo agraciado com a Imperial Ordem da Rosa, por sua dedicação à instrução pública (1886).<sup>461</sup>

---

<sup>454</sup> Arquivo Distrital do Porto. Concelho de Felgueiras. Freguesia de São Tiago de Sendin. Livro de Registro de Batismos (1866-1883), fl. 23.

<sup>455</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 - Caixa 7. Certidão de Batismo de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães. 1851.

<sup>456</sup> Jornal do Comércio, 18 de novembro de 1874, p. 4; Diário do Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1874, p. 2

<sup>457</sup> A Nação, 31 de julho de 1875, p. 1; Diário do Maranhão, 02.09.1875, p. 2.

<sup>458</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 - Caixa 7. Certidão de Casamento de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e de Elisa Justina de Bulhões Pedreira. 1876

<sup>459</sup> Almanak Laemmert, 1880, p. 93

<sup>460</sup> Gazeta de Notícias, 5 de julho de 1882, p. 1

<sup>461</sup> Gazeta de Notícias, 22 de agosto de 1886, p. 1; Gazeta da Tarde, 24 de agosto de 1886, p. 2

**Imagem 12:** O casal Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e Elisa Justina de Bulhões Pedreira, 1883, com cinco de suas filhas



Fonte: CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Zélia ou irmã Maria do Santíssimo Sacramento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1960, p. 92.

Seguindo os passos do avô materno, que ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, durante a 12.º legislatura (1858-1859),<sup>462</sup> o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães foi eleito deputado provincial para a 27.ª legislatura (1888-1889), pelo Partido Conservador,<sup>463</sup> como representante do 8.º distrito eleitoral, ao lado dos advogados Dr. Oscar Várady (republicano), Dr. Manoel Henrique da Fonseca Portella (conservador), Dr. Cyrillo de Lemos Nunes Fagundes (republicano) e Ernesto Emílio de Souza Mello (liberal).<sup>464</sup>

Em sua atividade parlamentar, integrou a Comissão de Obras Públicas da Assembleia,<sup>465</sup> subscreveu indicação da bancada do Partido Conservador pelo envio de representação à assembleia geral reclamando indenização aos ex-senhores de escravos,<sup>466</sup> apresentou projeto visando a liberação de verba pública para a construção

<sup>462</sup> PINHEIRO, Francisco Batista Marques. Guilherme Pinto de Magalhães. *RIHGB*, Rio de Janeiro, T. 65, v. 106, 1903, p. 381.

<sup>463</sup> *Gazeta de Notícias*, 5 de agosto de 1888, p. 2; *Almanach do Vassourense*, 1889, p. 342

<sup>464</sup> *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, 1888, p. 5; *Almanach do Vassourense*, 1889, p. 342.

<sup>465</sup> *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, 1888, p. 13.

<sup>466</sup> *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, 1888, p. 39-40.

de novo prédio para a cadeia pública da Vila do Carmo,<sup>467</sup> e emendas substitutivas ao orçamento autorizando a Câmara Municipal do Carmo a deduzir da taxa escolar porcentagem para auxílio da escola noturna para adultos, fundada em 4 de setembro de 1887 pelo Club d' Instrução Gratuita da Vila Carmo;<sup>468</sup> de destinação de verba de obras públicas para calçamento da estrada da Estação da Vila do Carmo ao Córrego de Prata;<sup>469</sup> e, relativa ao regime de cobrança do imposto sobre o café.<sup>470</sup> Com o advento da República, integrou a comissão especial incumbida da organização de uma nova divisão civil, judicial e eclesiástica da Província do Rio de Janeiro.<sup>471</sup>

Além de fazendeiro, o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães foi acionista de diferentes empresas, tais como a Companhia Brasileira de Phosphato de Cal, extraído no arquipélago de Fernando de Noronha,<sup>472</sup> da Companhia Nacional Manufatora de Fumos,<sup>473</sup> e da Companhia da Estrada de Ferro Leopoldina.<sup>474</sup>

O casal Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e Elisa Pedreira de Castro Abreu Magalhães teve nada menos que treze filhos (Anexo III), dos quais nove ingressaram na vida religiosa, sendo seis freiras e três padres (Imagem 13):

**Imagem 13:** Descendentes do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães.



Fonte: CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Zélia ou irmã Maria do Santíssimo Sacramento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1960, p. 244

<sup>467</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1888, p. 360.

<sup>468</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1888, p. 364; Almanach d' O Carmense, 1888, p. 83.

<sup>469</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1888, p. 638.

<sup>470</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1888, p. 681.

<sup>471</sup> Gazeta da Tarde, 26 de novembro de 1889, p. 1.

<sup>472</sup> Jornal do Comércio, 01 de fevereiro de 1889, p. 4; Diário de Notícias, 15 de outubro de 1889, p. 3

<sup>473</sup> O Cruzeiro, 22 de abril de 1890, p. 4; Diário do Comércio, 22 de abril de 1890, p. 4

<sup>474</sup> O Pharol, 25 de maio de 1892, p. 1; Gazeta de Notícias, 29 de maio de 1892, p. 3.

Jerônimo de Castro Abreu Magalhães faleceu, aos 58 anos, em 12 de agosto de 1909, na cidade do Carmo, sendo sepultado no Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>475</sup> À sua missa de sétimo dia, na Igreja de São Francisco de Paula, na cidade do Rio de Janeiro, compareceram o Marquez de Paranaguá; a Baronesa de Loreto; o Padre José Alves Pereira, representando o Bispo de Niterói (será ele o 4.º bispo de Niterói, 1928-1947); Inglês de Souza Filho, por si e seu pai Dr. Inglês de Souza (membro fundador da Academia Brasileira de Letras e ex-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros); Visconde de São João da Madeira; Comendador José Pereira de Souza; dentre outros,<sup>476</sup> o que nos faz pensar sobre a extensão de sua rede de sociabilidade.

Ao falecer, o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães possuía, além da Fazenda Santa Fé, prédios em Petrópolis e no Carmo, sendo seus bens avaliados em 216:680\$000, ao passo que era devedor apenas ao espólio de Francisco Alves da Silva (55:000\$000) e a seu primo Bento de Castro Abreu Leite (13:000\$000), integralmente pagos pela viúva e inventariante.<sup>477</sup>

**Tabela 10:** Bens do espólio do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

| Bens   | Valor de avaliação |
|--|--------------------|
| Fazenda Santa Fé, no Carmo                               | 97:880\$000        |
| Prédio na rua Monsenhor Bacellar, n.º 94, em Petrópolis  | 2:800\$000         |
| Prédio na rua Monsenhor Bacellar, n.º 297, em Petrópolis | 70:000\$000        |
| Prédio na Praça Isabel, n.º 11, no Carmo                 | 2:500\$000         |
| Prédio na Praça Isabel, n.º 13, no Carmo                 | 4:000\$000         |
| Produto da venda os móveis em Petrópolis                 | 2:500\$000         |
| Adiantamento de legítima para os nove filhos             | 37:000\$000        |
| Total  | 216:680\$000       |

Fonte: Inventário do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães.

Com a viuvez, Elisa Justina de Bulhões Pedreira vendeu a Fazenda Santa Fé, em 1914, e ingressou no convento das Irmãs Sacramentinas do Rio de Janeiro, em 1919, assumindo o nome de Sórora Maria do Santíssimo Sacramento, em cerimônia religiosa presidida pelo seu filho Padre Jerônimo de Castro Pedreira, auxiliados pelos

<sup>475</sup> Cartório de Registro Civil do Carmo. Livro de Registro de Óbitos, 1907-1912, fl. 86v.

<sup>476</sup> O Século, 18 de agosto de 1909, p. 3; Jornal do Brasil, 19 de agosto de 1909, p. 14.

<sup>477</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca do Carmo. 1909. Inventário. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Elisa Pedreira de Abreu Magalhães (inventariante), fl. 91.

irmãos Frei João José Pedreira de Castro, ofm, e Padre Fernando Pedreira de Castro, SJ.<sup>478</sup> Poucos meses depois, a 8 de setembro, veio a falecer.<sup>479</sup>

c) Leonor de Castro e Souza

Leonor Leite de Castro (Leonor de Castro e Souza, depois do casamento), filha de Fernando de Castro Abreu Magalhães e de Rosa Angelina Leite de Castro, casou-se em 1878 com o Comendador Militão Máximo de Souza Neto,<sup>480</sup> negociante de importação e exportação, com firma estabelecida na Rua do Hospício, 25, na Corte,<sup>481</sup> filho do Barão de Andarahy e neto do Visconde de Andarahy. Divorciaram-se em novembro de 1894.<sup>482</sup>

O casal Militão Máximo de Souza Neto e Leonor de Castro e Souza teve três filhos, Maria Cecília de Castro e Souza (1883-1884), Militão José de Castro Souza e Ana Leonor Saboya de Medeiros, esposa do Dr. José Viriato Saboya de Medeiros, redator chefe do *O Jornal*,<sup>483</sup> procurador geral de feitos da Fazenda Nacional.<sup>484</sup>

Engenheiro, o Dr. Militão José de Castro Souza exerceu cargos de direção na Companhia União Lavrense, fábrica de tecidos na cidade mineira de Lavras (1914-1915),<sup>485</sup> na The Great Western of Brazil Railway Company Limited, no Recife (1929-1931),<sup>486</sup> na Estrada de Ferro do Sul de Minas (1933),<sup>487</sup> e foi chefe do movimento integralista em Minas Gerais.<sup>488</sup>

Leonor de Castro e Souza faleceu em 30 de maio de 1928, aos 70 anos, em sua residência na rua Gago Coutinho, n.º 25, no Rio de Janeiro, sendo sepultada no jazigo da família em Petrópolis.<sup>489</sup>

<sup>478</sup> CASTRO, *Zélia...*, p. 253-255.

<sup>479</sup> O Paiz, 12 de setembro de 1919, p. 10.

<sup>480</sup> O Apóstolo, 15 de maio de 1878, p. 4; A Reforma, 16 de maio de 1878, p. 2; O Cruzeiro, 17 de maio de 1878, p. 1.

<sup>481</sup> Almanak Laemmert, 1885, p. 668.

<sup>482</sup> Jornal do Comércio, 6 de novembro de 1894, p. 3; Jornal do Comércio, 20 de novembro de 1894, p. 3; Jornal do Comércio, 27 de novembro de 1894, p. 2

<sup>483</sup> O Paiz, 31 de maio de 1928, p. 5; O Jornal, 31 de maio de 1928, p. 13; O Jornal, 27 de junho de 1928, p. 20

<sup>484</sup> Almanak Laemmert, 1934, p. 71.

<sup>485</sup> Almanak Laemmert, 1914, p. 3297; Almanak Laemmert, 1915, p. 3146;

<sup>486</sup> Almanak Laemmert, 1929, p. 884; Almanak Laemmert, 1931, p. 815;

<sup>487</sup> Diário de Notícias, 13 de agosto de 1933, p. 5.

<sup>488</sup> Diário de Notícias, 31 de maio de 1938, p. 3; O Imparcial, 8 de julho de 1938, p. 6.

<sup>489</sup> O Paiz, 31 de maio de 1928, p. 5; O Jornal, 31 de maio de 1928, p. 13

## d) Joanna de Castro Correa de Azevedo

Joanna Leite de Castro, filha de Fernando de Castro Abreu Magalhães e de Rosa Angelina Leite de Castro, casou-se com o médico Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo, na Imperial Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, na Corte, no dia 22 de novembro de 1879, perante o Bispo do Rio de Janeiro,<sup>490</sup> passando a assinar Joanna de Castro Correa de Azevedo.

Membro da tradicional família Correa de Azevedo, proprietária de várias fazendas na Vila de Cantagalo, Luiz Augusto Correa de Azevedo estudou no Colégio Pedro II, onde foi colega de turma de Franklin Ramiz Galvão (futuro Barão de Ramiz, membro da Academia Brasileira de Letras), de Francisco Furquin Wenerck de Almeida (neto do Barão de Pati do Alferes), de Francisco de Paula Rodrigues Alves (futuro Presidente da República), de Joaquim Nabuco e de Pedro Antônio Telles Barreto de Menezes (herdeiro das terras que darão origem ao município de São João de Meriti).<sup>491</sup> Em 1874, doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,<sup>492</sup> passando a clinicar na freguesia do Carmo, onde era proprietário da Fazenda União e tornou-se Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo.<sup>493</sup> Foi ainda eleito vereador e Presidente da Câmara Municipal do Carmo (1886-1888).<sup>494</sup>

O casal Luiz Augusto Correa de Azevedo e Joanna de Castro Correa de Azevedo teve um filho, Fernando de Castro Correa de Azevedo, nascido em Cantagalo a 11 de fevereiro de 1883, que se casou com Henriqueta Marques da Cunha e deixou descendência no Paraná.<sup>495</sup> O Dr. Fernando de Castro Correa de Azevedo bacharelou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro,<sup>496</sup> sendo orador de sua turma o estudante Levi Carneiro (futuro fundador da Ordem dos Advogados do Brasil).<sup>497</sup> Exerceu os cargos de prefeito de Valença (1923-1924) e de Presidente da Câmara Municipal de Vassouras (1925-1926), onde advogou e veio a falecer, em maio de 1926.<sup>498</sup>

---

<sup>490</sup> O Apóstolo, 28 de novembro de 1879, p. 1.

<sup>491</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1860, p. 1.

<sup>492</sup> Diário do Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1873, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1873, p. 2; A Reforma, 6 de janeiro de 1874, p. 2.

<sup>493</sup> Almanak Laemmert, 1878, p. 105; Almanak Laemmert, 1879, p. 129

<sup>494</sup> Diário de Notícias, 7 de julho de 1886, p. 3; Almanak do Carmense, 1888, p. 176

<sup>495</sup> Revista Genealógica Latina, n. 8, Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo, 1956, p. 253

<sup>496</sup> Gazeta de Notícias, 31 de outubro de 1902, p. 1.

<sup>497</sup> A Noite, 10 de janeiro de 1918, p. 5; O Imparcial, 14 de janeiro de 1918, p. 6.

<sup>498</sup> A Noite, 10 de maio de 1926, p. 6; A Noite, 1 de junho de 1926, p. 6; Correio da Manhã, 25 de setembro de 1930, p. 6.

Em 16 de novembro de 1894, Joanna de Castro Correa de Azevedo enviuvou,<sup>499</sup> o que a obrigou a assumir as ações do marido na firma Luiz Fernando, Irmão & C., na rua Municipal, 9, integrada ainda por Luiz Pedro Fernandes, João Pereira Fernandes, Sebastião Lutterbach Vidal e José Joaquim Sobral da Rocha, comissários de café.<sup>500</sup>

Proprietária de imóveis no centro de Petrópolis,<sup>501</sup> faleceu Joanna de Castro Correa de Azevedo em sua residência na rua 1.º de Março, naquela cidade serrana, a 24 de setembro de 1930, estando sepultada no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.<sup>502</sup>

#### e) Maria Thereza de Castro

Maria Thereza de Castro, filha de Fernando de Castro Abreu Magalhães e de Rosa Angelina Leite de Castro, nasceu em 12 de julho de 1866, na Corte, sendo batizada na Igreja de São José.<sup>503</sup> Não se casou nem deixou descendência.

Cofundadora, ao lado de sua cunhada Elisa Justina de Bulhões Pedreira e da Viscondessa de Duprat e sob a presidência de Maria Rita Passos, esposa do Prefeito Pereira Passos, da Associação Protetora do Asylo Bom Pastor,<sup>504</sup> onde viviam suas sobrinhas Maria Bárbara Pedreira de Castro Abreu Magalhães (Sóror Maria da Divina Pastora) e Rosa Maria Pedreira de Castro Abreu Magalhães (Sóror Maria Auxiliadora).

Proprietária de imóveis no centro de Petrópolis,<sup>505</sup> Maria Thereza de Castro tinha nos alugueis o seu meio de sobrevivência.<sup>506</sup> Faleceu a 18 de novembro de 1925, em Petrópolis, onde está sepultada no mausoléu da família.<sup>507</sup>

---

<sup>499</sup> Gazeta de Notícias, 16 de novembro de 1894, p. 6

<sup>500</sup> Diário do Rio de Janeiro, 7 de julho de 1891, p. 3; Almanak Laemmert, 1896, p. 681,

<sup>501</sup> Gazeta de Petrópolis, 23 de dezembro de 1896, p. 2

<sup>502</sup> Correio da Manhã, 25 de setembro de 1930, p. 6.

<sup>503</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Igreja de São José. Livro de Registro de Batismos (1860-1871), fl. 148.

<sup>504</sup> Gazeta de Notícias, 26 de março de 1904, p. 3; Almanak Laemmert, 1904, p. 2023.

<sup>505</sup> Gazeta de Petrópolis, 13 de junho de 1894, p. 2; Gazeta de Petrópolis, 18 de dezembro de 1895, p. 1; Gazeta de Petrópolis, 23 de dezembro de 1896, p. 2; Almanak Laemmert, 1905, p. 2020; Almanak Laemmert, 1907, p. 2349; Almanak Laemmert, 1914, p. 4380.

<sup>506</sup> Gazeta de Petrópolis, 1 de outubro de 1903, p. 1.

<sup>507</sup> A Noite, 24 de novembro de 1925, p. 6.

### 3.4 O capital simbólico da Família Castro Abreu Magalhães

O capital simbólico da Família Castro Abreu Magalhães, decorrente do reconhecimento de sua distinção pela comunidade, que passa a lhe confiar sob a forma de autoridade protetora,<sup>508</sup> girando essa construção em torno de seu sobrenome, afinal, este funcionava como projeção da honra da família, como pré-requisito político e como sinônimo de *status* social.<sup>509</sup> A associação do nome da família à Igreja Católica e as suas obras de caridade, chegando Fernando de Castro Abreu Magalhães a ter nove netos voltados para vida religiosa, constituiu um sinal desse prestígio na “boa sociedade” fluminense.

Tânia Risério d’Almeida Gandon, ao analisar o perfil dos imigrantes portugueses, na província baiana, na segunda metade do século XIX, identificou casos de imigrantes que acrescentaram outro sobrenome aos que já tinham, adotaram algum quando não os possuíam, abandonaram sobrenome quando os tinham demais ou modificaram-nos totalmente.<sup>510</sup> No caso dos Castro Abreu Magalhães, basta considerar os filhos do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães que ostentavam o sobrenome materno Pedreira acrescido ao da família paterna.

A própria escolha do nome dos filhos significava uma continuidade, carregada de simbolismos, numa homenagem a outros membros da família (avós e tios). Ora, uma característica das famílias do Antigo Regime identificada na Família Castro Abreu Magalhães, ao longo do século XIX, está justamente na repetição dos nomes, não só de família, mas os prenomes que, por seu valor simbólico constitui uma parte importante do patrimônio familiar.<sup>511</sup>

Nuno Gonçalo Monteiro confirma essa tendência ao ressaltar que a família nobre portuguesa estava associada a um apelido próprio, sendo o primeiro, embora não necessariamente o mais importante, elemento de identificação nobiliárquica era dado pelo primeiro apelido, que estabelecida uma vinculação com certa linhagem.<sup>512</sup>

<sup>508</sup> BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3 ed. Porto Alegre: Zouk Editora, 2008, p. 208.

<sup>509</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Gente Oculenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. Tese de doutoramento em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005, p. 106.

<sup>510</sup> GANDON, *Portugueses na Bahia...*, p. 86.

<sup>511</sup> LIMA, Antónia Pedroso de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: CABRAL, João de Pina, VIEGAS, Susana de Matos. (org.). *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007, p. 41.

<sup>512</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XIII. In: *Penélope*, n.º 12, Lisboa, 1993, p. 45.

A mobilidade social “não pode ser reduzida a um processo de expansão de alianças familiares”,<sup>513</sup> por isso os membros da família Castro Abreu Magalhães procuraram se filiar a diversas irmandades religiosas, ocupando cargos de provedor, juiz, secretário ou tesoureiro, que lhes conferiam um grande prestígio social. Nesse sentido, a Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Vila do Carmo será um espaço privilegiado pela família Castro Abreu Magalhães, onde Fernando de Castro Abreu Magalhães, sua esposa Rosa Angélica Leite de Castro, seu filho Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e seu genro Luiz Augusto Correa de Azevedo se revezaram na provedoria da associação religiosa.<sup>514</sup>

Além de investir seu capital em diferentes negócios, Fernando empreendeu obras de caridade, sendo agraciado com o título de Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro (1870),<sup>515</sup> mantenedora do Hospital São João de Deus, na rua de Santo Amaro, no bairro da Glória,<sup>516</sup> e com o título de Benemérito da Congregação de Nossa Senhora do Amparo (1890), na cidade de Petrópolis.<sup>517</sup>

Encontramos ainda o nome de Fernando associado à doação de auxílios materiais à Igreja Católica. Por ter doado uma estátua do Papa Pio IX para a cidade portuguesa de Guimarães, Fernando de Castro Abreu Magalhães foi agraciado pelo Papa Leão XIII com a comenda de 1.<sup>a</sup> classe da Ordem de São Silvestre, em 1883.<sup>518</sup> A obra, executada pela firma Germano José de Salles & Filhos, somente foi inaugurada em outubro de 1893, sendo Fernando representado por seu sobrinho Padre Antonio Leite Saldanha de Castro.<sup>519</sup>

O testamento do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães é uma fonte importante se para pensar o valor atribuído pela historiografia às práticas do compadrio. Vanessa Bivar observou que a relação entre afilhado-padrinho se evidenciava nos testamentos dos imigrantes na São Paulo oitocentista, ao beneficiarem uns aos outros, com quinhões da terça.<sup>520</sup> A omissão a laços de compadrio no

<sup>513</sup> SALLES, *E o vale era o escravo...*, p. 52.

<sup>514</sup> *Almanach Carmense*, 1888, p. 30.

<sup>515</sup> Diário do Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1870, p. 2.

<sup>516</sup> RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 183.

<sup>517</sup> O Cruzeiro, 11 de novembro de 1890, p. 2; O Apóstolo, 14 de novembro de 1890, p. 2.

<sup>518</sup> O Apóstolo, 23 de fevereiro de 1883, p. 2; Jornal do Comércio, 24 de fevereiro de 1883, p. 1; Jornal do Recife, 02 de março de 1883, p. 2002.

<sup>519</sup> A Federação (RS), 8 de maio de 1893, p. 1; O Tempo, 17 de abril de 1893, p. 1; O Paiz, 04 de outubro de 1893, p. 2.

<sup>520</sup> BIVAR, *Além das Fronteiras...*, p. 118.

testamento do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, se não revela a sua completa ausência, nos leva a cogitar que compadres, comadres e afilhados não faziam parte do cotidiano dos Castro Abreu Magalhães.

A escolha dentro do núcleo familiar para os padrinhos de batismo de seus filhos e netos confirmam essa hipótese. Fernando escolheu para padrinhos de batismo de seu único filho o seu irmão Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar e a sua sogra Maria Rosa de Magalhães.<sup>521</sup> Já Jerônimo de Castro Abreu Magalhães escolheu para seu filho Jerônimo Pedreira de Castro Abreu Magalhães, o seu tio Padre Bacellar e sua cunhada Maria Theresa de Jesus Pedreira Duprat, a Viscondessa de Duprat.<sup>522</sup> Para sua filha Rosa Maria Pedreira de Castro Abreu Magalhães, foram padrinhos o Padre Bacellar e a avó Maria Rosa de Magalhães, e para sua filha Maria Leonor Pedreira de Castro foram escolhidos os avós maternos.<sup>523</sup>

O capital simbólico da família Castro Abreu Magalhães pode ser medido, então, pela nomeação de seus membros para a função de testamenteiro. Ora, a figura do testamenteiro muito se aproxima do compadrio, embora tenha sido menos estudada pela historiografia, e pode nos auxiliar na análise das relações clientelistas entre os membros da “boa sociedade” fluminense oitocentista. Tânia Risério d’Almeida Gandon, que analisou os testamentos de imigrantes portugueses, redigidos na cidade de Salvador, entre 1852 e 1889, constatou que de um modo geral os testamenteiros eram da mesma nacionalidade dos testadores,<sup>524</sup> o que confirmaria a tese da existência de uma comunidade imaginária dos portugueses no Império do Brasil.

Sheila de Castro Faria, ao analisar os testamentos escritos em Campos dos Goitacazes, entre os séculos XVIII e XIX, aponta que a primeira escolha do testamenteiro recaía primeiramente ao cônjuge sobrevivente, mas havendo necessidade de se escolher fora da família nuclear, a opção era pelos comerciantes locais, o que levou a autora a considerar que, em determinadas circunstâncias, as relações pessoais e de trabalho substituíam as de parentesco em certos momentos da vida cotidiana colonial.<sup>525</sup>

---

<sup>521</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 - Caixa 7. Certidão de Batismo de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães. 1851.

<sup>522</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 - Caixa 5. Documentos de Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>523</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 - Caixa 5. Correspondência expedida por Maria Leonor para seu irmão Jerônimo, 1921-1940.

<sup>524</sup> GANDON, *Portugueses na Bahia...*, p. 93.

<sup>525</sup> FARIA, *A colônia em movimento...*, p. 273-277.

Já Vanessa Bivar observa, para os testamentos escritos por imigrantes na São Paulo oitocentista, que a escolha de testamenteiros fora do núcleo familiar revela uma imagem de boa reputação, proeminência social e honorabilidade destes, sendo o primeiro testamenteiro aquele mais desejado pelo testante para cuidar de suas vontades após a morte.<sup>526</sup>

Mas, no caso da família Castro Abreu Magalhães, os testadores estavam em posição social superior aos testamenteiros? Ou, era o inverso? Segundo Luiz Adriano Gonçalves Borges, como o testamenteiro devia tratar das últimas vontades do testador a despeito de disputas entre os herdeiros, assumiam mesmo que temporariamente uma posição hierarquicamente superior a estes.<sup>527</sup>

Tomemos como exemplo o caso de Catharina Cândida Soares Boriglione, natural da Vila de Cantagalo, viúva de Francisco de Barros Guimarães e depois de Jacintho Boriglione, falecida em Braga, a 3 de abril de 1882, sem deixar filhos, e que nomeou para seus testamenteiros no Brasil o Padre Francisco de Castro Abreu Magalhães, Fernando de Castro Abreu Magalhães e o Dr. Jeronymo de Castro Abreu Magalhães e instituiu como seus herdeiros os filhos de Fernando, além de ter distribuído esmolas, libertado seus escravos e legado para os libertos Camilo e Maria Francisco suas terras na Serra do Quilombo.<sup>528</sup>

Catharina Cândida Soares Boriglione foi casada em primeiras núpcias com o português Francisco de Barros Guimarães, natural do Concelho de Guimarães, falecido em 04 de novembro de 1862,<sup>529</sup> fazendeiro na freguesia do Carmo, na Vila de Cantagalo,<sup>530</sup> onde foi proprietário da Fazenda Santa Catharina.<sup>531</sup> Em segundas núpcias, foi casada com o farmacêutico italiano Jacintho Boriglione,<sup>532</sup> o que nos leva a pensar que sua rede social com a família Castro Abreu Magalhães tenha ocorrido na Vila de Cantagalo.

<sup>526</sup> BIVAR, *Além das Fronteiras...*, p. 123.

<sup>527</sup> BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Particularidades familiares. a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX. *Dissertação de Mestrado em História*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009, p. 51.

<sup>528</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca da Corte. 1882. Catharina Cândida Soares Boriglione (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fl. 9v/33.

<sup>529</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Cantagalo. 1862. Inventário. Francisco Barros Guimarães (falecido) e Catharina Cândida Soares (inventariante), fls. 02/04.

<sup>530</sup> Almanak Laemmert, 1852, p. 33; Almanak Laemmert, 1855, p. 76; Almanak Laemmert, 1862, p. 301;

<sup>531</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Município de Cantagalo. Livro de Registro de Terras da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1855-1857), fl. 24v.

<sup>532</sup> Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição de Negócios do Império, 1864, p. 06.

Já o português Antônio Pinto de Macedo, professor público primário na freguesia do Carmo (1849-1867),<sup>533</sup> solteiro, sem filhos, natural da cidade de Braga, em razão de seu estado de saúde, ditou seu testamento, que foi escrito por Fernando de Castro Abreu Magalhães, na casa sede da Fazenda Santa Fé, em 27 de março de 1867, sendo nomeado como primeiro testamenteiro o Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar, que o cumpriu vendendo todos os bens do *de cuius* e destinando o saldo remanescente à Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>534</sup>

Um outro caso: no dia 11 de abril de 1885, faleceu, aos 77 anos, o Tenente Coronel Francisco Vieira de Carvalho, em sua Fazenda Passa-Três, na Vila de Cantagalo, tendo em seu testamento reconhecido os filhos, e escolhido como primeiro testamenteiro o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães.<sup>535</sup>

Na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Francisco Vieira de Carvalho, filho do Capitão-mor Francisco Antônio de Carvalho e Cunha,<sup>536</sup> foi fazendeiro;<sup>537</sup> eleitor;<sup>538</sup> subdelegado de polícia;<sup>539</sup> juiz de paz;<sup>540</sup> tendo galgado vários postos no Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Cantagalo;<sup>541</sup> cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa (1865);<sup>542</sup> doador dos sinos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo;<sup>543</sup> e, chefe do Partido Conservador local.<sup>544</sup>

A importância de família Carvalho pode ser medida por seu patriarca, Francisco Antônio de Carvalho e Cunha, capitão-mor comandante da guarda de milícia da Vila de Cantagalo (1822),<sup>545</sup> vereador e juiz ordinário da Vila de Cantagalo (1826),<sup>546</sup> proprietário da Fazenda das Águas Compridas, em Córrego da Prata

<sup>533</sup> Almanak Laemmert, 1849, p. 77; Almanak Laemmert, 1853, p. 34; Almanak Laemmert, 1858, p. 95; Almanak Laemmert, 1865, p. 369; Almanak Laemmert, 1867, p. 195.

<sup>534</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Cantagalo. 1867. Inventário. Antônio Pinto Macedo (falecido) e Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar (inventariante), fls. 12/17.

<sup>535</sup> Brazil, 17 de abril de 1885, p. 1.

<sup>536</sup> Brazil, 17 de abril de 1885, p. 1.

<sup>537</sup> Almanak Laemmert, 1849, p. 75; Almanak Laemmert, 1850, p. 80; Almanak Laemmert, 1854, p. 63;

<sup>538</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 46 (suplemento); Almanak Laemmert, 1853, p. 35; Almanak Laemmert, 1854, p. 203; Almanak Laemmert, 1857, p. 274; Almanak Laemmert, 1860, p. 24;

<sup>539</sup> Almanak Laemmert, 1852, p. 52; Almanak Laemmert, 1857, p. 198; Almanak Laemmert, 1859, p. 275; Almanak Laemmert, 1861, p. 255; Almanak Laemmert, 1862, p. 300; Almanak Laemmert, 1867, p. 195; ; Almanak Laemmert, 1869, p. 241;

<sup>540</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 34; Almanak Laemmert, 1854, p. 62; Almanak Laemmert, 1859, p. 275; Almanak Laemmert, 1865, p. 369;

<sup>541</sup> Almanak Laemmert, 1849, p. 75; Almanak Laemmert, 1854, p. 62; Almanak Laemmert, 1856, p. 31; Almanak Laemmert, 1863, p. 28;

<sup>542</sup> Almanak Laemmert, 1865, p. 369;

<sup>543</sup> O Apóstolo, 13 de setembro de 1876, p. 3.

<sup>544</sup> O Fluminense, 22 de abril de 1885, p. 2; Brazil, 23 de abril de 1885, p. 1; O Paiz, 23 de abril de 1885, p. 1.

<sup>545</sup> Correio do Rio de Janeiro, 23 de maio de 1822, p. 3.

<sup>546</sup> Diário Fluminense, 14 de março de 1826, p. 1.

(1877),<sup>547</sup> agraciado com uma sesmaria em 1810, em Cantagalo,<sup>548</sup> sendo considerado o fundador de Porto Velho do Cunha.

O Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães assumiu como tutor da órfã Angelina Vieira de Carvalho, perfilhada pelo Coronel Francisco Vieira de Carvalho. Este caso nos chama atenção para o valor da figura do testamenteiro, num grau de importância acima do de compadre, afinal, segundo o assento de batismo, Angelina era filha natural de Virgínia do Carmo, e ao ser batizada teve por padrinhos Paulino Vieira de Carvalho e Delfina Vieira de Carvalho.<sup>549</sup>

Se não podemos afirmar a condição de cativa de Virgínia do Carmo, o fato dos padrinhos serem membros da família Vieira de Carvalho nos leva a considerar que tal escolha foi um meio de garantir uma ascensão social via apadrinhamento para a menina, o que não se pode considerar um fato isolado. Vitória Schettini observou que, se a família matrifocal, ou seja, constituída de mães solteiras e seus filhos, foi a forma predominante na freguesia de São Paulo de Muriaé, na Zona da Mata mineira (1852-1888), a maioria dos assentos de batismos revelou que as crianças foram postas sob a proteção de padrinhos escolhidos entre os homens livres da região.<sup>550</sup>

Além de terem garantido a instrução de Angelina, a família Castro Abreu Magalhães assegurou-lhe o casamento dentro da comunidade portuguesa local. O casamento com José Augusto Igreja, português, lavrador em Porto Novo do Cunha, ocorreu em 1893, sendo testemunhas o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães e Antonio Torres de Sena.<sup>551</sup>

Por fim, não se deve desconsiderar que Luiz Augusto Correa de Azevedo, com seu diploma de médico, e seu cunhado Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, com o de engenheiro, representam o investimento das famílias luso-brasileiras na ampliação das redes de sociabilidade. Nesse sentido, o bacharelismo os aproximava, tanto que em vários momentos os encontramos atuando em conjunto, por exemplo, quando Jerônimo sucedeu a seu cunhado na provedoria da Irmandade de Nossa Senhora do

---

<sup>547</sup> Jornal do Comércio, 13 de novembro de 1877, p. 5.

<sup>548</sup> Anais do Arquivo Nacional. v. 36. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1939, p. 267.

<sup>549</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca do Carmo. 1894. Inventário. Francisco Vieira de Carvalho (falecido) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fl. 927.

<sup>550</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo de Muriaé, 1852-1888. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 167, n.º 430, janeiro/junho, 2006, p. 17-18; 22.

<sup>551</sup> Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Comarca de Carmo. 1894. Inventário. Francisco Vieira de Carvalho (falecido) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante), fl. 926.

Monte do Carmo, em 1880,<sup>552</sup> ou quando em 1886 foram eleitos, o primeiro para vereador, e o segundo, para juiz de paz,<sup>553</sup> sendo naquele mesmo ano agraciados com o oficialato da Imperial Ordem da Rosa, por serviços prestados à instrução pública.<sup>554</sup>

---

<sup>552</sup> Almanak Laemmert, 1880, p. 93.

<sup>553</sup> Diário de Notícias, 7 de julho de 1886, p. 3

<sup>554</sup> Gazeta de Notícias, 22 de agosto de 1886, p. 1; Gazeta da Tarde, 24 de agosto de 1886, p. 2.

## Considerações finais

O surgimento da História Social, em meados do século XX, manteve a biografia histórica em segundo plano, como o fizeram antes os *Annales*, por privilegiar o “fato social total”, em suas dimensões social, cultural e econômica, a exemplo de Braudel e seu mundo mediterrâneo, até que, na década de 1980, Pierre Bourdieu desafiou os historiadores a pensarem a biografia sob outra perspectiva, a fim de ver o biografado, célebre ou não, como testemunha de uma época.<sup>555</sup>

Com o desenvolvimento da História Cultural e da Micro-História, a biografia e a prosopografia implicaram no estudo de um indivíduo ou de um grupo de pessoas que representam uma classe social, uma profissão ou uma crença, desde que se defina previamente a estrutura social em que se inserem, concentrando-se nas ações e representações que cercam o indivíduo.<sup>556</sup>

O estudo da imigração portuguesa para o Brasil revela que esta se distingue das demais pela língua e traços culturais comuns, no seu caráter espontâneo, no elevado índice de casamentos com brasileiras e na criação de redes de solidariedade, como pontos de apoio aos imigrantes.<sup>557</sup> Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, a imigração portuguesa para o Brasil foi salutar para os dois países, afinal, se a imigração em massa de portugueses serviu de válvula de escape para tensões sociais no noroeste de Portugal e a entrada de capitais enviados pelos imigrantes para o Brasil ela atendeu uma crescente demanda de mão de obra.<sup>558</sup>

Nessa perspectiva, o estudo da trajetória do Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães e das estratégias de sua família nos auxilia na compreensão das relações entre o Império do Brasil e as famílias representativas da “boa sociedade” oitocentista, identificando as redes de solidariedade e de manutenção de sua riqueza, poder e *status* dentro da Corte tropical de Dom Pedro II.

A fortuna acumulada pelo Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, tomando como base seu inventário, revela a estratégia de diversificação dos

<sup>555</sup> DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, abr./jun. 2010, p. 185-186.

<sup>556</sup> DEL PRIORE, Biografia, biografados..., p. 189-190.

<sup>557</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Migrações portuguesas para o Brasil: fins do século XIX à década de 1930: discurso de posse. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 161, n. 406, jan./mar. 2000, p. 112-114.

<sup>558</sup> LOBO, Migrações portuguesas..., p. 118.

investimentos, aplicando o capital em imóveis urbanos no Rio de Janeiro e em Petrópolis, a fim de garantir uma renda na velhice. Não se deve esquecer que estas duas cidades adquiriram, durante o Império do Brasil, a função de “vitrine social” para as famílias dos cafeicultores, sendo os imóveis naquelas cidades entendidos como um investimento em diferencial social, prestígio e cabedal familiar.<sup>559</sup>

Ao mesmo tempo, o fato do inventário não relacionar galerias de quadros, tapetes orientais, porcelanas francesas, cristais da Bohemia, candelabros de bronze, urnas de âmbar e louça brazonada revela que a Família Castro Abreu Magalhães contrastava com a opulência e o esplendor social típicos dos cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense.<sup>560</sup> Jorge Pedreira, que estudou os inventários dos negociantes de Lisboa (1750-1820), observou que se estes viviam com conforto e dignidade, o modo de vida traduzido pelo patrimônio revela um cometimento na ostentação, porque a comunidade mercantil portuguesa apreciava a moderação no consumo e olhava com desconfiança os excessos de luxo.<sup>561</sup>

Para ascenderem socialmente, algumas das estratégias adotadas por Fernando de Castro Abreu Magalhães foram as alianças matrimoniais, a educação de seu filho Jerônimo de Castro Abreu Magalhães, formado em engenharia em 1875, a manutenção de bens através da transmissão da herança, que garantiu renda para suas filhas, ao transformá-las em proprietárias na cidade de Petrópolis, a dotação de seus filhos, que lhes permitiu acesso antecipado a parte da herança paterna, e a participação na fundação de associações religiosas, como a Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

A consagração da Família Castro Abreu Magalhães, por tantas obras de caridade pelas cidades por onde passou, pode ser verificada em 1886, quando Fernando de Castro Abreu Magalhães foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro II com a comenda da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, afinal, o título de comendador no Império do Brasil passou a ser nobilitante, constituindo uma forma de tratamento que, ao contrário da distinção nobiliárquica, não estava atrelada ao sangue, nem às origens ou nome familiar.<sup>562</sup> As ordens honoríficas, no século XIX, se não guardavam relação com seu passado cruzado, resguardavam o prestígio, a distinção e um forte valor

---

<sup>559</sup> MUAZE, *As memórias da Viscondessa...*, p. 106.

<sup>560</sup> PIRES, Fernando Tasso Fragoso. Clãs cafeeiros. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 446, jan./mar. 2010, p. 236.

<sup>561</sup> PEDREIRA, *Negócios e capitalismo...*, p. 44.

<sup>562</sup> RIOS, *Papel social do comendador...*, p. 315.

político, numa sociedade marcada pela diferenciação social aristocrática e pelos privilégios desse tipo de sociedade.<sup>563</sup>

Da Família Castro Abreu Magalhães ficou-nos a lembrança perpetuada em homenagens públicas numa variedade de ruas e praças no território fluminense, como a Praça Comendador Guilherme, na cidade de Magé, referente ao Comendador Guilherme Pinto de Magalhães; a Rua Monsenhor Bacellar, em Petrópolis, homenagem da municipalidade ao Monsenhor Francisco de Castro Abreu Bacellar; e a Rua Abreu Magalhães, no Município do Carmo, cujo patrono é o Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães. Já o Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães não teve a mesma sorte, estando seu nome imortalizado apenas em sua melancólica lápide, enegrecida pelo tempo, no Cemitério Municipal de Petrópolis.

---

<sup>563</sup> SILVA, Camila Borges da. Mercê e Nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das Ordens Honoríficas. In. BESSONE, Tânia *et alii*. *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013, p. 41.

## **Fontes**

### **ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

#### **Fundo da Freguesia de São José**

Livro de Registro de Batismos (1860-1871).

Livro de Registro de Matrimônio (1868-1881).

### **ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA**

#### **Fundo do Governo Civil de Braga.**

Registro de Passaporte de Bento de Castro Abreu Leite, 1895.

Registro de Passaporte de José Leite Saldanha, 1919.

Registro de Passaporte de Maria Ana Lurdes Leite de Vasconcelos Andrade Castro.  
1926.

#### **Fundo da Mitra Arquiepiscopal de Braga**

Processo de Inquirição de Genere de Antônio Leite Saldanha Castro. 1888.

Processo de Inquirição de Genere de Bento Antônio de Castro Abreu Magalhães.  
1816.

Processo de Inquirição de Genere de Jerônimo Tomaz de Castro Abreu Magalhães e  
Bento Antônio de Castro Abreu Magalhães. 1777.

Processo de Inquirição de Genere de Joaquim de Castro Abreu Magalhães. 1821.

Processo de Inquirição de Genere de José Bento Abreu Magalhães. 1733.

Processo de Inquirição de Genere de Paulo de Castro Abreu Magalhães. 1811.

Processo de Inquirição de Genere de Paulo José de Almeida Castro. 1747.

Processo de Justificação de Fraternidade de Francisco de Castro Abreu Magalhães.  
1821.

#### **Fundo da Paróquia de São Martinho de Silvaes, concelho de Fafe**

Livro de Registro de Matrimônios (1713-1802)

**ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO****Fundo da Paróquia de São Tiago de Sendin, Concelho de Felgueiras**

Livro de Registro de Batismos (1866-1883)

**ARQUIVO DO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO CULTURAL**

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. *Fazenda Santa Fé*. Códice AV – F07 – Car. 2010.

**ARQUIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO**

Comarca da Corte. 1882. Inventário. Catharina Cândida Soares Boriglione (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante).

Comarca de Cantagalo. 1862. Inventário. Francisco Barros Guimarães (falecido) e Catharina Cândida Soares (inventariante).

Comarca de Cantagalo. 1867. Inventário. Antônio Pinto Macedo (falecido) e Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar (inventariante).

Comarca de Cantagalo. 1876. Inventário. Maria da Veiga Correa de Azevedo (falecida) e Dr. Luiz Augusto Correa de Azevedo (inventariante).

Comarca de Cantagalo. 1879. Inventário. Sebastião José Ferreira Fraga (falecido) e Caetano José Botelho (inventariante).

Comarca de Magé. 1852. Libelo de dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães & C. (credor) e Herdeiros do Padre Antônio Garcia de Oliveira Durão (devedor)

Comarca de Magé. 1867. Ação de 10 Dias. Fernando de Castro Abreu Magalhães (credor) e Ceryno & Oliveira (devedor).

Comarca de Paraíba do Sul. 1851. Libelo de Dívida. Fernando de Castro Abreu Magalhães (credor) e Espólio de Miguel Cândido Avellar (devedor).

Comarca de Petrópolis. 1895. Inventário. Rosa Angelina Leite de Castro (falecida) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante).

Comarca de Petrópolis. 1898. Inventário. Fernando de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Leonor de Castro e Souza (inventariante).

Comarca de Petrópolis. 1898. Testamento. Fernando de Castro Abreu Magalhães (testador).

Comarca do Carmo. 1894. Inventário. Francisco Vieira de Carvalho (falecido) e Fernando de Castro Abreu Magalhães (inventariante).

Comarca do Carmo. 1909. Inventário. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (falecido) e Elisa Pedreira de Abreu Magalhães (inventariante).

## **ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO**

*Carta da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá à rainha [D. Maria I], queixando-se da destruição de algumas fazendas nas cachoeiras de Macacu, devido ao descobrimento das minas de ouro e pedras preciosas nas proximidades da Serra dos Órgãos, e com a abertura dos caminhos para as minas, proibiu-se a passagem livre para as mesmas; informando que a atitude dos exploradores dessas minas era prejudicial ao processo de evangelização de sete Aldeias indígenas ali estabelecidas, sob responsabilidade dos missionários frei José Maria e frei Antônio Vaz, e impedia o socorro das Missões em caso de ataque; solicitando ordens régias que regulem a passagem e estabelecimento das populações pelos caminhos das minas de Macacu, necessários à sobrevivência e segurança da população. 1782*

*Relação do ouro em pó que tem vindo das minas novas de Macacú para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro desde 1788. 1790.*

*Ofício do escrivão da Casa Real do Registro do Ouro das Novas Minas do Cantagalo, Manoel Fernandes Coelho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo informações sobre o projeto de abertura de caminhos para Minas Gerais, Campos dos Goitacazes e vila de Magé; oferecendo seus serviços para a execução e supervisão do referido projeto, solicitando auxílio militar para combater os extravios que possam ocorrer no pagamento dos quintos reais. 1806.*

## **ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA**

### **Fundo da Paróquia de Santa Maria Airão, concelho de Guimarães**

Livro de Registro Misto n.º 2 (1711- 1777)

## **ARQUIVO NACIONAL**

### **Acervo Judiciário**

Relação do Rio de Janeiro – 84. Fernando de Castro Abreu Magalhães (Apelante) e Maria Amélia Durão (Apelado). 1852. Ref. 84.0.ACI.07943 n.º 6.248 Caixa 322

Vara Cível do Rio de Janeiro, 1 – CG. Guilherme Pinto de Magalhães (Falecido) e Maria Emília de Magalhães (Inventariante). 1875. REf. N.º 5.314. Maço 429

### **Coleção Irmã Zélia**

AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

AP 13 – Caixa 5. Correspondência expedida por Maria Leonor Pedreira de Castro para seu irmão Jerônimo Pedreira de Castro, 1921-1940.

AP 13 – Caixa 5. Documentos de Jerônimo Pedreira de Castro.

AP 13 – Caixa 7. Certidão de Batismo de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família.

### **Biblioteca**

Anais do Arquivo Nacional. v. 36. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1939, p. 267.

Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição de Negócios do Império, 1864.

## **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **Fundo do Registro Paroquial de Terras**

Município de Cantagalo. Livro de Registro de Terras da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1855-1857).

## **BIBLIOTECA NACIONAL**

### **Seção de Hemeroteca**

A Constituição: Órgão do Partido Conservador (RJ);

A Federação (RS);

A Nação (RJ);

A Noite (RJ);

A Pátria (RJ);

A Reforma (RJ);

Almanach d' O Carmense (RJ);

Almanach do Vassourense (RJ);

Almanak Laemmert (RJ);

Brazil (RJ);

Correio da Manhã (RJ);

Correio da Tarde (RJ);

Correio do Rio de Janeiro (RJ);

Correio Mercantil (RJ);

Correio Paulistano (SP);

Diário de Notícias (RJ);

Diário do Maranhão (MA);

Diário do Rio de Janeiro (RJ);

Diário Fluminense (RJ);

Diário Novo (RJ);

Gazeta da Tarde (RJ);

Gazeta de Notícias (RJ);

Gazeta de Petrópolis (RJ);

Jornal do Brasil (RJ);

Jornal do Comércio (RJ);  
 Jornal do Recife (PE);  
 Novidades (RJ);  
 O Apóstolo (RJ);  
 O Despertador (RJ);  
 O Fluminense (RJ);  
 O Globo (RJ);  
 O Imparcial (RJ);  
 O Jornal (RJ);  
 O Liberal (RJ);  
 O Mercantil (RJ);  
 O Paiz (RJ);  
 O Século (RJ);  
 O Tempo (RJ);  
 Revista O Cruzeiro (RJ).

### **Seção de Iconografia**

*Villa de Magé*. Litografia de Ludwig & Briggs, 1838.

VASCONCELLOS, Clodomiro Rodrigues de. *Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro*. 1922.

### **Seção de Mapoteca**

BELLEGARDE, Pedro D'Alcântara & NIEMEYER, Conrado Jacob. *Carta corográfica da Província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decreto da Assembleia provincial de 30 de outubro de 1857*.

VIEIRA, Manuel Leão. *Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil*. 1767.

### **Seção de Obras Raras**

CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo. *Árvores de costados das famílias nobres dos reinos de Portugal, Algarves e domínios ultramarinos*. v. 2. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.

**BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL****Seção de Cartografia**

*Mapa de la provincia de Minho : Vianna do Castelo, Braga : cartas chorographicas / cuidadosamente executadas por pessoal tecnico sob a direcção do capitão de engenheiros do exército hespanhol D. Benito Chias y Carbó.*

**BIBLIOTECA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

Brasil. Recenseamento Geral. 1872.

**BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL**

Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Estatística. *Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.* Rio de Janeiro: Oficinas da Estatística, 1898.

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO MUNICÍPIO DO CARMO**

Livro de Registro de Óbitos (1907-1912).

**CENTER FOR RESEARCH LIBRARIS – CRL – BRAZILIAN GOVERNMENT DOCUMENTS – UNIVERSITY OF CHIGADO**

Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio de Janeiro

Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2.<sup>a</sup> sessão da 12.<sup>a</sup> legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857.

Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.<sup>a</sup> sessão da 3.<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói, Typ. de Amaral & Irmão, 1851.

Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.<sup>o</sup> de março

de 1846, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1846 a 1847. Segunda edição. Nictheroy, Typographia de Amaral & Irmão, 1853.

Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º dia de março de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1847.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da 1.ª sessão da 7.ª legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.º de abril de 1848, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1848-1849. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1848, p. 45.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da 2.ª sessão da 7.ª legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.º de março de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1849 a 1850. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1849.

Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1.ª sessão da 8.ª legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.º de março de 1850, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1850-1851. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, de N.L. Vianna, 1850

Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o veador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da segunda sessão da oitava legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1.º de agosto de 1851, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1852. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1851.

Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Notícias e reflexões sobre as minas de Cantagalo... escritas no fim do ano de 1805. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 12, p. 518-523, 1849.

Ofício do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza com a cópia da relação instrutiva e circunstanciada para ser entregue ao seu sucessor na qual mostra o estado em que deixa os negócios mais importantes do seu governo, sendo um deles a demarcação de limites da América meridional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 13, t. 4, p. 02-42, abril, 1842.

Relação de uma viagem à Serra dos Órgãos. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 76-95, 1841.

**MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS****Seção de Iconografia**

Comendador Guilherme Pinto de Magalhães, 1883

Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães, 1886

Rosa Angélica Leite de Castro, 1886

**Seção de Hemeroteca**

Revista Pequena Figura, n.º 481, 01.12.1940

## Bibliografia

### 1) Livro:

AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938.

ALMEIDA, José Nicolau Tinoco de. Petrópolis: Guia de Viagem. *Anuário do Museu Imperial – Edição Comemorativa*, Petrópolis, p. 197-250, 1995.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Além das Fronteiras: o cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais*. São Paulo: Humanitas, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3 ed. Porto Alegre: Zouk Editora, 2008.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil, através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos aurídiamentíferos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

- CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2006
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- \_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Zélia ou irmã Maria do Santíssimo Sacramento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1960.
- CAVAZZANI, André Luiz. *Tendo o sol por testemunha: População portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. São Paulo: Alameda, 2015.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988
- CORREA JUNIOR, Antônio Pinto. *Da Corte à fazenda Santa Fé: impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Typ. Universal, 1870.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: Império*. São Paulo: LeYa, 2016.
- DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978.
- DORIA, Escragolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tip. d'A Encadernadora S/A, 1929.
- DUNLOP, Charles J. *Petrópolis antigamente*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1985.
- ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do Café*. Niterói: Edição do Autor, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Cantagalo: do surto da pecuária à industrialização do calcário*. Niterói: Edição do Autor, 2003.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 2. 10 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1962.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

\_\_\_\_\_. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2008.

FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis à sombra do Dedo de Deus, 1700-1900: da Fazenda March a Teresópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1970.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GANDON, Tânia Risério d'Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX: emigração e comércio*. Salvador: EDUNEB, 2010.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

GINZBURG, Carlo et alii. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GUIMARAES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACOMBE, Lourenço Luis. *Os chefes do Executivo Fluminense*. Petrópolis: Museu Imperial, 1973.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Serra*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.
- MACEDO, Ana Maria da Costa. *Família, sociedade e estratégias de poder: a família Jácome de Vasconcelos da freguesia de São Tiago da Cidade – Braga (1750-1830)*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996.
- MACHADO, Afrânio Gismonti. *Reminiscências de Carmo*. Carmo: Edição do Autor, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ruas de minha terra*. Carmo: Edição do Autor, 2005.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores & Café*. Um estudo da crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense. 1860-1888. Rio de Janeiro: Kromos, 1993.
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 6 ed. São Paulo, Hucitec Editora, 2011.
- MATTOSO, José et alii. *Portugal, o sabor da terra: um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2013
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude de genealogia no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989
- MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: EDUPS; FAPESP, 2011.
- MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2017.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo, Alameda, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2 ed. Niterói: EDUFF, 2008.
- MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. São Paulo: ABEP, 1994.
- NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Jurídica do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, 2005.

- PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- POHL, João Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil, colônia e império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e prática da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Luis Gonçalves. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Família, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS – Universidade do Minho, 1999.
- SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: Editora da UnB, 1983.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2007.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TAUNAY, Affonso de E. *História do Café no Brasil*. Volume oitavo: no Brasil Imperial, 1872-1889 (Tomo VI). Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Café, 1939.
- TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.
- TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

## 2) Capítulo de livro:

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo de Muriaé, 1848-1888. In: ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho. *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2017.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Receptividade e/imigracional comparada Brasil-América: os portugueses. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2017.
- FARIA, Sheila de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: MATTOS, Hebe; SCHONOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: MATTOS, Hebe; SCHONOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

- LIMA, Antónia Pedroso de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. (org.). *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007.
- MARTINY, Carina. Saber negociar: a inserção da elite local na estrutura de poder do Estado brasileiro na transição do Império para a República. In: BESSONE, Tânia Maria; et al. (org.). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Org.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MATTOS, Raimundo César de Oliveira. Estratégias de cidadania e de sociabilidade no Oitocentos através das cartas de um comerciante português. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e prática da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- \_\_\_\_\_. Folhinhas e Almanques: História e Política no Império do Brasil (1824-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e prática da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. As classes sociais na construção do império do Brasil. In: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. Familiaturas do Santo Ofício e mobilidade social na Minas setecentista. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva; RIBAS, Rogério de Oliveira (org.). *Hierarquia, raça e mobilidade social: Portugal, Brasil, e o Império colonial português (séculos XVIXVIII)*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Companhia das Índias, 2010.
- SILVA, Camila Borges da. Mercê e Nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das Ordens Honoríficas. In: BESSONE, Tânia; et al. *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

VIEIRA, Benedicta Maria Duque. Nesta lâmina está o roteiro da família Franco nesta grande província da Beira Baixa. In. CARVALHO, José Murilo de; *et al.* (org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

### 3) Artigo de revista:

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo de Muriaé, 1852-1888. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 167, n.º 430, p. 9-37, janeiro/junho, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Revista Estudos Cedhal*, n. 7. São Paulo, Cedhal, 1991.

BRANDENBURGER, Clemente. Imigração e colonização sob o Segundo Reinado. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 481-487, 1925.

BROWNE, George R. Política imigratória no Brasil regência. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 307, p. 37-48, abril-junho, 1975.

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém, 1870-1920. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 24-38, janeiro-junho, 2009.

CASTRO, Francisco Alberto Veiga. As origens de Cantagallo. *Eu sei tudo: magazine mensal ilustrado*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 3, p. 21-26, agosto de 1932.

CORREA FILHO, Virgílio. Cidades Serranas (Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 1, p. 03-56, janeiro-março, 1947.

DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 179-197, abr./jun. 2010.

DURAES, Margarida. Necessidades económicas e práticas jurídicas: problema da transmissão das explorações agrícolas (séculos XVIII-XX). *Revista Ler*. Minho, v. 29, p. 67-88, 1995.

FRIDMAN, Fânia. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. *Revista IEB*, n.º 48, Mar/Set 2009, p. 91-143

FROES, Vânia Leite. Biografia como território do historiador – problemas e questões a partir da Nova História. In. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 180, p. 49-64, jan-mar, 2010.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 93-110, junho, 2003.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: *Tempo*, v.11, n.21, p. 121-143, Niterói, 2006

\_\_\_\_\_. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. In. *Análise Social*, v. XXVIII, p. 951-973, Lisboa, 1993.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Migrações portuguesas para o Brasil: fins do século XIX à década de 1930: discurso de posse. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 161, n. 406, p. 109-118, jan./mar. 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. In: *Tempo*, v.14. n. 27, p. 65-81, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XIII. In: *Penélope*, n.º 12, p. 43-63, Lisboa, 1993.

\_\_\_\_\_. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 4-20, São Paulo, 2005.

PEDREIRA, Jorge M. Negócios e capitalismo, riqueza e acumulação: os negociantes de Lisboa (1750-1820). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 37-69, junho, 2003.

PINHEIRO, Francisco Batista Marques. Guilherme Pinto de Magalhães. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 65, parte II, v. 106, p. 375-390, 1903.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. Clãs cafeeiros. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 446, p. 235-249, jan./mar. 2010.

RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, n. 1, p.132-153, janeiro-junho, 2008.

RIOS, José Arthur. Papel social do comendador português no Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 165, n. 424, p. 309-321, jul./set. 2004.

SCHAETTE, Frei Estanislau. Fazendeiros e fazendas Serra Acima. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 79-90, 1948.

SOUSA, José Antônio Soares de. A Estrada da Serra do Couto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 281, p. 03-26, outubro-dezembro, 1968.

#### **4) Teses e dissertações:**

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888). *Tese de doutoramento em História das Ciências e da Saúde*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2014.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Particularidades familiares. a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX. *Dissertação de Mestrado em História*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

DOURADO, Bruna Iglézias Motta. Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837- c. 1871): a trajetória do negociante João Pinto de Lemos. *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

LIMA Neto, Luiz Costa. Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846): entre o lundu, a ária e a aleluia. *Tese de doutoramento em Música*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). *Tese de doutoramento em História*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Magé na crise do escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

SILVA, Clara Garcia de Carvalho. "Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!": O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em comunidades rurais das Minas setecentistas. *Dissertação de Mestrado em História*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

## Anexos

### Anexo I. Principais negociantes da Vila de Magé

a) *Alexandre José de Siqueira*, negociante e proprietário, estabelecido na rua da Matriz, na freguesia de Magé,<sup>564</sup> filho do negociante Luiz Antonio de Siqueira, eleitor no colégio eleitoral de Magé,<sup>565</sup> major da Guarda Nacional, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa,<sup>566</sup> vereador e presidente interino da Câmara Municipal de Magé,<sup>567</sup> substituto de juiz municipal e de órfãos,<sup>568</sup> juiz de paz,<sup>569</sup> secretário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, da freguesia de Magé.<sup>570</sup>

b) *Antonio Augusto de Oliveira e Castro*, negociante e proprietário, estabelecido no Porto da Piedade, na freguesia de Magé,<sup>571</sup> casado com Sophia Cândida Moretz de Oliveira e Castro (filha do negociante judeu Luiz Moretz Sohn),<sup>572</sup> capitão da Guarda Nacional,<sup>573</sup> eleitor no colégio eleitoral de Magé,<sup>574</sup> juiz de paz,<sup>575</sup> substituto de juiz municipal e de órfãos de Magé,<sup>576</sup> vereador,<sup>577</sup> proprietário de barca a vapor, que fazia a ligação entre Magé e o Cais dos Mineiros, na Corte, com escala em Paquetá, e de tropas de carga e de carros para Magé e Freichal, na freguesia de Guapimirim.<sup>578</sup>

---

<sup>564</sup> Almanak Laemmert, 1846, p. 24.

<sup>565</sup> Correio Mercantil, 20 de dezembro de 1848, p. 2; O Liberal, 18 de agosto de 1849, p. 3.

<sup>566</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 59.

<sup>567</sup> Correio Mercantil, 5 de julho de 1849, p. 2; Almanak Laemmert, 1850, p. 122; Almanak Laemmert, 1852, p. 76.

<sup>568</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 122.

<sup>569</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 122; 1852, p. 76.

<sup>570</sup> Jornal do Comércio, 25 de dezembro de 1845, p. 3.

<sup>571</sup> Correio Mercantil, 5 de outubro de 1858, p. 3; Correio da Tarde, 27 de fevereiro de 1860, p. 4.

<sup>572</sup> Jornal do Comércio, 5 de dezembro de 1855, p. 3; Jornal do Comércio, 13 de outubro de 1858, p.

1.

<sup>573</sup> Correio Mercantil, 20 de agosto de 1856, p. 2.

<sup>574</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 142.

<sup>575</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 81.

<sup>576</sup> Almanak Laemmert, 1855, p. 99.

<sup>577</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 199.

<sup>578</sup> Correio Mercantil, 5 de setembro de 1858, p. 2.

c) *Caetano Gregório Mendes*, português, negociante, com hospedagem no Freichal, na freguesia de Guapimirim;<sup>579</sup> substituto de delegado na freguesia de Santo Antônio do Paquequer.<sup>580</sup>

d) *Francisco José dos Reis*, português, negociante, proprietário e fazendeiro, na freguesia de Magé,<sup>581</sup> eleitor no colégio eleitoral de Magé,<sup>582</sup> tenente coronel da Guarda Nacional, comendador da Ordem de Cristo e oficial da Ordem da Rosa,<sup>583</sup> substituto de juiz municipal e de órfãos,<sup>584</sup> vereador e presidente da Câmara Municipal de Magé.<sup>585</sup>

e) *Guilherme Pinto de Magalhães*, português, negociante e proprietário, na freguesia de Magé, com casa de fazendas, comissões e consignações, vereador e comandante superior das tropas da Guarda Nacional,<sup>586</sup> tesoureiro da Casa de Caridade de Magé,<sup>587</sup> dignatário da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de Cristo,<sup>588</sup> administrador da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia.<sup>589</sup> Sogro dos negociantes Luiz Antonio de Siqueira Junior e Fernando de Castro Abreu Magalhães.

f) *Henrique José Dias*, português, negociante e proprietário, com hospedaria na Barreira, na freguesia de Guapimirim;<sup>590</sup> tesoureiro encarregado da Capela de Santo Antônio do Paquequer,<sup>591</sup> acionista da Estrada de Ferro Dom Pedro II.<sup>592</sup>

g) *José Martins Carneiro*, negociante e proprietário, estabelecido na rua do Porto, na freguesia de Magé,<sup>593</sup> capitão da Guarda Nacional,<sup>594</sup> eleitor no colégio eleitoral de

---

<sup>579</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 84.

<sup>580</sup> Correio Mercantil, 12 de março de 1857, p. 1.

<sup>581</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 61; Almanak Laemmert, 1852, p. 77; Almanak Laemmert, 1854, p. 86; Almanak Laemmert, 1856, p. 185

<sup>582</sup> Correio Mercantil, 20 de dezembro de 1848, p. 2

<sup>583</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 123

<sup>584</sup> Almanak Laemmert, 1852, p. 76; Almanak Laemmert, 1854, p. 51; Almanak Laemmert, 1856, p. 184

<sup>585</sup> Almanak Laemmert, 1856, p. 183.

<sup>586</sup> PINHEIRO, Francisco Batista Marques. Guilherme Pinto de Magalhães. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 65, v. 106, 1903, p. 376.

<sup>587</sup> Almanak Laemmert, 1850, p. 124.

<sup>588</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 59.

<sup>589</sup> Correio Mercantil, 27 de setembro de 1860, p. 2; Correio Mercantil, 3 de outubro de 1861, p. 2.

<sup>590</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 84; Almanak Laemmert, 1856, p. 187.

<sup>591</sup> Almanak Laemmert, 1856, p. 189.

<sup>592</sup> Correio Mercantil, 3 de julho de 1855, p. 1.

<sup>593</sup> Almanak Laemmert, 1846, p. 24

<sup>594</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 60

Magé,<sup>595</sup> fabricante de cal na Ilha de Paquetá,<sup>596</sup> morador da Barreira, na freguesia de Guapimirim, secretário encarregado da Capela de Santo Antonio de Paquequer,<sup>597</sup> subdelegado na freguesia de Paquequer.<sup>598</sup>

h) *Luiz Antonio de Siqueira Junior*, negociante e proprietário, estabelecido na rua da Matriz, na freguesia de Magé,<sup>599</sup> filho do negociante Luiz Antonio de Siqueira e genro do negociante Guilherme Pinto de Magalhães, capitão da Guarda Nacional, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.<sup>600</sup>

i) *Luiz Antonio de Siqueira*, negociante e proprietário,<sup>601</sup> estabelecido na rua da Matriz, na freguesia de Magé,<sup>602</sup> eleitor no colégio eleitoral de Magé,<sup>603</sup> substituto de juiz municipal e de órfãos,<sup>604</sup> vereador,<sup>605</sup> pai dos negociantes Alexandre José de Siqueira e Luiz Antonio de Siqueira Junior.

j) *Vicente Estácio da Silva*, negociante e proprietário, estabelecido no Porto de Suruí, na freguesia de Suruí;<sup>606</sup> subdelegado;<sup>607</sup> juiz de paz;<sup>608</sup> eleitor, na freguesia de Suruí;<sup>609</sup> tenente da Guarda Nacional.<sup>610</sup>

---

<sup>595</sup> Diário do Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1844, p. 2.

<sup>596</sup> Almanak Laemmert, 1851, p. 117; Almanak Laemmert, 1854, p. 128.

<sup>597</sup> Almanak Laemmert, 1856, p. 189.

<sup>598</sup> Almanak Laemmert, 1857, p. 203.

<sup>599</sup> Almanak Laemmert, 1846, p. 24.

<sup>600</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 59.

<sup>601</sup> Correio Mercantil, 12 de agosto de 1854, p. 1.

<sup>602</sup> Almanak Laemmert, 1846, p. 24; Almanak Laemmert, 1848, p. 61; Almanak Laemmert, 1852, p. 77.

<sup>603</sup> Correio Mercantil, 20 de dezembro de 1848, p. 2; O Liberal, 18 de agosto de 1849, p. 3.

<sup>604</sup> Almanak Laemmert, 1848, p. 58; Almanak Laemmert, 1850, p. 122.

<sup>605</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 51; Almanak Laemmert, 1856, p. 183.

<sup>606</sup> Almanak Laemmert, 1846, p. 25.

<sup>607</sup> Almanak Laemmert, 1849, p. 138.

<sup>608</sup> Almanak Laemmert, 1853, p. 142.

<sup>609</sup> Almanak Laemmert, 1854, p. 206.

<sup>610</sup> Almanak Laemmert, 1855, p. 35.

## Anexo II. A “boa sociedade” carmense

a) *Dr. Antônio Arnaldo de Moura Ruas*, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,<sup>611</sup> acionista do Banco Comercial e Agrícola do Rio de Janeiro,<sup>612</sup> substituto de subdelegado na freguesia de Nossa Senhora da Glória, na Vila de Valença (1851-1853);<sup>613</sup> médico estabelecido na freguesia de São José de Além Paraíba, Vila de Leopoldina, MG (1860-1863),<sup>614</sup> que se transferiu para o povoado de Porto Velho do Cunha, na freguesia do Carmo, Vila de Cantagalo, por volta de 1864, onde exerceu os cargos de inspetor de ensino primário (1865-1869 e 1878),<sup>615</sup> mesário (1870-1871 e 1877-1879) e secretário (1880) da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo,<sup>616</sup> substituto de promotor público em Cantagalo (1885),<sup>617</sup> 2.º suplente do juiz municipal e de órfãos do termo do Carmo (1889).<sup>618</sup> Integrou a comitiva da Câmara Municipal de Cantagalo que compareceu perante Dom Pedro II para felicitá-lo pelo casamento da Princesa Isabel (1864).<sup>619</sup> Delegado de higiene no Distrito Federal (1892).<sup>620</sup>

b) *Alferes Antônio Henriques Monteiro*, fazendeiro de café,<sup>621</sup> alferes do 3.º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Cantagalo (1863),<sup>622</sup> suplente de subdelegado da freguesia do Carmo (1874-1876).<sup>623</sup> Mesário (1870-1871; 1890-1891) e secretário (1888) da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>624</sup> Secretário da

<sup>611</sup> Diário de Notícias, 30 de outubro de 1885, p. 3.

<sup>612</sup> Diário do Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1857, p. 2. Correio Mercantil, 4 de outubro de 1857, p. 1.

<sup>613</sup> Almanak Laemmert, 1851, p. 185; Almanak Laemmert, 1852, p. 147; Almanak Laemmert, 1853, p. 147;

<sup>614</sup> Almanak Laemmert, 1860, p.343; Almanak Laemmert, 1863, p.393;

<sup>615</sup> Correio Mercantil, 16 de julho de 1865, p. 2; Almanak Laemmert, 1865, p.370; Almanak Laemmert, 1866, p.356; Almanak Laemmert, 1867, p.11; Almanak Laemmert, 1868, p.10; Almanak Laemmert, 1869, p.11; Jornal do Comércio, 26 de junho de 1869, p. 1. O Cruzeiro, 10 de maio de 1878, p. 2.

<sup>616</sup> A Reforma, 11 de agosto de 1870, p. 4; Almanak Laemmert, 1877, p.112; Almanak Laemmert, 1878, p.105; Almanak Laemmert, 1880, p.93;

<sup>617</sup> Almanak Laemmert, 1885, p.911;

<sup>618</sup> O Fluminense, 17 de julho de 1889, p. 1.

<sup>619</sup> Correio Mercantil, 16 de novembro de 1864, p. 1.

<sup>620</sup> O Tempo, 7 de março de 1892, p. 1.

<sup>621</sup> Almanak Laemmert, 1874, p.104; Almanak Laemmert, 1876, p.105; Almanak Laemmert, 1877, p.114; Almanak Laemmert, 1880, p.95;

<sup>622</sup> Correio Mercantil, 23 de janeiro de 1863, p. 1; Almanak Laemmert, 1868, p.27; Almanak Laemmert, 1872, p.31;

<sup>623</sup> Almanak Laemmert, 1874, p.103; Almanak Laemmert, 1875, p.109; Almanak Laemmert, 1876, p.103;

<sup>624</sup> A Reforma, 11 de agosto de 1870, p. 4; Almanach d'O Carmense, 1888, p. 182; MACHADO, *Reminiscências...*, p.79.

Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos (1880),<sup>625</sup> Participou das exposições de café promovidas pelo Centro da Lavoura e Comércio. Coletor de rendas da Vila do Carmo (1883-1892).<sup>626</sup>

c) *Dr. Diogo Antonio de Carvalho*, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1855),<sup>627</sup> acionista do Banco do Brasil,<sup>628</sup> cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa (1858),<sup>629</sup> estabelecido no povoado de Porto Velho do Cunha,<sup>630</sup> atuou como médico de partido na Fazenda Santa Fé (1859-1861),<sup>631</sup> inspetor de ensino na freguesia do Carmo (1871).<sup>632</sup> Secretário (1870-1871) e mesário (1877-1878; 1890-1891) da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>633</sup> Juiz de paz na Vila do Carmo (1885-1886).<sup>634</sup> Presidente da sociedade musical Club Euterpe Carmense (1886).<sup>635</sup> Provedor da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, na Vila do Carmo (1888).<sup>636</sup> Presidente do Conselho de Intendência da Vila do Carmo (1891),<sup>637</sup> Presidente da Câmara Municipal do Carmo (1892).<sup>638</sup>

d) *Francisco da Silva Chaves*, fazendeiro de café, no povoado de Porto Velho do Cunha,<sup>639</sup> acionista da Estrada de Ferro Dom Pedro II,<sup>640</sup> substituto de subdelegado de polícia (1853-1858) e juiz de paz (1869-1870), na freguesia do Carmo,<sup>641</sup> mesário da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1877).<sup>642</sup> Ao falecer, em 1879, teve missas por sua alma celebradas em Carmo, Sumidouro, Porto Velho do Cunha e na Matriz de Magé.<sup>643</sup>

<sup>625</sup> Almanak Laemmert, 1880, p. 93.

<sup>626</sup> Gazeta da Tarde, 24 de fevereiro de 1883, p. 2; Jornal do Brasil, 2 de outubro de 1892, p. 2.

<sup>627</sup> Correio Mercantil, 21 de novembro de 1855, p. 1.

<sup>628</sup> Correio Mercantil, 17 de julho de 1866, p. 3; Novidades, 17 de janeiro de 1888, p. 2.

<sup>629</sup> Correio da Tarde, 3 de dezembro de 1858, p. 3.

<sup>630</sup> Almanak Laemmert, 1867, p. 196.

<sup>631</sup> Almanak Laemmert, 1859, p.277; Almanak Laemmert, 1861, p.257;

<sup>632</sup> A Pátria, 5 de novembro de 1871, p. 2; Diário do Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1871, p. 1.

<sup>633</sup> A Reforma, 11 de agosto de 1870, p. 4; Almanak Laemmert, 1877, p.112; Almanak Laemmert, 1878, p.105; MACHADO, *Reminiscências...*, p. 39.

<sup>634</sup> Almanak Laemmert, 1885, p.912; Jornal do Comércio, 23 de outubro de 1886, p. 2.

<sup>635</sup> O Paiz, 11 de novembro de 1886, p. 3.

<sup>636</sup> Almanach d'O Carmense, 1888, p. 182.

<sup>637</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 112.

<sup>638</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 124.

<sup>639</sup> Almanak Laemmert, 1867, p. 196.

<sup>640</sup> Correio Mercantil, 3 de julho de 1855, p. 1.

<sup>641</sup> Almanak Laemmert, 1851, p.63; Almanak Laemmert, 1853, p.34; Almanak Laemmert, 1855, p.76; Almanak Laemmert, 1856, p.182; Almanak Laemmert, 1858, p.95; Almanak Laemmert, 1864, p.51; Almanak Laemmert, 1869, p.241; Almanak Laemmert, 1870, p.241;

<sup>642</sup> Almanak Laemmert, 1877, p.112;

<sup>643</sup> Jornal do Comércio, 2 de novembro de 1879, p.4; O Apóstolo, 26 de novembro de 1879, p. 4.

e) *Comendador Galdino José Goulart*, fazendeiro de café, no povoado de Porto Velho do Cunha,<sup>644</sup> juiz de paz (1858), inspetor de ensino primário (1864-1865).<sup>645</sup> Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1870-1871).<sup>646</sup> Agraciado por Dom Pedro II com a comenda da Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.<sup>647</sup>

f) *Alferes Jorge Augusto da Fonseca Ramos*, negociante, boticário e proprietário de um hotel no povoado de Porto Velho do Cunha,<sup>648</sup> alferes do 17.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Cantagalo,<sup>649</sup> ajudante e depois agente da agência dos Correios (1866-1880),<sup>650</sup> inspetor de ensino do 2.º distrito da Vila do Carmo (1884).<sup>651</sup> Falecido em 15 de janeiro de 1886, em Porto Velho do Cunha.<sup>652</sup>

g) *Major José de Souza Brandão*, Barão de Aparecida, fazendeiro na freguesia de Aparecida, que primeiro pertenceu a Vila de Magé e depois foi transferida para a Vila de Sapucaia (1852-1877),<sup>653</sup> capitão da 1.ª Companhia de Cavalaria da Guarda Nacional de Magé (1855-1861),<sup>654</sup> subdelegado de polícia (1858),<sup>655</sup> e, depois, juiz de paz na freguesia de Aparecida, Vila de Magé (1858-1870),<sup>656</sup> Provedor da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, na Vila de Magé (1870),<sup>657</sup> primeiro

<sup>644</sup> Almanak Laemmert, 1867, p. 196.

<sup>645</sup> Almanak Laemmert, 1858, p.95; Almanak Laemmert, 1864, p.241; Almanak Laemmert, 1865, p.369;

<sup>646</sup> A Reforma, 11 de agosto de 1870, p. 4;

<sup>647</sup> Almanak Laemmert, 1882, p.1751;

<sup>648</sup> Almanak Laemmert, 1861, p.256; Almanak Laemmert, 1875, p.111; Almanak Laemmert, 1876, p.106;

<sup>649</sup> Almanak Laemmert, 1874, p.35;

<sup>650</sup> Almanak Laemmert, 1866, p.356; Almanak Laemmert, 1867, p.196; Almanak Laemmert, 1868, p.231; Almanak Laemmert, 1870, p.242; Almanak Laemmert, 1871, p.248; Almanak Laemmert, 1875, p.111; Almanak Laemmert, 1876, p.106; Almanak Laemmert, 1877, p.115; Almanak Laemmert, 1878, p.108; Almanak Laemmert, 1879, p. 132; Almanak Laemmert, 1880, p. 96;

<sup>651</sup> Gazeta de Notícias, 13 de março de 1884, p. 1; O Fluminense, 14 de março de 1884, p. 3.

<sup>652</sup> Jornal do Comércio, 26 de janeiro de 1886, p. 1.

<sup>653</sup> Almanak Laemmert, 1852, p.78; Almanak Laemmert, 1854, p.85; Almanak Laemmert, 1855, p.102; Almanak Laemmert, 1856, p.187; Almanak Laemmert, 1859, p.85; Almanak Laemmert, 1861, p.166; Almanak Laemmert, 1868, p.79; Almanak Laemmert, 1877, p.289;

<sup>654</sup> Almanak Laemmert, 1855, p.84; Almanak Laemmert, 1858, p.51; Almanak Laemmert, 1859, p.49; Almanak Laemmert, 1861, p.29;

<sup>655</sup> Almanak Laemmert, 1858, p.124;

<sup>656</sup> Almanak Laemmert, 1858, p.124; Almanak Laemmert, 1859, p.84; Almanak Laemmert, 1861, p.165; Almanak Laemmert, 1869, p.83; Almanak Laemmert, 1870, p.83;

<sup>657</sup> Almanak Laemmert, 1870, p.30;

Presidente da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1882),<sup>658</sup> juiz de paz, na freguesia de Aparecida, Vila de Sapucaia (1875-1876; 1882),<sup>659</sup> delegado de polícia na Vila de Sapucaia (1881),<sup>660</sup> fazendeiro de café, no povoado de Porto Velho do Cunha, na freguesia do Carmo, Vila de Cantagalo (1862-1877),<sup>661</sup> major da 4.º Companhia de Cavalaria da Guarda Nacional de Cantagalo (1867-1875),<sup>662</sup> subdelegado de polícia na freguesia do Carmo, Vila de Cantagalo (1864-1865).<sup>663</sup> Fazendeiro em Sapucaia e em Cantagalo, passou a residir na Praia de Botafogo, n.º 174, na Corte (1878).<sup>664</sup> Agraciado por Dom Pedro II com o título de Barão de Aparecida (1867).<sup>665</sup>

h) *Tenente José Egydio de Salles Abreu*, fazendeiro de café, no povoado de Porto Velho do Cunha,<sup>666</sup> tenente da 7.ª Companhia do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Cantagalo,<sup>667</sup> juiz de paz (1866-1877),<sup>668</sup> subdelegado de polícia (1869-1871),<sup>669</sup> e substituto de subdelegado na freguesia do Carmo (1877),<sup>670</sup> ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Cantagalo (1869-1870),<sup>671</sup> membro do Conselho de Intendência da Vila do Carmo (1892).<sup>672</sup>

i) *Capitão Manoel Goulart de Souza*, substituto de subdelegado de polícia na freguesia do Carmo (1866-1880),<sup>673</sup> mesário da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1878),<sup>674</sup> capitão da 5.ª Companhia do Batalhão de Infantaria da

---

<sup>658</sup> Almanak Laemmert, 1875, p.252; Almanak Laemmert, 1876, p.265; Almanak Laemmert, 1877, p.285; Almanak Laemmert, 1878, p.272; Almanak Laemmert, 1879, p.341; Almanak Laemmert, 1880, p.255; Almanak Laemmert, 1882, p.1905;

<sup>659</sup> Almanak Laemmert, 1875, p.239; Almanak Laemmert, 1876, p.268; Almanak Laemmert, 1882, p.1909;

<sup>660</sup> Almanak Laemmert, 1881, p.155;

<sup>661</sup> Almanak Laemmert, 1862, p.301; Almanak Laemmert, 1867, p.196; Almanak Laemmert, 1877, p.114;

<sup>662</sup> Almanak Laemmert, 1867, p.28; Almanak Laemmert, 1869, p.28; Almanak Laemmert, 1870, p.30; Almanak Laemmert, 1871, p.31; Almanak Laemmert, 1875, p.31;

<sup>663</sup> Almanak Laemmert, 1864, p.241; Almanak Laemmert, 1865, p.369;

<sup>664</sup> Almanak Laemmert, 1878, p.61;

<sup>665</sup> Correio Mercantil, 28 de março de 1867, p. 1.

<sup>666</sup> Almanak Laemmert, 1861, p.257; Almanak Laemmert, 1867, p. 196; Almanak Laemmert, 1879, p.130;

<sup>667</sup> Diário do Rio de Janeiro, 31 de maio de 1871, p. 3; Almanak Laemmert, 1872, p.31;

<sup>668</sup> Almanak Laemmert, 1866, p.356; Almanak Laemmert, 1869, p.241; Almanak Laemmert, 1875, p.109; Almanak Laemmert, 1877, p.112;

<sup>669</sup> Diário do Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1869, p. 1; Almanak Laemmert, 1870, p.241; Almanak Laemmert, 1871, p.248;

<sup>670</sup> Almanak Laemmert, 1877, p.112;

<sup>671</sup> Almanak Laemmert, 1869, p.239; Almanak Laemmert, 1870, p.238;

<sup>672</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 117.

<sup>673</sup> Almanak Laemmert, 1866, p.356; Almanak Laemmert, 1880, p.93;

<sup>674</sup> Almanak Laemmert, 1878, p.105;

Guarda Nacional de Cantagalo,<sup>675</sup> Presidente da Câmara Municipal do Carmo (1884-1885).<sup>676</sup> Obteve menção honrosa conferida pelo Centro da Lavoura e Comércio (1885).<sup>677</sup>

j) *Manoel Tavares de Almeida Queiroz*, negociante, dono de hotel na freguesia do Carmo (1869-1885).<sup>678</sup> Procurador (1870-1871) e tesoureiro (1888; 1890-1891) da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>679</sup> Tesoureiro da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos (1888).<sup>680</sup> Membro do Conselho de Intendência da Vila do Carmo (1891).<sup>681</sup> Vice-presidente da Câmara Municipal do Carmo (1892).<sup>682</sup>

k) *Antonio José Pereira de Carvalho*, fazendeiro de café, na freguesia de Aparecida, Vila de Sapucaia (1876-18782),<sup>683</sup> fazendeiro de café, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, na Vila do Carmo (1885).<sup>684</sup> Obteve menção honrosa conferida pelo Centro da Lavoura e Comércio (1885).<sup>685</sup> Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Monte de Carmo (1888-1889).<sup>686</sup> Faleceu em sua Fazenda do Córrego, na freguesia de Aparecida, em maio de 1889.<sup>687</sup>

l) *Antônio Soares de Sá Leite*, professor público no povoado de Porto Velho do Cunha (1862-1866),<sup>688</sup> secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1877),<sup>689</sup> escrivão da subdelegacia e juiz de paz (1878-1879),<sup>690</sup> negociante na Vila do Carmo (1885).<sup>691</sup>

---

<sup>675</sup> Almanak Laemmert, 1882, p.1681;

<sup>676</sup> Jornal do Comércio, 22 de agosto de 1884, p. 3; Almanak Laemmert, 1885, p.911;

<sup>677</sup> Gazeta de Notícias, 4 de setembro de 1885, p. 3.

<sup>678</sup> Almanak Laemmert, 1869, p.241; Almanak Laemmert, 1870, p.241; Almanak Laemmert, 1871, p.248; Almanak Laemmert, 1874, p.103; Almanak Laemmert, 1876, p.104; Almanak Laemmert, 1885, p.913;

<sup>679</sup> A Reforma, 11 de agosto de 1870, p. 4; Almanach d'O Carmense, 1888, p. 182; MACHADO, *Reminiscências...*, p. 79.

<sup>680</sup> Almanach d'O Carmense, 1888, p. 182

<sup>681</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 112.

<sup>682</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 124.

<sup>683</sup> Almanak Laemmert, 1876, p.268; Almanak Laemmert, 1879, p.345; Almanak Laemmert, 1882, p. 1909.

<sup>684</sup> Almanak Laemmert, 1885, p.915;

<sup>685</sup> Gazeta de Notícias, 4 de setembro de 1885, p. 3.

<sup>686</sup> Almanach d'O Carmense, 1888, p. 182.

<sup>687</sup> O Fluminense, 29 de maio de 1889, p. 2.

<sup>688</sup> Almanak Laemmert, 1862, p. 300; Almanak Laemmert, 1866, p.356.

<sup>689</sup> Almanak Laemmert, 1877, p.112.

<sup>690</sup> Almanak Laemmert, 1878, p.105; Almanak Laemmert, 1878, p.129.

<sup>691</sup> Almanak Laemmert, 1885, p.914.

m) *Domingos Mendes da Piedade*, gerente e proprietário da *Gazeta de Sapucaia* (1885-1887) e d' *O Carmense* (1887-1892),<sup>692</sup> fundador do Gabinete de Leitura Carmense, com 800 obras, e do Club de Instrução Gratuita, mantenedor de uma escola de alfabetização de adultos, ambos na Vila do Carmo.<sup>693</sup> Mesário da Irmandade de Nossa Senhora do Monte de Carmo (1890-1891).<sup>694</sup> Nomeado 1.º suplente de delegado do termo do Carmo (1887),<sup>695</sup> subdelegado do Município do Carmo (1890),<sup>696</sup> escrivão da coletoria de rendas (1891-1892),<sup>697</sup> 1.º suplente de juiz municipal e de órfãos do Carmo (1893-1895).<sup>698</sup> Faleceu na cidade do Carmo, aos 40 anos, em outubro de 1896.<sup>699</sup>

n) *Padre Firmino Fortunato de Souza Leite*, português,<sup>700</sup> capelão da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, na Corte (1874),<sup>701</sup> secretário do júizo eclesiástico e coadjutor da freguesia do Carmo (1876-1879),<sup>702</sup> capelão (1876) e mesário (1877) da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.<sup>703</sup> Capelão das fazendas Santa Fé, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora da Conceição (1877-1879).<sup>704</sup>

o) *Dr. João Pereira de Souza Rocha*, médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1883),<sup>705</sup> estabelecido na Vila do Carmo (1885),<sup>706</sup> nomeado delegado da inspetoria de higiene da Vila do Carmo (1886),<sup>707</sup> superintendente de

<sup>692</sup> Almanak Laemmert, 1885, p.576; Almanak Laemmert, 1892, p.693; O Pharol (MG), 17 de abril de 1887, p. 2.

<sup>693</sup> Almanach d'O Carmense, 1888, p. 184.

<sup>694</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 79.

<sup>695</sup> O Fluminense, 18 de setembro de 1887, p. 2.

<sup>696</sup> O Paiz, 12 de abril de 1890, p. 1; Gazeta de Notícias, 12 de abril de 1890, p. 1.

<sup>697</sup> Jornal do Comércio, 20 de outubro de 1891, p. 3; Jornal do Comércio, 10 de fevereiro de 1892, p. 2..

<sup>698</sup> Jornal do Comércio, 10 de maio de 1893, p. 2; O Fluminense, 6 de abril de 1895, p. 1.

<sup>699</sup> O Fluminense, 28 de outubro de 1896, p.1.

<sup>700</sup> Jornal do Comércio, 19 de abril de 1877, p. 3.

<sup>701</sup> Almanak Laemmert, 1874, p. 448.

<sup>702</sup> Almanak Laemmert, 1876, p. 104; Almanak Laemmert, 1877, p. 112; Almanak Laemmert, 1878, p. 105; O Fluminense, 17 de maio de 1878, p. 2; Almanak Laemmert, 1879, p. 129; O Apóstolo, 20, de abril de 1870, p. 2.

<sup>703</sup> Almanak Laemmert, 1876, p. 104; Almanak Laemmert, 1877, p. 112;

<sup>704</sup> Almanak Laemmert, 1877, p. 112; Almanak Laemmert, 1878, p. 105; Almanak Laemmert, 1879, p. 129;

<sup>705</sup> Diário do Brazil, 22 de dezembro de 1883, p. 2; Jornal do Comércio, 22 de dezembro de 1883, p. 1.

<sup>706</sup> Almanak Laemmert, 1885, p. 917.

<sup>707</sup> O Fluminense, 7 de maio de 1886, p. 1; Gazeta de Notícias, 8 de maio de 1886, p. 1.

instrução pública da Vila do Carmo (1888-1889),<sup>708</sup> mesário da Irmandade de Nossa Senhora do Monte de Carmo (1890-1891);<sup>709</sup> membro do Conselho de Intendência da Vila do Carmo (1890),<sup>710</sup> presidente do Conselho de Intendência da Vila do Carmo (1892).<sup>711</sup>

p) *Cônego José Ribeiro Gonçalves*, português,<sup>712</sup> coadjutor da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1858),<sup>713</sup> cura da capela da Imperial Fazenda de Santa Cruz, na Corte (1861-1864),<sup>714</sup> capelão alferes da Repartição Eclesiástica do Exército, lotado na Fortaleza de Santa Cruz e coadjutor na freguesia de Sant'Anna, na Corte (1867-1872),<sup>715</sup> definidor da Venerável Irmandade do Príncipe dos Apóstolos São Pedro, na Corte (1871-1872; 1877-1878; 1889-1890),<sup>716</sup> vigário da freguesia do Carmo (1872-1893);<sup>717</sup> mesário (1877), secretário (1878-1879; 1885), capelão (1879) e provedor (1890-1891) da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo,<sup>718</sup> vice-provedor (1880) e secretário (1888) da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos,<sup>719</sup> inspetor de ensino do 1.º distrito de paz da freguesia do Carmo (1878),<sup>720</sup> agraciado com as honras de cônego da Capela Imperial (1886),<sup>721</sup> delegado de instrução do município do Carmo (1893).<sup>722</sup> Faleceu na cidade do Carmo, em agosto de 1896.<sup>723</sup>

q) *Cônego Pretextato Baptista Americano*, natural da Vila de Mariana, MG,<sup>724</sup> inspetor de ensino no 1.º distrito da Vila do Carmo (1887-1888),<sup>725</sup> nomeado 1.º

<sup>708</sup> Almanach d' O Carmense, 1888, p. 180; Gazeta de Notícias, 10 de maio de 1889, p. 1..

<sup>709</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 79.

<sup>710</sup> Gazeta de Notícias, 5 de janeiro de 1890, p. 1; Diário do Comércio, 6 de janeiro de 1890, p. 2; Gazeta de Notícias, 7 de novembro de 1890, p. 1.

<sup>711</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 120.

<sup>712</sup> Diário do Rio de Janeiro, 15 de maio de 1861, p. 1.

<sup>713</sup> Correio Mercantil, 4 de julho de 1858, p. 3.

<sup>714</sup> Diário do Rio de Janeiro, 16 de junho de 1861, p. 1; Almanak Laemmert, 1862, p. 40; Almanak Laemmert, 1864, p. 41.

<sup>715</sup> Almanak Laemmert, 1867, p. 98; Almanak Laemmert, 1867, p. 272; Almanak Laemmert, 1869, p. 279; Almanak Laemmert, 1871, p.100; Almanak Laemmert, 1872, p.102.

<sup>716</sup> O Apóstolo, 9 de julho de 1871, p. 223; O Apóstolo, 8 de julho de 1877, p. ; O Apóstolo, 3 de julho de 1889, p. 3.

<sup>717</sup> O Apóstolo, 24 de novembro de 1872, p. 1; O Apóstolo, 6 de fevereiro de 1889, p. 3; MACHADO, *Reminiscências...*, p. 131.

<sup>718</sup> Almanak Laemmert, 1877, p.112; Almanak Laemmert, 1878, p.105; Almanak Laemmert, 1879, p.129; Almanak Laemmert, 1885, p.912; MACHADO, *Reminiscências...*, p. 79.

<sup>719</sup> Almanak Laemmert, 1880, p.93; Almanach d' O Carmense, 1888, p. 182.

<sup>720</sup> Almanak Laemmert, 1878, p.105;

<sup>721</sup> O Apóstolo, 25 de agosto de 1886, p. 2; Diário de Notícias, 25 de agosto de 1886, p. 2.

<sup>722</sup> Jornal do Brasil, 10 de agosto de 1893, p. 2.

<sup>723</sup> Jornal do Brasil, 27 de agosto de 1896, p. 1.

<sup>724</sup> O Apóstolo, 11 de setembro de 1881, p. 3.

suplente de juiz municipal e de órgãos do termo do Carmo (1888-1892),<sup>726</sup> eleito para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal do Carmo (1889),<sup>727</sup> mesário da Irmandade de Nossa Senhora do Monte de Carmo (1890-1891).<sup>728</sup> Faleceu na Vila do Carmo, em novembro de 1891.<sup>729</sup>

---

<sup>725</sup> Diário de Notícias, 17 de março de 1887, p. 2; Jornal do Comércio, 17 de março de 1887, p. 1; Almanach d' O Carmense, 1888, p. 180.

<sup>726</sup> Diário de Notícias, 17 de abril de 1888, p. 3.

<sup>727</sup> O Fluminense, 7 de abril de 1889, p. 2.

<sup>728</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 79.

<sup>729</sup> MACHADO, *Reminiscências...*, p. 110.

### Anexo III. Descendentes do Dr. Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

- a) *Maria Elisa Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascida na Tijuca, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1877.<sup>730</sup> Freira da Congregação de Santa Dorotéia;
- b) *Rosa Maria Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, na Tijuca, no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1878.<sup>731</sup> Freira da Congregação do Bom Pastor. Nome religioso: Sórora Maria Auxiliadora;
- c) *Maria Leonor Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascida no Andarahy, no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1880.<sup>732</sup> Freira da Congregação de Santa Dorotéia;
- d) *Jerônimo Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascido na rua Barão de Mesquita, 9, na Tijuca, no Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1881,<sup>733</sup> e falecido na mesma cidade em 1.º de maio de 1950.<sup>734</sup> Padre lazarista, da Congregação das Missões. Nome religioso: Padre Jerônimo Pedreira de Castro. Publicou, entre outros títulos, os seguintes livros: *Zélia ou Irmã Maria do SS. Sacramento* (1923); *Santa Maria Eufrásia Pelletier - Fundadora da Congregação de N. Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Anger* (1941); *São Vicente de Paulo e a magnificência de suas obras* (1942); *Segundo Livro de Zélia (Irmã Maria do Santíssimo Sacramento): Seus Escritos Espirituais, Cartas e Exemplos* (1943); *Santa Catarina Labouré* (1947).
- e) *Maria Bárbara Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascida na Fazenda Santa Fé, na Vila do Carmo, em 2 de fevereiro de 1883.<sup>735</sup> Freira da Congregação do Bom Pastor. Nome religioso: Sórora Maria da Divina Pastora;

<sup>730</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>731</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

<sup>732</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>733</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>734</sup> Tribuna da Imprensa, 8 de maio de 1950, p. 7; O Jornal, 9 de maio de 1950, p. 8.

<sup>735</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

f) *Maria Tereza Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascida no Rio de Janeiro, em 3 de março de 1885,<sup>736</sup> e falecida na Vila do Carmo, em fevereiro de 1886;<sup>737</sup>

g) *Maria Joana Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascida freguesia de São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1886.<sup>738</sup> Freira da Congregação de Santa Dorotéia;

h) *Maria Amália Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascida na Fazenda Santa Fé, Vila do Carmo, em 13 de novembro de 1887.<sup>739</sup> Freira da Congregação de Santa Dorotéia;

i) *Francisco José Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascido na Quinta União (Tijuca), no Rio de Janeiro, a 04 de março de 1889,<sup>740</sup> e falecido a 14 de outubro de 1889, de meningite;<sup>741</sup>

j) *Maria de Lourdes Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, na Quinta União (Tijuca), no Rio de Janeiro, em 1891,<sup>742</sup> e falecida na infância;

k) *Fernando Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascido em Petrópolis, a 4 de setembro de 1893.<sup>743</sup> Padre da Companhia de Jesus. Nome religioso: Padre Fernando Pedreira de Castro, SJ. Publicou, dentre outros, os seguintes livros: *A irmã Zélia: breves traços de sua vida* (1934); *Crônica da Igreja no Brasil: Período Pré-Anchietano, 1500-1553* (1938); *Um Mártir Mexicano: o Padre Pro* (1939); *Santo Inácio de Loyola: fundador da Companhia de Jesus* (1939); *O Pátio do Colégio: resumo histórico e projeto de restauração* (1954); *Dom Silvério Gomes Pimenta: um*

<sup>736</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

<sup>737</sup> Diário de Notícias, 9 de fevereiro de 1886, p. 2.

<sup>738</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 4. Caderneta pessoal de Jerônimo de Castro Abreu Magalhães

<sup>739</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Certidão de Batismo de Maria Amália Pedreira de Castro Abreu Magalhães. 1887.

<sup>740</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>741</sup> Jornal do Comércio, 18 de outubro de 1889, p. 2.

<sup>742</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>743</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

*Santo Arcebispo brasileiro (1954); Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira: o heróico bispo de Olinda (1956); A “Graça” que frutifica (1956); Vidas que falam: contos e narrativas (1959).* Homenageado pela cidade de São Paulo que o fez patrono de uma rua no bairro de Jurubatuba.

l) *João Maria Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascido em Petrópolis, a 26 de junho de 1896,<sup>744</sup> faleceu em Tremembé (SP), em 30 de maio de 1962. Franciscano, da Ordem dos Frades Menores. Nome religioso: Frei João José Pedreira de Castro, ofm. Publicou, entre outros títulos, os seguintes livros: *Vida e Virtudes de Frei Fabiano de Cristo (1930); Ele – Que Ele Reine! Que Ele nos Salve! (1934); A vitória do Amor (1936); A Santa Missa e a Vida Cristã (1942); Na intimidade de Jesus (1945); O Sermão da Montanha (1956); O Apocalipse (1956).* Construtor do Trono de Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Petrópolis (1947).<sup>745</sup>

m) *Luis Maria Pedreira de Castro Abreu Magalhães*, nascido em Petrópolis, em 1898,<sup>746</sup> e falecido na infância.

---

<sup>744</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.

<sup>745</sup> Correio da Manhã, 11 de janeiro de 1947, p. 11; Revista O Cruzeiro, 3 de junho de 1967, p. 126.

<sup>746</sup> Arquivo Nacional. Coleção Irmã Zélia. AP 13 – Caixa 7. Notas genealógicas sobre Irmã Zélia e família Castro Abreu Magalhães pelo Padre Jerônimo Pedreira de Castro.